

MAGNA RITA ARCANJO DOMINGOS

**DO CAMPO À UNIVERSIDADE: ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS DE
JOVENS ORIUNDOS DO MEIO RURAL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Wagner Barbosa Batella

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

D671d
2021 Domingos, Magna Rita Arcanjo, 1992-
Do campo à universidade: análise das trajetórias
acadêmicas de jovens oriundos do meio rural / Magna Rita
Arcanjo Domingos. – Viçosa, MG, 2021.
1 dissertação eletrônica (114 f.): il. (algumas color.).

Inclui apêndices.

Orientador: Wagner Barbosa Batella.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Geografia, 2021.

Referências bibliográficas: f. 101-108.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2021.251>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Juventude rural. 2. Ensino superior. 3. Rendimento
escolar. I. Batella, Wagner Barbosa. II. Universidade Federal de
Viçosa. Departamento de Geografia. Programa de
Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 22. ed. 305.23098

Bibliotecário(a) responsável: Renata de Fátima Alves CRB6/2578

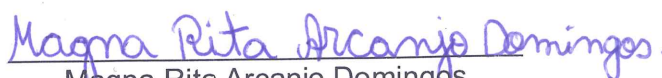
MAGNA RITA ARCANJO DOMINGOS

**DO CAMPO À UNIVERSIDADE: ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS DE
JOVENS ORIUNDOS DO MEIO RURAL**

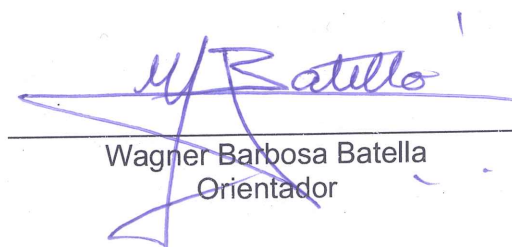
Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 29 de setembro de 2021.

Assentimento:



Magna Rita Arcanjo Domingos
Autora



Wagner Barbosa Batella
Orientador

*Aos meus pais Vicente e Maria do Carmo
e aos meus avós Geraldo (in memoriam) e
Margarida, pelo amor incondicional e
dedicação ao longo da vida.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, meu Pai maior, Inteligência Suprema, Soberano sobre os céus e a terra, dono de nossas vidas! Agradeço pelo seu infinito amor e misericórdia, por ter me dado força, coragem, perseverança em concluir mais está etapa de minha vida e ainda por ter concedido Seu amparo nos dias de preocupação, alegria e tristeza.

Agradeço aos meus pais, Maria do Carmo e Vicente, que nunca mediram esforços para me ensinar o caminho do bem, e sempre me apoiaram em todas as etapas da minha vida. Sem vocês, eu não chegaria até aqui. Obrigada, por terem me incentivado a lutar pelos meus sonhos, pela paciência e pelo carinho. Por serem exemplo de dignidade e caráter e pelo afeto com que me cercam. Muito obrigada por tudo! O amor que sinto por vocês é incondicional.

A minha irmã, Fernanda e a minha família, que de uma forma ou de outra me incentivaram a estar onde estou hoje.

Aos meus avós, Geraldo (in memorian), doce saudade, e Margarida, por serem aqueles avós incríveis sempre acreditando e me incentivando a lutar pelos meus sonhos. Vocês são inspiração, equilíbrio e porto seguro nos momentos de tribulação. Obrigada por ensinar à nossa família os valores mais preciosos de um ser humano: a humildade, o amor e o respeito ao próximo. Sem vocês nada teria graça. Meu amor por vocês é infinito!

Aos meus amigos, especialmente, Daniele, Jaqueline, Marina, Meire, Myriam, Regiane, Alexssandro, Kesslen e Marco Antônio por sempre estarem ao meu lado, pela cumplicidade, ajuda, amizade e troca de saberes.

A Íris Alves, pessoa iluminada, e prova de que Deus coloca anjos em nosso caminho. Um grande exemplo de força e serenidade. Obrigada por me oferecer um ombro amigo sempre que precisei. Pela cumplicidade e por me incentivar e me apoiar nos vários momentos difíceis e também alegres que vivi nessa caminhada. Minha amiga querida, minha conselheira fiel, que me deu forças para concluir esse trabalho, sem seu apoio não teria conseguido. A você, minha eterna gratidão!

Aos meus colegas de mestrado, em especial a Natália Paiva, por ter participado deste momento, dividindo opiniões, experiências e compartilhando ideias. Nosso vínculo foi de fundamental importância para tornar branda essa caminhada difícil e recheada de momentos felizes. Agradeço pela amizade construída!

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Viçosa, pela dedicação, sabedoria, criatividade, paciência, dentro e fora da sala de aula, ajudando-me a concretizar meus estudos.

A todos os funcionários do programa de pós-graduação, especialmente a Patrícia, que sempre me atendeu com muita atenção e dedicação nunca deixando de me orientar nas questões administrativas e burocráticas.

Aos jovens das comunidades Paraíso e Juquinha de Paula que me receberam de braços abertos. Sem a participação de vocês não seria possível desenvolver esta pesquisa.

A Juliana, minha psicóloga, que me acompanhou durante todo o processo de desenvolvimento deste trabalho, auxiliando em descobertas pessoais.

A meu orientador Wagner Batella, pela confiança depositada no meu trabalho, pela orientação e ensinamentos durante a realização desta dissertação.

Agradeço aos Professores que aceitaram em participar da Banca Examinadora, a Prof^a. Dr^a. Nelmires Ferreira da Silva e a Prof.^o Dr.^o. William Simões, pelas sugestões e críticas que contribuíram para o desenvolvimento desse estudo.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Obrigada!

“As nuvens mudam sempre de posição, mas são sempre nuvens no céu. Assim devemos ser todo dia, mutantes, porém leais com o que pensamos e sonhamos; lembre-se, tudo se desmancha no ar, menos os pensamentos”.

(Paulo Beleki)

RESUMO

DOMINGOS, Magna Rita Arcanjo, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, setembro de 2021. **Do campo à universidade: análise das trajetórias acadêmicas de jovens oriundos do meio rural.** Orientador: wagner barbosa batella.

O objetivo desta pesquisa foi compreender as transformações do modo de vida dos jovens oriundos do meio rural por meio das suas trajetórias acadêmicas. Especificamente, pretendeu-se observar as possíveis mudanças no modo de vida dos jovens do campo influenciadas pelo convívio no espaço acadêmico em função dessa nova sociabilidade e deslocamento, além de avaliar as trajetórias acadêmicas dos jovens rurais e as dinâmicas do seu modo de vida de maneira geral. Partiu-se das seguintes hipóteses: 1) Os jovens rurais esbarram em vários obstáculos, tais como os fatores econômicos, espaciais, culturais e sociais, dificultando ainda mais a continuidade dos estudos; 2) Que o jovem do campo muda o modo de ser e de agir, tanto pelas experiências vivenciadas durante a vida acadêmica, quanto pelo fato de deixarem o campo para ir morar na cidade; e 3) Que alguns jovens do campo têm que conciliar os estudos com o trabalho para se manterem no ensino superior. Empregou-se nesta investigação, uma pesquisa de campo desenvolvida por meio da abordagem qualitativa, uma vez que ela se torna mais adequada aos objetivos do estudo. Como instrumentos de coleta de dados, foram feitas entrevistas semiestruturadas com os estudantes e egressos que se constituem público-alvo deste trabalho. Comparando as trajetórias dos jovens aqui apresentados percebe-se que eles têm em comum o fato de serem filhos de agricultores e de terem superado os pais no que se refere ao grau de estudo. Todos são oriundos de escolas públicas e encontraram dificuldades durante suas trajetórias escolares e acadêmicas. Destacaram que uma das maiores dificuldades na universidade foi em acompanhar os conteúdos e adaptar a metodologia dos professores tendo lacunas de aprendizagem dos conteúdos em decorrência de um ensino básico de pouca qualidade. Outras dificuldades apontadas pelos sujeitos de pesquisa no ensino superior recaem sobre as pressões econômicas, tendo a necessidade de conciliar o curso de graduação com trabalho remunerado, bem como a questão cultural, uma vez que se viram em uma nova realidade. Com base na análise dos dados obtidos nas entrevistas, concluiu-se que os jovens do campo que ingressam no ensino superior estão em constante mudança no modo de

agir e de pensar, devido às variadas experiências que acontecem no espaço acadêmico. Assim, a construção da identidade da juventude rural é um processo contínuo e perpétuo, e em constante mudança do “eu” individual, influenciadas pelo coletivo e pelas formas simbólicas que ligam o ser social e sua condição existencial aos outros grupos sociais e práticas culturais, em vários contextos do espaço geográfico.

Palavras-chave: Juventude do campo. Ensino Superior. Trajetória Acadêmica.

ABSTRACT

DOMINGOS, Magna Rita Arcanjo, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, September 2021. **From the field to the university: analysis of the academic trajectories of young people from the rural environment.** Advisor: Wagner Barbosa Batella.

The objective of this research was to understand the transformations of the way of life of young people from rural areas through their academic trajectories, but specifically it is intended to understand the dynamics of the way of life in the field, observe the possible changes in the ways of life of young people in the countryside influenced by the interaction in the academic space due to this new sociability and displacement and evaluate the academic trajectories of rural youth. The following hypotheses were based: 1) Rural youth run into various barriers, such as economic, spatial, cultural and social, making it even more difficult to continue their studies; 2) That the young people of the field change the way of being and acting, both for the experiences experienced during academic life, and for the fact that they leave the field to live in the city; and 3) That some young people in the field have to reconcile their studies with work in order to remain in higher education. In this research, a field research developed through the qualitative approach was used, since it becomes more appropriate to the objectives of the study. As data collection instruments, semi-structured interviews were conducted with students and graduates who constitute a target audience of the work. Comparing the trajectories of the young people presented here, it is perceived that they have in common the fact that they are children of farmers and have surpassed their parents in terms of the degree of study. All of them come from public schools and encounter difficulties during their school trajectories and also during the academic trajectory. They highlighted that one of the greatest difficulties in the university was in monitoring the contents and adapting the methodology of teachers having learning gaps in the contents due to a low quality basic education. Other difficulties pointed out by research subjects in higher education, some fall more on economic pressures, having the need to reconcile the undergraduate course with paid work, the cultural issue. Based on the analysis of the data obtained in the interviews, it was concluded that the young people in the field who enter higher education are constantly changing the way they act and think, due to the varied experiences that take place in the academic space. Thus, the construction of the identity of rural youth is a continuous and perpetual process, and

constantly changing the individual "I", influenced by the collective and symbolic forms, which link the social being and its existential condition, to other social groups and cultural practices, in various contexts of the geographical space.

Keywords: Youth of the field. Higher Education. Academic Trajectory.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFFA	Centros Familiares de Formação por Alternância
CEP-UFV	Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da UFRV
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
ENERA	Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
OMS	Organização Mundial da Saúde
Pases	Programa de Avaliação Seriada para Ingresso no Ensino Superior
PCNF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONAF	Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronera	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
ProUni	Programa Universidade para Todos
Reuni	Programa de Apoio e Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SISU	Seleção Unificada das Universidades Federais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
OBJETIVOS	17
OBJETIVO GERAL	17
OBJETIVO ESPECÍFICO	17
METODOLOGIA	18
CAPÍTULO 1: O ESPAÇO RURAL BRASILEIRO E SUAS GEO-GRAFIAS	22
1.1. UMA BREVE REFLEXÃO: (RE) PENSANDO O CONCEITO DO RURAL	23
1.2. TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DO/NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO	29
1.3. OS SENTIDOS DE SER JOVEM NO CAMPO	33
1.3.1. Território e modo de vida: a vida no campo	41
1.4. O CONTEXTO DA PESQUISA: CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS E DOS JOVENS PESQUISADOS	43
1.4.1. Os sujeitos da pesquisa: quem são e o que pensam	49
CAPÍTULO 2: JOVENS DO CAMPO: DIFICULDADES E PERSPECTIVAS NO ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR	53
2.1. ENSINO SUPERIOR: POLÍTICA DE EXPANSÃO E O ACESSO DA JUVENTUDE DO CAMPO	55
2.1.1. Do acesso à permanência no ensino superior: as políticas públicas usadas pelos jovens do campo	62
2.2. O ENSINO SUPERIOR NOS PROJETOS DOS JOVENS DO CAMPO	66
2.3. DIFICULDADES E PERSPECTIVAS DOS JOVENS DO CAMPO EM SUAS TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS	71
CAPÍTULO 3: BUSCANDO NOVOS HORIZONTES: O PAPEL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA TRANSFORMAÇÃO DOS JOVENS DO CAMPO	77
3.1. JUVENTUDE RURAL: ESPAÇO UNIVERSITÁRIO E TRANSFORMAÇÕES DO MODO DE VIDA	79
3.2. SER DO RURAL E ESTUDAR NO URBANO: OS DESLOCAMENTOS DOS JOVENS RURAIS	85
3.3. JUVENTUDE RURAL: SAIR OU PERMANECER NO CAMPO?	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

APÊNDICES	109
APÊNDICE A: Roteiro de entrevista	109
APÊNDICE B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	112

INTRODUÇÃO

A juventude é uma fase de construção social da vida de um indivíduo, sendo influenciada por diversos questionamentos sociais, o que acaba acarretando instabilidade e incertezas na trajetória pessoal e profissional desses jovens (SILVA, 2002). Quando se trata da temática “juventude”, muitas são as pesquisas que se voltam para investigar os jovens do meio urbano, mas poucos são os trabalhos que se dedicam aos estudantes provenientes das localidades rurais.

No decorrer dos últimos anos, a sociedade vem passando por várias transformações, sendo uma delas o acesso à educação. Assim, pode-se destacar que houve uma diversificação dos estudantes universitários quanto a localização geográfica, a origem social, a faixa etária, o gênero e a etnia (ZAGO, 2013). Segundo Brocco e Zago (2013), essa democratização do ensino superior vem ocorrendo por causa do surgimento de várias políticas educacionais criadas pelo governo federal, principalmente a partir de 2003, podendo citar os seguintes programas: Programa de Apoio e Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), dentre outros.

Atualmente o problema não se resume a adentrar no ensino superior, mas sim permanecer nele, principalmente os estudantes de famílias carentes e de outras cidades. Dessa forma, o interesse pelos estudos relacionados aos jovens rurais originou-se ainda durante a minha trajetória acadêmica no curso de graduação em Pedagogia na Universidade Federal de Viçosa (UFV), no período de 2012 a 2016. Sendo moradora de uma comunidade da zona rural de Viçosa-MG e pertencente a uma família de baixa renda, acabei enfrentando diversos desafios para minha permanência no Ensino Superior, tais como a distância, os deslocamentos campo/cidade, as experiências culturais, e os problemas econômicos, tendo que conciliar os estudos com o trabalho, entre outros desafios. Com a minha inserção no curso de Geografia, acabei me deparando com questões teóricas que levaram ao surgimento de questionamentos intelectuais e pessoais acerca da problemática relacionada às trajetórias acadêmicas e a mobilidade socioespacial de jovens rurais.

Entre as questões teóricas que tematizam os estudos sobre a juventude do campo no Brasil, em geral, elas se dirigem às trajetórias escolares de estudantes de

camadas populares rurais. Porém, ainda são escassos os trabalhos voltados à mobilidade socioespacial de estudantes de graduação que residem no campo. Na própria UFV foi possível identificar apenas o trabalho de Gomes (2015), onde a autora analisou a mobilidade campo/cidade pelos moradores de áreas rurais do município de Araponga, a fim de identificar a influência deste movimento espacial sobre os seus modos de vida e na confirmação de espacialidades. Ela teve como foco adultos, idosos, jovens e crianças, observando os processos de mudanças socioeconômicas e culturais no campo causados por esses deslocamentos. A autora obteve como resultado que há uma aproximação entre os modos de vida urbano e rural e, que cada vez mais, os rurais vêm conjugando práticas culturais com as influências urbanas. Neste contexto, faz-se então necessário um estudo sobre a mobilidade socioespacial de jovens rurais que conseguem entrar no ensino superior, a fim de verificar se este movimento interfere e impacta na vida destes estudantes, assim como analisar a trajetória acadêmica deles.

Com base, fundamentalmente, nas perspectivas teóricas sobre a juventude rural, os modos de vida rurais e o ensino superior este trabalho partiu-se das seguintes hipóteses: 1) Os jovens rurais esbarram em várias obstáculos, tais como os fatores econômicos, espaciais, culturais e sociais, dificultando sua continuidade nos estudos; 2) Que o jovem do campo muda o modo de ser e de agir, tanto pelas experiências vivenciadas durante a vida acadêmica, quanto pelo fato de deixarem o campo para ir morar na cidade; e 3) Que alguns jovens do campo tem que conciliar os estudos com o trabalho para se manterem no ensino superior.

Portanto, a pesquisa tende a oferecer benefícios diretos e/ou indiretos à comunidade acadêmica, uma vez que os resultados do estudo poderão contribuir futuramente para o maior conhecimento a respeito da realidade de estudantes provenientes do campo nas universidades públicas, além de contribuir com o poder público auxiliando na construção de possíveis políticas públicas a fim de permitir que as Universidade desenvolvam ações específicas para lidar com os interesses e as questões dos estudantes das comunidades rurais.

A partir destes desafios apontados e tantos outros, há a necessidade de aprofundar os estudos sobre o ponto de vista dos estudantes no que se refere aos impactos da saída do campo para a cidade em busca de estudos, bem como entender de que forma essa mudança interfere na vida pessoal e profissional destes jovens

residentes no meio rural.

Diante disso, a dissertação dividiu-se em três capítulos. O primeiro tem como objetivo realizar uma análise dos estudos que privilegiaram reflexões sobre os conceitos de Rural, os modos de vida no campo e as transformações que o rural está sofrendo a partir das mudanças no urbano. Portanto, foi trabalhado o conceito de rural no primeiro subcapítulo, já o segundo articula teoria e empiria, apresentando as transformações socioespaciais do/no espaço rural brasileiro baseando-se em autores que debatem a temática e também de acordo com os jovens entrevistados. O terceiro traz uma reflexão a partir de alguns estudos teóricos que permitem compreender quem são os jovens rurais e quais os seus modos de vida no campo e o sentido de ser jovem no campo segundo os entrevistados, confrontado com autores que debatem sobre a temática. E por último, é descrito algumas características das duas comunidades que os jovens são provenientes e o perfil dos sujeitos de pesquisa.

O segundo capítulo tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a educação da Juventude Rural, as dificuldades e as perspectivas, bem como discutir sobre as influências dos Movimentos Sociais e das Políticas Públicas para o acesso desses jovens ao Ensino Superior. Neste capítulo articula-se à teoria e a empiria, portanto, em um primeiro momento faz-se uma discussão sobre as políticas públicas voltadas para o campo, bem como as usadas pelos jovens entrevistados para adentrar e permanecer no ensino superior. Posteriormente se discute a importância do ensino superior para os jovens entrevistados e, em um terceiro momento, apresenta-se as dificuldades e perspectivas dos mesmos.

Por fim, o terceiro capítulo também se articula entre teoria e empiria, propondo-se analisar como ocorreu o acesso dos jovens do campo ao ensino superior, bem como busca-se compreender quais foram as transformações do modo de vida ocorridas para esse público. O capítulo está estruturado em três eixos, sendo que o primeiro faz uma discussão sobre as transformações dos modos de vida dos entrevistados a partir do contato com o espaço universitário. O segundo apresenta como ocorreu os deslocamentos (campo versus urbano) desses jovens e, por último, se eles pretendem permanecer ou não no campo.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Partindo do pressuposto de que o acesso do jovem do campo às Universidades não ocorre de modo pacífico, visto que encontram ao longo de sua trajetória acadêmica vários percalços que podem levá-los à desistência ou trancamento de seus respectivos cursos; considerando que também encontram o desafio de ordem cultural, que diz respeito à mudança do modo de ser e de agir, tanto pelas experiências vivenciadas durante a vida acadêmica, quanto pelo fato de deixarem o campo para deslocarem para cidade; esta pesquisa tem como objetivo compreender as transformações do modo de vida dos jovens oriundos do meio rural por meio das suas trajetórias acadêmicas.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- ✓ Compreender as dinâmicas do modo de vida no campo;
- ✓ Observar as possíveis mudanças nos modos de vida dos jovens do campo influenciadas pelo convívio no espaço acadêmico em função dessa nova sociabilidade e deslocamento;
- ✓ Avaliar as trajetórias acadêmicas dos jovens rurais.

METODOLOGIA

Primeiramente, foi feita uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de reunir as informações e dados que serviram para o aprofundamento no assunto. Desta forma, o levantamento bibliográfico foi realizado a partir dos seguintes sites: plataforma SciELO (Scientific Electronic Library Online); portal de periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior); a BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) e LOCUS (Repositório Institucional – UFV). Para fazer a busca, utilizaram as palavras-chaves: juventude do campo, ensino superior e trajetória acadêmica. Foram selecionadas as pesquisas divulgadas sob a forma de teses, dissertações, artigos científicos de periódicos e livros, que discutem sobre a temática juventude do campo no ensino superior.

Empregou-se, nesta investigação, uma pesquisa de campo desenvolvida por meio da abordagem qualitativa, uma vez que ela se torna mais adequada aos objetivos do estudo. Segundo Minayo (2002), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

O universo empírico desta pesquisa é constituído por sujeitos advindos do campo que estão cursando uma graduação na UFV ou graduados da mesma. Assim, foram escolhidas duas comunidades rurais pertencentes ao município de Viçosa-MG. A primeira é a comunidade Paraíso, localizada a beira da rodovia que liga Viçosa a Paula Cândido (MG-280), há 7 quilômetros da UFV. Já a segunda, é a Comunidade São Francisco de Assis, mais conhecida como Juquinha de Paula, localizada a aproximadamente 15 quilômetros da universidade, onde a estrada é toda de terra e de difícil acesso quando chove.

Para a escolha dessas localidades foram usados os seguintes critérios: a distância (uma mais próxima e outra mais distante da UFV) e o acesso, pois a comunidade do Paraíso é de fácil acesso (beira de rodovia, possuindo transporte coletivo mais de nove vezes ao dia, mesmo em dias chuvosos) enquanto a outra é de difícil acesso por se tratar de estrada sem calçamento (possuindo transporte coletivo somente duas vezes ao dia e em dias de chuvas ele não vai).

Dessa forma, para a escolha dos sujeitos foram elencados como critérios:

jovens que ingressaram recentemente na universidade; os que já cursaram cinquenta por cento ou mais do curso e aqueles que já concluíram. Assim, optou-se, nesta pesquisa, pela amostragem não-probabilística onde será utilizado para a localização dos jovens rurais a técnica “bola de neve”, que “consiste em identificar uns poucos sujeitos e pedir-lhes que indiquem outros, os quais, por sua vez, indicarão outros e assim sucessivamente, até que se atinja o ponto de redundância” (ALVES-MAZZOTTI, 2004, p.163).

Para compor o corpo metodológico, foram eleitos como procedimentos de investigação a pesquisa bibliográfica e a análise documental, e como instrumentos de coleta de dados, entrevistas semiestruturadas com os estudantes e egressos que se constituem público-alvo do trabalho. Esse formato de entrevistas foi utilizado por ser um método de coleta que amplia o entendimento das questões a serem estudadas, uma vez que há um roteiro previamente estabelecido (APÊNDICE A), mas também “há um espaço para a elucidação de elementos que surgem de forma imprevista ou informações espontâneas dadas pelo entrevistador” (APPOLINÁRIO, 2006, p.134).

As entrevistas foram realizadas com base em roteiro semiestruturado, com um conjunto de questões comuns a todos os entrevistados e possibilidade de ênfase em aspectos específicos definidos em função da experiência vivida pelo entrevistado. Além de questões que abarquem a trajetória acadêmica, desafios enfrentados e perspectivas dos estudantes, foi observado como a mobilidade socioespacial impactou na vida deles. As entrevistas foram gravadas em áudio para posterior transcrição e análise.

Para ajuste do roteiro das entrevistas foi aplicado um pré-teste, a fim de adequar questões e revisar os conteúdos para a proposta final de entrevista. Houve participação de dois jovens da comunidade Paraíso, tanto na elaboração quanto na revisão do roteiro de entrevista, isso porque essa etapa da pesquisa deve ser uma ferramenta de interação entre o pesquisador e o pesquisado, a fim de propiciar o acesso à realidade social dos indivíduos. Essa abordagem permitiu ainda que o indivíduo, foco da pesquisa, fosse também o construtor do trabalho. Desde o processo inicial aos resultados a participação dos entrevistados se tornou fundamental.

(...) os pesquisadores deveriam, (...) não só tratar as pessoas como sujeitos capazes de analisar sua própria situação, mas igualmente produzir análises de “múltiplas vozes”, isto é, análises em que o ponto de vista dos diferentes atores que participam da pesquisa se encontre

expresso. Em lugar de dar uma versão única sobre a realidade dos outros buscando se impor, as análises deveriam ser o resultado de uma construção mútua, o produto de um diálogo entre o pesquisador e as pessoas pesquisadas. As interpretações seriam, desde então, o fruto de um acordo entre pesquisadores e participantes da pesquisa (POUPART, 2008, p. 219-220).

Para o desenvolvimento das entrevistas foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado pelo sujeito entrevistado em duas vias, uma para o participante e outra para a pesquisadora. Ressalta-se que o TCLE (APÊNDICE B) tem como objetivo apresentar as informações sobre todas as etapas e procedimentos envolvidos na pesquisa, em que declararão aceitar participar da mesma. A participação implica o direito, pelos pesquisadores, de uso das imagens para fins científicos, admitindo a possibilidade de sua utilização na análise dos dados. Aos participantes é assegurado o direito à privacidade, de modo que os mesmos não terão suas identidades expostas. Assim, os nomes foram substituídos por nomes de países, que foram escolhidos pelos próprios entrevistados. Além disso, também foram informados que a qualquer momento poderiam se retirar da pesquisa, sem que isso pudesse lhes acarretar prejuízos ou constrangimentos.

Como a pesquisadora trabalhou diretamente com seres humanos, encaminhou-se o projeto de pesquisa para avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de Viçosa (CEP-UFV) antes de ir a campo, em consonância com a Resolução nº. 196, de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde. Dessa forma, a presente pesquisa foi autorizada pelo CEP-UFV pelo parecer número 4.093.402 na relatoria datada em 17 de junho de 2020.

A partir deste parecer favorável, foram localizados um total de sete sujeitos, sendo 5 mulheres e 2 homens. Para a localização dos sujeitos, primeiramente entrou-se em contato com dois jovens, um da comunidade Paraíso e outro do Córrego São Francisco. O jovem da comunidade Paraíso indicou três jovens que ele conhecia dessa comunidade, já o na outra localidade foram indicados dois sujeitos. Todos aceitaram a conceder a entrevista. As entrevistas tiveram duração de trinta minutos à duas horas, onde alguns sujeitos foram bem diretos em suas respostas, já outros deram muitos detalhes sobre sua vivência, o que acabou ajudando na análise dos dados.

Ressaltando que desde o início do atual surto de Coronavírus (SARS-CoV-2),

causador da Covid-19, tem havido uma grande preocupação em todas as regiões do planeta, sendo a mais importante o fato que este novo vírus não deve ser subestimado. Assim, em um cenário grave como o gerado pelo Coronavírus, a prioridade foi a saúde da população e a segurança da sociedade. Então, como as entrevistas ocorreram de forma presencial, foram tomados todos os cuidados possíveis e cabíveis para prevenção contra a Covid19, seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde do Brasil, entre eles:

- ✓ Antes de se iniciar a entrevista, foram passadas informações referentes às medidas em questão, referentes à proteção contra a Covid-19;
- ✓ As entrevistas foram feitas em locais arejados, mantendo uma distância mínima de dois metros;
- ✓ Não foi permitido, sob hipótese alguma, qualquer tipo de contato físico;
- ✓ Caso tossir ou espirrar, foram orientados a cobrir a boca e o nariz com o cotovelo flexionado ou com um lenço de papel, para impedi a propagação de germes e vírus;
- ✓ O uso da máscara é obrigatório. Caso o entrevistado não possua, estamos ofertando uma máscara descartável;
- ✓ E o uso de álcool em gel 70% durante a entrevista.

Para análise dos dados, foi utilizada a metodologia de Análise de Conteúdo, que segundo Appolinário (2006), se constitui como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção destas mensagens. Para um melhor entendimento, criou-se categorias relacionadas ao objeto de pesquisa a fim de obter padrões e representações comuns. Assim, as deduções lógicas ou inferências que foram obtidas a partir das categorias são responsáveis pela identificação das questões relevantes contidas no conteúdo das mensagens (APPOLINÁRIO, 2006, p.161).

CAPÍTULO 1: O ESPAÇO RURAL BRASILEIRO E SUAS GEO-GRAFIAS

Nos últimos anos, com as profundas transformações que ocorreram no espaço geográfico, mudaram-se as dinâmicas de uso do território em múltiplas escalas, seja na cidade ou no campo. Assim, precisa-se compreender que esses conceitos tem uma ligação com as duas categorias de análise da geografia, o espaço geográfico e o território. O espaço geográfico é constituído pelo campo e pela cidade, compreendidos por suas distintas dinâmicas econômicas, culturais, técnicas e estruturais, onde cada uma dessas áreas possui suas próprias características socioespaciais e múltiplas inter-relações.

Nesse sentido, houve profundas transformações na dinâmica de ocupação do território que foram impulsionadas pelo processo de industrialização, fazendo com que ocorressem grandes mudanças na relação campo-cidade que se relacionam aos processos de êxodo rural, modernização agrícola, acelerada modernização, criação de pequenos núcleos urbanos, dentre outros. Lefebvre (1991), afirma que essas mudanças decorreram ao longo do tempo histórico e que, “segundo as épocas e os modos de produção, ora foi profundamente conflitante, ora mais pacífica e perto de uma associação” (LEFEBVRE, 1991, p.74). Assim, os conceitos de campo e cidade e rural e urbano, sofrem transformações com essa dinâmica da globalização, resultando em novas configurações socioespaciais no que se refere às relações sociais e de espaço.

Pode-se perceber, portanto, que o campo está sofrendo grandes transformações, uma vez que os espaços estão sendo fortemente marcados pela técnica e o capital, sendo estes representados pelas agroindústrias e pelo agronegócio, que juntos correspondem ao espaço de produção agrícola, fruto da modernização e da industrialização da agricultura. A modernidade, por sua vez, expande serviços que antes não dispunham no campo, dentre eles destacam-se os meios de transportes, os de informação e comunicação, e as tecnologias de ponta para produção agrícola.

Nesse contexto, o rural passa a estar mais próximo do urbano, não significando necessariamente que as características distintivas do rural desapareceram, mas que há uma nova organização socioespacial que parte do urbano com suas próprias

características para o rural, que também possui as suas próprias características. Assim, as transformações do mundo rural desencadeadas pela intensificação das trocas com o mundo urbano, diminuíram as diferenças entre os modos de vida no campo e na cidade, “pois elementos de um modo de vida urbano passaram a ser incorporados no campo, mesclando-se aos modos de vida rurais, da mesma forma que os mesmos passaram a ser reproduzidos na cidade” (GOMES, 2015, p.11).

Com as mudanças dos territórios rurais torna-se necessário uma análise da atual configuração do modo de vida dos camponeses. Diante disso, este primeiro capítulo tem como objetivo realizar uma análise dos estudos que privilegiaram essas reflexões sobre os conceitos de rural, os modos de vida no campo e as transformações que o rural está sofrendo a partir das mudanças no urbano. Portanto, no primeiro subcapítulo foi trabalhado o conceito de rural, no segundo articulou-se teoria e empiria, apresentando as transformações socioespaciais do/no espaço rural brasileiro baseadas nos autores que debatem a temática e também de acordo com os jovens entrevistados. Já o terceiro subcapítulo faz uma reflexão a partir de alguns estudos teóricos que permitem compreender quem são os jovens rurais e quais os seus modos de vida no campo e o sentido de ser jovem no campo segundo os entrevistados, confrontado com autores que debatem sobre a temática. E por último, é descrito algumas características das duas comunidades que os jovens são provenientes e o perfil dos sujeitos de pesquisa.

1.1. UMA BREVE REFLEXÃO: (RE) PENSANDO O CONCEITO DO RURAL

O espaço geográfico é constituído pelo campo e pela cidade, compreendidos por suas distintas dinâmicas econômicas, culturais, técnicas e estruturais, onde cada uma dessas áreas possui suas próprias características socioespaciais e múltiplas inter-relações. Cada vez mais os espaços rurais e urbanos, com a inserção de novas técnicas e tecnologias, estão sendo modificados em diferentes escalas. Assim, o conceito de rural vem sofrendo transformações com essa dinâmica da globalização, resultando em novas configurações socioespaciais no que se refere à questão das relações sociais e do espaço.

Portanto, para se discutir o conceito de rural têm que ser considerados alguns fatores, entre eles “o desenvolvimento econômico, produtivo e social, a nova organização do trabalho e a intensificação do uso da tecnologia no campo” (NUNES,

BEZERRA NETO, 2016, p.64). Por isso, ao analisar o conceito do rural, torna-se fundamental recorrer ao seu processo histórico que compõe diferentes realidades, uma vez que cada época possui contextos divergentes que influenciam no processo de conceitualização do rural.

Segundo Ponte (2004), até o século XVIII, o rural era considerado pela sociedade como um território de importância primária. Em termos produtivos representava uma significativa contribuição para a economia, onde possuía uma maior densidade populacional se comparado ao meio urbano. No final desse século, iniciou-se um processo de transformação da sociedade com a Revolução Industrial, a qual modificou as estruturas econômicas, políticas e sociais, dando uma maior ênfase à indústria, o que deixou a agricultura um pouco esquecida.

Nesse contexto, a agricultura e o rural perderam a sua importância para a economia, uma vez que não mais propiciavam a rentabilidade similar aos setores industriais e urbanos (PORTE, 2004). Assim, a população rural começou a migrar para o urbano em busca de melhores condições de vida, ocorrendo o que ficou conhecido como o êxodo rural. Com isso, o rural passou a ser considerado como um espaço periférico, resquício, atrasado e com baixa densidade populacional.

Ao longo do século XX ocorreu um amplo debate pela busca da essência do rural e do urbano, onde numerosos atores se espalharam por um conjunto de diferentes posições e argumentos, especialmente no que dizia respeito a associação entre o rural e o agrícola, que acabou reduzindo a sociologia rural à sociologia da atividade agrícola, ao qual analisava o rural a partir de sua modernização (CARNEIRO, 2008). Nesse sentido, o rural era definido a partir da ótica da escassez, da falta e do atraso, constituindo uma sociologia que foi baseada na imagem, formulada pelos sociólogos, de como o rural e sua população deveriam ser, ao invés de analisar o modo de ser e de agir dos habitantes tidos como rurais (MARTINS, 2000).

Com o passar do tempo, os elementos definidores do rural foram se modificando, adquirindo novas proporções, onde percebeu-se uma grande modernização da agricultura que ocasionou que alguns habitantes do rural passassem a obter sua renda trabalhando em comércios na cidade. Isso acabou reduzindo as diferenças culturais entre campo e cidade. Baptista (2001), afirma que o espaço rural:

(...) é agora procurado por urbanos, consumidores da natureza e das atividades que esta proporciona. O mercado já não se limita a pôr em relação, através das trocas de produtos agrícolas e de equipamentos e tecnologias, dois espaços produtivos: a cidade industrial e o campo agrícola. Hoje envolve todo o território numa teia diferenciada de atividades e de fluxos econômicos (BAPTISTA, 2001, p. 55).

Salientando o trecho acima, há diferentes realidades rurais, uma vez que além de basearem-se nas modificações globais, também se baseiam em elementos locais, no qual alguns rurais são obrigados a adaptarem-se a certos fatores para a sobrevivência, visto que a expansão da modernidade atinge os espaços rurais com intensidades desiguais, onde regiões rurais que estão localizadas mais próximas do urbano vão ter uma maior modernização do que aquelas que estão mais distantes, enquanto outras praticamente não são alteradas (PONTE, 2004).

Carneiro (2012) destaca três principais correntes de pensamento que fazem interpretações sobre a dinâmica do mundo rural nas sociedades contemporâneas. Esses debates sustentam diferentes posturas teóricas, a primeira traz o argumento de que o fim do camponês, principal ator social no meio rural, seria o fim do próprio mundo rural. Isso porque, com a implementação do modelo produtivista, causou-se a redução da população agrícola em razão deste modo estar diretamente ligado ao processo de urbanização das localizações rurais, havendo uma proliferação do padrão de vida urbano. Atestaria assim, o fim da singularidade que até então distinguiu o urbano do rural, sendo a urbanização um resultado natural e inevitável da modernização da sociedade (CARNEIRO, 2012).

A segunda corrente de pensamento sustenta “a permanência das diferenças espaciais e sociais contextualizadas por processos históricos de reelaboração contínua da dualidade campo-cidade engendrando novas ruralidades” (CARNEIRO, 2012, p.25). Esta corrente é identificada pela mudança do ritmo do êxodo rural, onde há um retorno da população urbana ao campo. Com esse processo, as áreas rurais deixaram de ter sua dinâmica centrada na atividade agrícola, porém nem por isso passaram a ser confundidas com as realidades urbanas, negando tanto o fim do mundo rural como o da dualidade, esperado pela modernização (CARNEIRO, 2012).

Uma terceira corrente “sustenta o fim da dicotomia rural-urbano para qualificar realidades sociais distintas nas sociedades contemporâneas” (CARNEIRO, 2012, p. 27). Essa corrente é embasada em estudos da sociedade italiana, onde nunca teria

ocorrido uma esclarecida identificação entre agricultura e dispersão populacional, propondo assim uma abordagem com base espacial, na economia local ou regional (CANEIRO, 2012).

Atualmente, segundo Froehlich (2012), o rural é pensado como um espaço plural, onde há diferentes jeitos de se identificar com um território, seja por meio do emprego, da residência, do lazer, dentre outros. Portanto, o rural contemporâneo não pode ser entendido apenas como uma penetração do urbano-industrial, mas com a inserção de novos valores, hábitos e técnicas, visto que há um processo de reestruturação dos elementos locais, que segundo Froehlich (2012),

[...] implicaria um movimento bidirecional no qual se podem identificar, de um lado, a reapropriação de elementos das culturas locais a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, no sentido inverso, a apropriação, por moradores urbanos, de bens culturais e naturais do mundo rural, gerando uma situação de que não se traduz, necessariamente, na destruição das culturas locais, mas que, ao contrário, pode vir a contribuir para alimentar as sociabilidades e reforçar os vínculos com a dimensão local (FROEHLICH, 2012, p.204).

Portanto, o rural contemporâneo traz combinações de atividades tidas até então como “específicas” do urbano, como as do setor de serviço com características agrícolas do rural. Assim, surge dois fundamentos complementares à definição do novo rural: a de *continuum* rural-urbano e a de pluriatividade (CARNEIRO, 2012).

Segundo Carneiro (2012), a definição de *continuum* é bem antiga, mas foi resgatada na tentativa de adaptar situações observadas que fogem às particularidades dos espaços rurais e urbanos. O espaço é composto por várias combinações de características, assim a definição de *continuum* apresenta a alteração “de uma dualidade espacial para uma dualidade conceitual” (CARNEIRO, 2012, p.40).

Para alguns pesquisadores, a noção de *continuum* seria útil justamente por questionar a ideia dominante da Sociologia Rural de que o rural sucumbiria às pressões do universo urbano. Mesmo permanecendo na posição de subordinação e de complementaridade ao urbano (como, por exemplo, na ênfase aos serviços prestados aos cidadãos pelos agricultores e demais segmentos de zonas rurais na manutenção de áreas de lazer e de preservação ambiental), o mundo rural não representaria mais uma ruptura com o urbano, e as transformações que lhe são atribuídas na atualidade não resultariam na sua necessária descaracterização, mas em uma possível reemergência de sociabilidade e de identidades tidas como rurais. É

esse “renascimento do rural” que, para alguns, caracterizaria a dinâmica atual das trocas sociais e econômicas entre campo e cidade, o que acabaria por recolocar os termos dessa dualidade (CARNEIRO, 2012, p.40).

No rural contemporâneo há também a pluriatividade que é uma estratégia constituída pelos próprios agricultores, que integram atividades não agrícolas ao seu núcleo social e a inserção de membros de famílias rurais ao mercado de trabalho urbano, como o trabalho assalariado em indústrias.

A pluriatividade é uma noção que resulta das evidências sobre a inserção plural dos membros das famílias rurais no mercado de trabalho e sobre a diversificação dos usos dos espaços rurais. No entanto, se, de um lado, essa noção amplia a visão abre o leque de atividades econômicas exercidas no meio rural, chamando a atenção para os seus múltiplos significados, de outro lado ela mantém o olhar limitado à esfera das atividades, deixando em segundo plano as relações sociais e os atores sociais envolvidos. Essa centralidade nas atividades ou ocupações não agrícolas é, sem dúvida, resultado de um olhar que privilegia a esfera do econômico sobre um rural não essencialmente agrícola. A questão central, aqui, seria reconhecer o lugar estrutural das atividades não agrícolas na emergência de novas ruralidades (CARNEIRO, 2012, ps. 39 e 40).

Nos sistemas econômicos e culturais da ruralidade contemporânea está acontecendo uma inserção heterogênea de agricultores, assim como demais integrantes da população rural. Uma vez que está acontecendo uma ampliação do campo de possibilidades de atuação dos indivíduos, vêm ocorrendo uma diversificação do meio rural no que tange aos bens culturais, como também as atividades econômicas não agrícolas (CARNEIRO, 2012).

Certamente, a população rural reage a essa diversificação respondendo, de formas variadas, aos estímulos e constrangimentos sociais, de acordo com as potencialidades e características de cada território, de acordo as posições dos indivíduos na estrutura familiar e de acordo com as condições objetivas e subjetivas dos atores sociais: posição na estrutura familiar, domínio de saberes (códigos que permitam a navegação em ambientes sociais distintos) e de conhecimentos específicos (CARNEIRO, 2012, p.248).

O rural, nas suas relações econômicas, não está mais atrelado unicamente as atividades agrícolas e agropecuárias, mas também atividades como prestação de serviços, local de moradia e ocupações não-agrícolas, considerando que essas atividades não abrangem toda realidade do rural. Por isso, o rural deve ser compreendido como um território produzido pelas relações sociais, políticas e

econômicas que os indivíduos rurais estabelecem com a terra (PONTE, 2004).

Segundo o IBGE, o espaço rural, apesar de ser anterior ao espaço urbano no Brasil, é identificado apenas a partir do que não é urbano. Sendo o urbano as cidades (sedes municipais), as vilas (sedes distritais) ou as áreas urbanas isoladas, e toda a área situada fora dos limites urbanos. Desse modo, a conceituação de rural vai depender de modo direto da localidade a que se é referido. Portanto, a forma que se escolhe para conceituar a realidade não depende tão somente de como a percebe organizada, mas também de como a organiza. Sendo assim, fica claro que todos os conceitos trazem consigo suas representações, ou seja, aquilo que é pré-existente (SIQUEIRA, OSÓRIO, 1999).

(...) O conceito de rural, como muitos outros, é simultaneamente suficiente e insuficiente, porque a realidade não conhece classificações ou esquemas de qualquer espécie: nós é que os criamos para nos orientarmos na complexidade da existência, da realidade, a qual precisamos conhecer, seja através de teorias científicas, religiosas ou de senso comum. Para organizar a nossa experiência, nós emolduramos de várias formas a realidade, e o conceito de rural é uma delas (SIQUEIRA; OSÓRIO, 1999, p.77).

Dessa forma, é importante compreender o rural não apenas como um território residual, mas destacar sua importância para a sociedade e entendê-lo a partir dos olhares dos rurais. Assim, podem-se propor alternativas para um desenvolvimento rural de acordo com as realidades rurais, de modo que permita um progresso e um desenvolvimento a partir da melhor utilização destas características existentes. Ressalta-se ainda a importância de se repensar em políticas públicas para atender as peculiaridades e singularidades do rural, visto que muitos projetos são decorrentes da visão do urbano, e acabam não contemplando a realidade do rural (PONTE, 2004).

Por fim, o rural não pode ser identificado como apenas um território que está localizado fora do perímetro urbano e muito menos pelas atividades exclusivamente agropecuárias. O rural é muito mais do que isso, ele possui distintos hábitos, culturas, modos de vidas, costumes e especificidades que ultrapassam restrições geográficas físicas. Portanto, nesta pesquisa é defendido que há diferentes ruralidades. Assim, o rural é pensado como um espaço plural, tendo diversos jeitos de se identificar com um território, seja por meio do emprego, da residência, do lazer, dentre outros.

1.2. TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DO/NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO

O espaço rural está passando por profundas transformações, seja no avanço da modernização ou no surgimento de novas atividades em seu interior. Assim, é preciso entender que as organizações da sociedade se transformaram e continuam se transformando com o aumento do desenvolvimento do modo de produção capitalista, da divisão de trabalho e da difusão das tecnologias de ponta, tornando cada vez menos evidente as diferenças entre o campo e a cidade. Salientando que esses processos acontecem de forma desigual, como já foi explicado no primeiro subcapítulo, os espaços rurais próximos ao urbano tendem a se adequar mais à modernização do que aqueles distantes.

A inserção da tecnologia no campo é decorrente da expansão do capitalismo iniciado com a mecanização da agricultura e da pecuária, e que hoje incorpora outras atividades não agrícolas, como o lazer e o turismo (RODRIGUES, 2012). Nesse sentido, o perfil da população residente no campo modificou-se, o que significa que o modo de vida rural, assim como a forma como os rurais apropriam e produzem o espaço, tendem a se adequar cada vez mais ao modo de vida urbano, especialmente sob a influência do consumo. Essa modificação do rural pode ser percebida em uma das falas dos entrevistados desta pesquisa:

Eu acho que mudou bastante em comparação dos anos atrás, eu acho que... tá meio mais pra, eu olho a realidade daqui, mais pra urbano do que realmente pra zona rural, porque tem muitos estabelecimentos, casas, construções vindo pra cá. Então, antigamente você via era família mesmo, morando em um determinado local. Hoje não, você vê muita construção e loja mesmo né!? Muita gente querendo construir na zona rural. Então assim, de certa forma eu acho que mudou o conceito de zona rural. Então eu acho assim, de hoje, atualmente mudou um pouquinho o conceito do que alguns anos atrás (Índia, 26 anos).

Segundo Carneiro (1998, p.58), essa “heterogeneidade social, ainda que produza uma situação de tensão, não provoca obrigatoriamente a descaracterização da cultura local”. Não há, portanto, uma descaracterização dos núcleos rurais, mas uma reestruturação, com a incorporação de novos componentes econômicos, sociais e culturais (CARNEIRO, 1998).

[...] as transformações na comunidade rural provocadas pela intensificação das trocas com o mundo urbano (pessoais, simbólicas,

materiais...) não resultam, necessariamente, na descaracterização de seu sistema social e cultural como os adeptos da abordagem adaptacionista interpretavam. Mudanças de hábitos, costumes, e mesmo de percepção de mundo, ocorrem de maneira irregular, com graus e conteúdos diversificados, segundo os interesses e a posição social dos atores, mas isso não implica uma ruptura decisiva no tempo nem no conjunto do sistema social. Quando aceita pela comunidade, a diversidade assegura a identidade do grupo que experimenta uma consciência de si na relação de alteridade com os “de fora” (CARNEIRO, 1998, p.58).

Antigamente, as cidades eram subordinadas ao campo, principalmente, pela prática da agropecuária que determinava o ritmo e modo de vida nas cidades. Mas, com o avanço da industrialização, o crescimento do setor terciário e a aceleração do processo de urbanização as cidades tornaram-se o centro da matriz econômica, e assim, os papéis acabaram se invertendo. Nesse novo panorama, o campo se tornou economicamente subordinado à cidade, tornando-o dependente das técnicas e produções industriais.

Com isso, houve profundas transformações na dinâmica de ocupação do território que foram impulsionadas por esse processo de industrialização, havendo assim, grandes mudanças na relação campo-cidade no que se relacionam aos processos do êxodo rural, modernização agrícola, acelerada modernização, criação de pequenos núcleos urbanos, dentre outros. Lefebvre (2001), aponta que essas mudanças decorreram ao longo do tempo histórico, “segundo as épocas e os modos de produção: ora foi profundamente conflitante, ora mais pacífica e perto de uma associação. Mais ainda, numa mesma época manifestam-se relações bem diferentes”. (LEFEBVRE, 2001, p.74). O autor ainda discorre que este conflito, em relação ao campo e a cidade, estava longe de se resolver:

O conflito cidade-campo está longe de ser resolvido todos sabem disso. Se é verdade que a separação e a contradição cidade-campo (que envolvem a oposição entre dois termos sem se reduzir a ela) fazem parte da divisão do trabalho social é preciso admitir que esta divisão não está nem superada nem dominada. Longe disso (LEFEBVRE, 2001, p. 75).

Santos (2006), por sua vez, afirma que o processo de transformação do espaço geográfico é fruto de uma construção histórica, que vem sendo caracterizada ao longo dos anos decorrente da relação do homem com os agentes naturais. Assim, segundo

o autor, o espaço geográfico teve três etapas: meio natural, meio técnico e meio técnico-científico informacional.

Inicialmente havia o meio natural, no qual não havia expressivas transformações humanas, utilizando-se técnicas simples, como a agricultura e a domesticação de animais, mas que eram entrelaçadas simbioticamente à natureza. Nele, os sistemas técnicos eram locais e desprovidos de objetos técnicos. Já o meio técnico, posterior à invenção e ao uso das máquinas, foi caracterizado pelo espaço mecanizado, com um misto de objetos culturais e técnicos. Assim, o espaço era tanto natural, quanto artificial, e o fenômeno técnico era geograficamente limitado às nações desenvolvidas. Por último, há o período atual, o meio técnico-científico-informacional, que se iniciou após a Segunda Guerra Mundial e consolidou no decênio de 1970. Nele o mercado global une a técnica, a ciência e a informação, sendo entendidas como as bases do espaço e da produção.

Com a modernização e a criação de novas técnicas, a cidade passou a controlar e comercializar a produção do campo, que segundo Santos (2006), “eram apenas as grandes cidades que se apresentavam como o império da técnica, objeto de modificações, supressões, acréscimos, cada vez mais sofisticados e mais carregados de artifício. Esse mundo artificial inclui hoje “o mundo rural” (SANTOS, 2006, p. 160). Assim, a cidade está expandindo sua esfera de dominação por meio da transformação e agregação de valor no campo. Este, por sua vez, que era praticamente independente, agora se torna dependente da cidade em alguns casos.

Atualmente, está sendo vivenciando o período técnico-científico-informacional, onde se definiu novas relações campo-cidade. Pois, com a industrialização foram inseridas no campo novas técnicas de cuidados no plantio, na colheita, na armazenagem, na estocagem, no empacotamento, na transportação e comercialização. Nesse sentido, o campo alterou suas bases produtivas para atender as novas demandas da cidade (SANTOS, 2006). Vale ressaltar, que esse período descrito por Santos (2006) não pode ser aplicado a todas as localidades rurais, pois há vários tipos de realidades rurais, visto que além de dependerem das transformações globais, também dependem de fatores locais, o que os obriga a se adaptarem a certas condições para sobreviverem (PONTE,2004).

Para os sujeitos da pesquisa, a modernização e a crescente industrialização é um ponto positivo para o rural, porém traz algumas consequências como a

substituição da mão-de-obra pelos maquinários. Isso faz com que muitas pessoas deixem o campo para migrar para cidade em busca de melhores condições de vida, resultando em profundas consequências na organização urbana, ficando este movimento conhecido como Êxodo Rural.

(...) até mesmo a parte mecânica, de equipamentos mesmo para utilizar na roça. Eu acho que foi bom, só que hoje eles estão preocupados muito com a questão de quantidade, ajudou bastante... Lógico que quem trabalha perde um pouco, né? Porque depende do serviço, mas eu acho que essa questão de mecanização ajudou bastante na zona rural também. (...) Por exemplo, a roçadeira, antigamente era tudo na foice, né? Então assim, foi bom porque hoje a agilidade dela, coisas que você fazia em uma semana hoje você faz em dois, três dias. Olha o tempo que você ganha agora! Só que você perde mão-de-obra, as vezes porque o serviço... vamos supor, a foice sei lá... supondo ocê gastava umas quatro, cinco pessoas, hoje com a roçadeira você paga somente uma pessoa. Então, as vezes você ganha na questão de tempo, mas perde na questão do trabalhador, por exemplo, perde nessa questão de emprego (Índia, 26 anos).

Claro! Sem dúvidas eu vejo a tecnologia como muito positiva na roça. Você tem uma facilidade melhor no trabalho e um acesso melhor a informação. A mão-de-obra né!? A gente tem que falar da mão-de-obra, porque uma máquina produz mais que muitas pessoas, então quem depende disso vai optar pelas máquinas, por ser um custo mais baixo. E isso gera desemprego e faz as pessoas procurar um outro meio para trabalharem. Eu acho que é por isso que vem muita gente para a cidade, as pessoas acabam deixando o campo para vim para a cidade em busca de emprego e melhores condições. (Equador, 28 anos).

De acordo com Souza e Freitas (2016), a cidade e o campo são espaços de disputas de relações sociais. Embora possuam distintas dinâmicas econômicas, culturais, técnicas e estruturais, as relações não são particularidades de cada um, pois é possível notar ruralidades e urbanidades em lugares diferentes de sua origem. Portanto, atualmente está acontecendo um processo de mutação, onde a cidade está adentrando no campo, como afirma Lefebvre (2001):

Nos países industriais, a velha exploração do campo circundante pela cidade, centro de acumulação do capital, cede lugar a formas mais sutis de dominação e de exploração, tornando-se a cidade um centro de decisão e aparentemente de associação. Seja o que for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o. Não sem os efeitos paradoxais anteriormente observados. A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisão etc.). As aldeias se ruralizam perdendo a especificidade camponesa.

Alinham-se com a cidade, porém resistindo-a às vezes, dobrando-se ferozmente sobre si mesmas (LEFEBVRE, 2001, p.74).

O campo está incorporando alguns aspectos do urbano, pois alguns espaços rurais estão sendo fortemente marcados pela a técnica e o capital, representado pelas agroindústrias e pelo agronegócio, que correspondem ao espaço de produção agrícola, fruto da modernização e da industrialização da agricultura. Soja (1993), afirma que está ocorrendo uma reestruturação social, ou seja, uma mudança na vida social, econômica e política. Essas reestruturações podem ser vistas na divisão de trabalho, nos modos de produção capitalista, na mão-de-obra, na distribuição do poder político econômico, entre outros.

A abordagem da relação campo-cidade a partir do capitalismo, mostra que foram inseridas no campo várias tecnologias que antes eram de domínio urbano. Nesse sentido, a modernização está reorganizando o espaço rural, conforme Gomes (2015) apresenta:

No campo, as casas foram se equipando com tecnologias domésticas, tecnologias da informação e comunicação e meios de transporte, incorporando práticas de trabalho e de sociabilidade cidadinas. As mudanças nas práticas e costumes foram se instituindo nos modos de morar e de viver no campo, devido à proximidade com a cidade, permitiu alguns segmentos sociais mais que outros, adotarem, nas sociedades rurais novos comportamentos e práticas contribuindo, assim, para penetração de um modo de vida urbano no campo (GOMES, 2015, p.11-12).

Dessa forma, a modernidade expande serviços que antes não dispunham no campo, fazendo com que o mundo rural se transforme e incorpore práticas urbanas. Nesse contexto, o rural passa a estar mais próximo do urbano, não significando, necessariamente, que as características distintivas do rural desapareceram, mas que há uma nova organização socioespacial que parte do urbano, com suas próprias características para o rural. Então, verifica-se que as relações campo e cidade vão se alterando no tempo e no espaço de acordo com as mudanças que estão ocorrendo pela influência da sociedade.

1.3. OS SENTIDOS DE SER JOVEM NO CAMPO

As pessoas moram em diferentes lugares do mundo, o que influencia na maneira de ser e de viver dos indivíduos. O trabalho, o lazer e as diversidades culturais estão diretamente ligados com o espaço habitado pelo homem. O campo reúne

sujeitos de diferentes etnias, gêneros, crenças, gerações e com diferentes experiências de organização e de trabalho. Assim, o modo de vida dos rurais perpassa por significados e valores modelados por essa heterogeneidade que se desenvolve em cada região.

O campo é um lugar onde a população mora em fazendas, chácaras, sítios ou em construções pequenas com terrenos espaçosos para plantar e a criar animais. A maioria dos indivíduos que residem no campo trabalha na agricultura, na lavoura, plantando e colhendo alimentos básicos para a própria sobrevivência e também para serem negociados na cidade. É nesse sentido que se faz necessário fazer uma reflexão sobre a juventude do campo e compreender como ela está sendo construída e vivenciada.

Segundo Paulo (2010), ainda existem dificuldades sociológicas em delimitar uma definição para juventude, principalmente para a do campo. Isso se dá pelo fato de ser um tema ainda pouco explorado e recente, precisando de uma maior variedade de estudos. Assim, para debater o conceito de juventude rural é preciso considerar que o mundo rural é heterogêneo, multifacetário e multidimensional, necessitando ser entendido em sua particularidade (PAULO, 2010).

Em 2005, Wheisheimer publicou um artigo cujo objetivo era mapear e discutir as pesquisas produzidas sobre juventude rural no período de 1990 a 2004. Para ele, a juventude rural está em uma situação de invisibilidade, configurando em uma cruel expressão de exclusão social, pois “os jovens rurais brasileiros não gozam do direito à cidadania quando se trata de admiti-los como sujeitos ou atores políticos com direito de participar das decisões que afetam sua vida e seu futuro” (WHEISHEIMER, 2005, p. 8). Para esse autor, os jovens do campo aparecem como um setor extremamente fragilizado na sociedade. Além disso, o autor afirma que essa juventude convive com várias situações de não reconhecimento, preconceitos, marginalidade e exclusão, e “enquanto eles permanecerem invisíveis ao meio acadêmico e ao sistema político, não sendo socialmente reconhecidos como sujeitos de direitos, dificilmente serão incluídos na agenda governamental” (WHEISHEIMER, 2005, p. 8).

Para realizar o mapeamento, Wheisheimer (2005) baseou-se na análise de resumos de teses, dissertações, livros e artigos publicados em revistas ou anais de congressos científicos. Foram encontrados cinquenta trabalhos, sendo duas teses de doutorado, três livros, 18 dissertações de mestrado e 27 artigos publicados em

periódicos e anais de congressos científicos. Ao analisar esses trabalhos Weisheimer (2005), identificou cinco abordagens utilizadas na definição do conceito de juventude rural: 1) Juventude como faixa etária, 2) Juventude como período de transição ou ciclo de vida, 3) O enfoque nas gerações, 4) Juventude como cultura ou modo de vida, e 5) Juventude como representação social e auto representação. Segundo o autor, alguns pesquisadores enfatizam uma dessas abordagens, enquanto outros procuram fazer variadas combinações entre elas, e há aqueles que não estabelecem uma definição sobre o que entendem por juventude rural.

Segundo Weisheimer (2005), a abordagem juventude como uma faixa etária é empregada em pesquisas que utilizam como critérios a idade dos sujeitos. Essas pesquisas também se apoiam em outros dados, como os indicadores demográficos, critérios normativos ou padrões que são estabelecidos por organismos internacionais que definem quem é ou não considerado jovem.

Na segunda abordagem, a juventude como período de transição ou ciclo de vida, Weisheimer (2005) descreve que o termo juventude designa um estado transitório, ao qual é uma fase da vida humana que se inicia na puberdade, e seu término varia de acordo com critérios e pontos de vista que a sociedade adota para determinar se os cidadãos são jovens. Nessa perspectiva, a juventude é um estágio em que acontece a entrada plena na vida social, com deveres e direitos, responsabilidades e independência mais amplas do que as das crianças e não tão completas quanto as dos adultos. Essa abordagem é a mais utilizada pelos pesquisadores, pois adquiriu grande relevância na medida em que foi assumida pela UNESCO a partir da Conferência Internacional sobre Juventude, realizada em Grenoble em 1964 (WEISHEIMER, 2005).

Com o enfoque nas gerações, tem-se a ideia de que a juventude é uma inerentemente contestadora, ou de que essa rebeldia é necessariamente transitória, como os jovens. Nessa abordagem, a juventude também é vista a partir de seus potenciais de mudança, destacando-se a sua capacidade criadora e inventiva (WEISHEIMER, 2005).

A perspectiva da juventude, como cultura ou modo de vida, é percebida como uma expressão da cultura de massas. Nessa abordagem, a juventude é definida por critérios culturais, destacando-se que os espaços de sociabilidade juvenis são importantes na constituição de suas identidades. Nessa abordagem, um principal

componente que aparece na construção do entendimento do que seja juventude é a mídia. Assim, a cultura juvenil está associada à sociedade de consumo, onde suas características incluem alguns tipos de vestimentas, linguagem, acessórios, tendências musicais, esportes e lazer. Nesse seguimento, a juventude no meio rural seria resultado dos processos de modernização no campo (WEISHEIMER, 2005).

Por fim, na perspectiva da juventude como representação social e auto representação, “o termo juventude designa um conjunto de relações sociais específicas, vividas por elementos classificados como jovens em uma dada sociedade” (WEISHEIMER, 2005, p.24). A abordagem explica a condição juvenil como uma posição hierárquica social fundada em representações sociais, que buscam significados que definem quem é e quem não é jovem em um determinado contexto sociocultural. As representações sociais remetem à ideia de que a juventude é um processo transitório que marca a passagem da fase da infância, uma condição social da dependência, para a fase adulta, de independência. Nessa abordagem, os jovens estariam sujeitos à inclusão de vários papéis sociais ou funções socialmente atribuídas pelos processos de socialização, fazendo com que a alternância desses papéis assegure a reprodução ou continuidade social (WEISHEIMER, 2005).

Portanto, a juventude é uma fase de construção social da vida de um indivíduo, sendo influenciada por diversas experiências sociais, que acabam influenciando em suas características identitária. Os jovens vão construindo suas identidades ao longo de suas vidas sob as mais diferentes influências, as quais ideias e valores são constantemente confrontados. De acordo Simões (2015), “a concepção de juventude varia nos tempos e espaços vividos pelos grupos humanos, assim como que a constituição de sua identidade é permeada por múltiplas dimensões – econômica, política, cultural, ambiental, étnica, territorial, entre outras” (SIMÕES, 2015, p.125).

Simões (2015), ainda destaca que há diferentes formas de ser e de viver a juventude no espaço rural brasileiro, como o rural é diverso, então a juventude também é diversa, podendo afirmar que há “juventudes rurais” no rural brasileiro (SIMÕES, 2015, 128). Nesta perspectiva, segundo Hall (2006), o ser humano não possui uma única e plena identidade, ao contrário, constrói e assume diferentes tipos de identidades em diversos momentos e lugares de sua vida, assim não existe apenas um tipo de juventude.

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta (DAYRELL, 2003, p. 42).

A juventude é um processo de vida onde se começa a estabelecer a identidade, de acordo com os espaços em que os jovens transitam e as posições sociais que ocupam. Essa fase é composta não apenas pelas formas de se mover, comportar ou agir, mas também o grupo econômico, região e cor, entre outros aspectos que influenciam a juventude.

(...) a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. Assim, os jovens pesquisados constroem determinados modos de ser jovem que apresentam especificidades, o que não significa, porém, que haja um único modo de ser jovem nas camadas populares. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existente. Assim compreendida, torna-se necessário articular a noção de juventude à de sujeito social (DAYRELL, 2003, p. 42).

Segundo Dayrell (2003), a juventude é uma condição e um tipo de representação, que faz parte de um processo de crescimento que é composto pelas experiências e pelo contexto em que estão inseridos. Nesse sentido, devem-se abordar os jovens em seu plural, não esquecendo as diferenças e desigualdades que perpassam essa condição, uma vez que há uma diversidade do perfil da juventude referente às suas condições na estrutura social, na renda, no gênero, na etnia e no meio em que vivem.

Na mesma linha de pensamento, Novaes (2007) afirma que existem várias juventudes em um mesmo espaço social, se diferenciando em decorrência das classes sociais, das relações de gênero, de estilos de vida e do local que habitam. Segundo essa autora, juventude é um tempo de construção de identidades e de definição de projetos de futuro.

Castro (2009) também afirma que há diferentes construções da ideia de “ser

jovem” que variam de acordo com os espaços que transitam e dependem das posições sociais ocupadas. Assim, a autora busca compreender a categoria juventude nos seus diferentes aspectos, pois, além de funcionar como uma categoria de identidades sociais, a juventude, também está marcada por relações de hierarquia social.

Ainda segundo Castro (2009), a juventude pode ser compreendida como um ator político, uma vez que os jovens, a partir de seus territórios de vida, passaram a se organizar, a forjar um campo político de juventude e que, por sua vez, também forjou um campo político das/nas políticas públicas de juventude. Assim, para entender o conceito de juventude faz-se necessário partir da percepção de diversidade, das especificidades que as identidades possibilitam, uma vez que a identidade é construída por meio da convivência com o lugar de raiz do indivíduo, mas ao longo da vida essa identificação pode ganhar novas características, ser desconstruídas e reconstruídas por meio do deslocamento do sujeito pelo espaço.

Mas identidade não é apenas um assunto pessoal. Ela precisa ser vivida no mundo, num diálogo com outros. Segundo os construcionistas, é nesse diálogo que a identidade é formada. Mas não é dessa maneira que ela é vivenciada. De um ponto de vista subjetivo, a identidade é descoberta dentro da própria pessoa, e implica identidade com os outros. O eu interior descobre seu lugar no mundo ao participar da identidade coletiva (por exemplo, uma nação, uma minoria étnica, uma classe social, um movimento político ou religioso). (KUPER, 2002, p. 298).

Nessa mesma perspectiva, Castells (2008) descreve que as identidades permitem a percepção da realidade individual, a consciência de si mesmo. Conseqüentemente, permitem a diferenciação entre o “eu” e o “outro”, possibilitando as distinções identitária de cada um. Portanto, a identidade cultural, pode ser vista como uma construção subjetiva, em constante mudança do “eu” individual, influenciadas pelo coletivo e pelas formas simbólicas, que ligam o ser social e sua condição existencial, a outros grupos sociais e práticas culturais, em vários contextos do espaço geográfico.

A forma como todos nós construímos nossa identidade, nosso destino e buscamos nossos desejos fazem parte de um grande processo de mudança que não acaba em nós, pelo contrário, apenas começa em nós. E os jovens que estão hoje no campo percebem essas mudanças, desejam novas opções profissionais, novos estilos de vida e outras formas de inserção sociais muito diferentes das gerações anteriores.

Pois mesmo em situação de pobreza esse jovem hoje possui mais acesso a informação (mesmo que precária), circula muito mais em diferentes espaços geográficos e sociais, possui e valoriza aparelhos eletrônicos que ampliam a comunicação e sonham com um universo cultural e social com mais acesso aos bens de consumo que o vivido pelos seus pais (WOLLZ; FERREIRA; RANGEL, 2014, p.118).

Paulo (2010), ao analisar os significados de ser jovem rural ou urbano, chegou a três considerações importantes. Na primeira, a autora afirma que a juventude é uma construção sociocultural e histórica. Apesar de o conceito ter sido elaborado por instituições modernas, ele é vivenciado pelos jovens por meio do conhecimento mútuo e pela convivência no meio sociocultural em que vivem.

A segunda consideração defendida por Paulo (2010), é que o jovem deve ser definido pela sua forma subjetiva, não apenas objetiva, pois há a necessidade de entender o jovem em seu curso da vida, uma construção sociocultural ligada a um processo histórico. Assim, a autora enfatiza na última consideração, que a juventude rural é heterogênea, formada a partir de vários fatores e conjuntos de relações com a família, com o mundo e com a própria percepção que o jovem tem dele mesmo que são responsáveis pela construção de suas identidades.

Segundo Wanderley (2007), o estudo sobre a juventude rural compreende a dinâmica espacial, que relaciona a experiência do jovem e sua inserção na sociedade, seja na família, na vizinhança ou na cidade, e também a dinâmica temporal, como o passado das tradições familiares e as perspectivas para o futuro, principalmente através das escolhas profissionais, matrimoniais, migração temporária ou definitiva.

(...) Por um lado, uma dinâmica espacial que relaciona a casa (a família), a vizinhança (a comunidade local) e a cidade (o mundo urbano-industrial). Mais do que espaços distintos e superpostos, trata-se essencialmente dos espaços de vida que se entrelaçam e que dão conteúdo à experiência dos jovens rurais e à sua inserção na sociedade. Por outro lado, nestes espaços, a vida cotidiana e as perspectivas para o futuro são imbuídas de uma dinâmica temporal: o passado das tradições familiares – que inspira as práticas e as estratégias do presente e do encaminhamento do futuro; o presente da vida cotidiana – centrado na educação, no trabalho e na sociabilidade local e o futuro, que se expressa, especialmente, através das escolhas profissionais, das estratégias matrimoniais e de constituição patrimonial, das práticas de herança e sucessão e das estratégias de migração temporária ou definitiva (WANDERLEY, 2007, p. 23).

Para Wollz et al (2014), a juventude do campo possui diferentes expressões e particularidades nos modos de pensar, participando de modo diferenciado em ações políticas. Segundo a autora, atualmente os jovens que vivem no campo têm alguns aspectos em comuns, tais como a formação de um grande fluxo migratório do campo para urbano, em busca de qualificação profissional e de trabalho para ajudar na renda da família.

Segundo Weisheimer (2005), a juventude do meio rural enfrenta desafios que, em sua maioria, estão ligados às condições vivenciadas no campo. Esses jovens são marcados pela forte característica de compartilharem os mesmos desafios enfrentados no campo, tanto em relação à família, quanto a condição de vida e da falta de trabalho. Isso porque, em sua maioria, os indivíduos do meio rural entre as idades de 10 e 12 anos começam a trabalhar, realizando inicialmente atividades mais simples e leves. Porém, por volta dos 16 anos, eles já realizam atividades mais pesadas ou, muitas das vezes, assumem o papel do adulto na propriedade (CARVALHO et. al., 2009).

Como eles são membros de uma unidade doméstica que também atua como unidade de produção agrícola, predomina a instituição de saberes, normas e valores do universo da família e do processo de trabalho que esta realiza. Com efeito, a socialização realizada neste contexto produz a incorporação de saberes específicos associada à configuração de identidades sociais e profissionais ligadas à agricultura. Diferentemente de outros jovens, sua identidade social se constrói em relação ao trabalho familiar agrícola, o que produz os dilemas e as características diferenciadas de sua situação juvenil (WEISHEIMER, 2011 p. 111).

Em seus estudos Puntel, Paiva e Ramos (2011) concluíram que os jovens do campo de gerações passadas construíram suas identidades em um espaço social mais restrito do que os jovens atuais, uma vez que estão mais ligados a relações sociais e culturais mais amplas, fatores que os fazem repensar suas identidades, suas relações pessoais e seus projetos de vida. “Além do mais, os jovens de agora, cada vez mais, procuram afirmações para o seu futuro e aspiram à construção de seus projetos, geralmente vinculados ao desejo de inserção no mundo moderno” (PUNTEL; PAIVA; RAMOS, 2011, p.17).

(...) quem já teve a oportunidade recente de conviver com jovens rurais sabe o quanto eles são, sob vários aspectos, semelhantes a muitos dos que vivem nas cidades. Eles vestem modestamente, mas com roupas consideradas dentro do padrão da moda jovem. Gostam de

conviver com o grupo de amigos. Como qualquer outro jovem, têm suas preferências quando se trata de artistas, grupos musicais ou equipes esportivas. Assistem às novelas televisivas, participam das campanhas eleitorais e acompanham, pelos noticiários das emissoras de televisão, o que acontece no país e no mundo. Mesmo as carências sociais de que são vítimas são a tradução, no meio rural, das tensões e contradições da sociedade brasileira, em seu conjunto. Tudo isto nos leva a desautorizar qualquer análise que tente isolar a realidade dos jovens rurais, e considera-los com pertencentes a um mundo à parte, não integrado à sociedade mais ampla em que vivem (WANDERLEY, 2007, p.31).

Nesse sentido, segundo Lopes e Carvalho (2015), o papel social e o lugar que os jovens do campo ocupam nas relações sociais têm os colocados em duplo movimento: de um lado, são instigados pelo estilo de vida urbana, tendo maiores possibilidades de acessos aos bens e serviços, mas ao mesmo tempo acabam se afastando da reprodução familiar tradicional e patriarcal que são submetidos, com efeito, se desinteressam pelo campo. De outro, os jovens se articulam para permanecer no campo, lutam, como atores sociais, pela construção de identidades, com demandas específicas para seu segmento, porém, nem sempre reconhecidas nas políticas públicas (LOPES; CARVALHO, 2015).

Por fim, nesta pesquisa foi defendido que a juventude, como categoria social, interfere diretamente e indiretamente nos processos de produção e de transformação de seus modos de vida.

1.3.1. Território e modo de vida: a vida no campo

O emprego do conceito de modo de vida na geografia não é um fato novo. Segundo a geógrafa Marques (1994), o modo de vida no campo é composto “por um conjunto de relações familiares e de vizinhança, formas de organização da produção imediata, condições materiais de vida e de trabalho, relações políticas e religiosas” (MARQUES, 1994, p.5). Sendo assim, à forma como um determinado grupo social manifesta sua vida.

(...) o modo de vida corresponde a um conjunto de práticas cotidianas desenvolvidas por um determinado grupo social e decorrente de sua história, da posição que ocupa na sociedade envolvente e da forma específica que assegura a sua reprodução social (MARQUES, 1994, p. 5-6).

Ainda de acordo com a autora, o modo de vida camponês possui diferenças entre as regiões brasileiras e também em relação às condições socioeconômicas em

que se inserem. Onde os hábitos e as preferências de um grupo são expressos por intermédio de um conjunto de objetos constituído pelos meios de sustento, vestimenta, habitação, instrumentos e armas (MARQUES, 1994).

Para Guerra (1993), os modos de vida situam-se ao nível da vida cotidiana. Segundo a autora, as pesquisas mais recentes sobre modos de vida dão enfoque a dois aspectos fundamentais: a análise da relação entre as diferentes práticas cotidianas, por exemplo, trabalho, vida familiar, consumo, lazer e etc. e, às relações que o conjunto dessas práticas cotidianas estabelece com as relações sociais mais gerais.

Na mesma linha de pensamento, Suzuki (1994), descreve que “o modo de vida se define pela forma como os moradores percebem, vivem e concebem, em específico, o espaço” (1996, p. 179). Portanto, o modo de vida mostra as novas formas de relações sociais criadas pela sociedade a partir do relacionamento com a natureza, produzindo e se apropriando do espaço.

Assim, poderíamos redefinir modo de vida pela forma como os moradores percebem, vivem e concebem o espaço, mediados pelo conjunto de suas práticas cotidianas e por sua história, posição que ocupam na sociedade envolvente e forma específica que assegura a sua reprodução social, constituindo-se no modo pelo qual o grupo social manifesta sua vida (SUZUKI, 2013, p.633).

O modo de vida se realiza a partir das dimensões materiais e imateriais, “como forma de apropriação e de reprodução das relações sociais em que se inserem os sujeitos, definindo práticas territoriais, com produção de territorialidades e territórios, relacionados, assim, à sociedade e à natureza” (SUZUKI, 2013, p. 633). Assim, o modo de vida, envolve dimensões materiais e imateriais, sendo que a base material se relaciona e assemelha com a formação de território, reproduzindo formas de territorialidade.

Nessa perspectiva, torna-se necessário fazer uma reflexão sobre o conceito de território, que segundo Raffestin (1993), é formado a partir do espaço, onde, ao apropriar-se, concreta ou abstratamente de um espaço, o ator o territorializa. Dessa forma, “territorializar-se significa ter poder e autonomia para estabelecer determinado modo de vida em um espaço, para estabelecer as condições de continuidade da produção material e simbólica deste modo de vida” (SILVA, 2008, p. 25). Nesse

sentido, o território é resultado das condições sociais, espaciais, ambientais, processuais e de desenvolvimento.

[...] O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço. (...) o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Por conseguinte, para ser um território tem que haver relações sociais e de poder, que são construídas por grupos sociais que habitam determinado espaço. Souza (1995), descreve que sempre que existir homens interagindo no espaço, transformando-o em um espaço natural por meio do trabalho. O autor ainda complementa ao afirmar que, “assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outrossim, presente em toda a espacialidade social – ao menos enquanto o homem também estiver presente” (SOUZA, 1995, p.96; grifo no original).

Portanto, nessa pesquisa, o modo de vida será atrelado a um conjunto de práticas que são desenvolvidas no cotidiano de uma determinada comunidade, decorrente de sua história e das formas como obtém sua sobrevivência.

1.4. O CONTEXTO DA PESQUISA: CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS E DOS JOVENS PESQUISADOS

Neste subcapítulo pretendeu-se retratar o contexto empírico da pesquisa, abordando de uma maneira sintética as peculiaridades das comunidades rurais que os sujeitos da pesquisa são pertencentes. As comunidades estão localizadas no município de Viçosa, Minas Gerais, na região da Zona da Mata Mineira. Assim, para a escolha dessas localidades foram usados os seguintes critérios: a distância (uma mais próxima e outra mais distante da UFV) e o acesso, pois uma das comunidades é de fácil acesso (beira de rodovia, possuindo transporte coletivo mais de nove vezes ao dia mesmo em dias chuvosos) enquanto a outra é de difícil acesso por se tratar de estrada sem calçamento (possuindo transporte coletivo somente três vezes ao dia e em dias de chuvas ele não vai).

A primeira é a comunidade Paraíso, cortada pela rodovia MG-280, que liga Viçosa à Paula Cândido, próxima a UFV. Segundo Souza Maria (2016) a comunidade

surgiu a partir do desmembramento de antigas propriedades e menores, principalmente da Fazenda do Sr. Almiro Paraíso. As casas são construídas as margens das rodovias, não existem calçadas ou acostamento com isso os moradores de arriscam diariamente na perigosa rodovia. No local circulam nove linhas de ônibus, pela manhã três horários (06h, 07h e 11h); à tarde quatro horários (12h, 14 h, 16h e 17h) e dois horários à noite (19h e 22h).

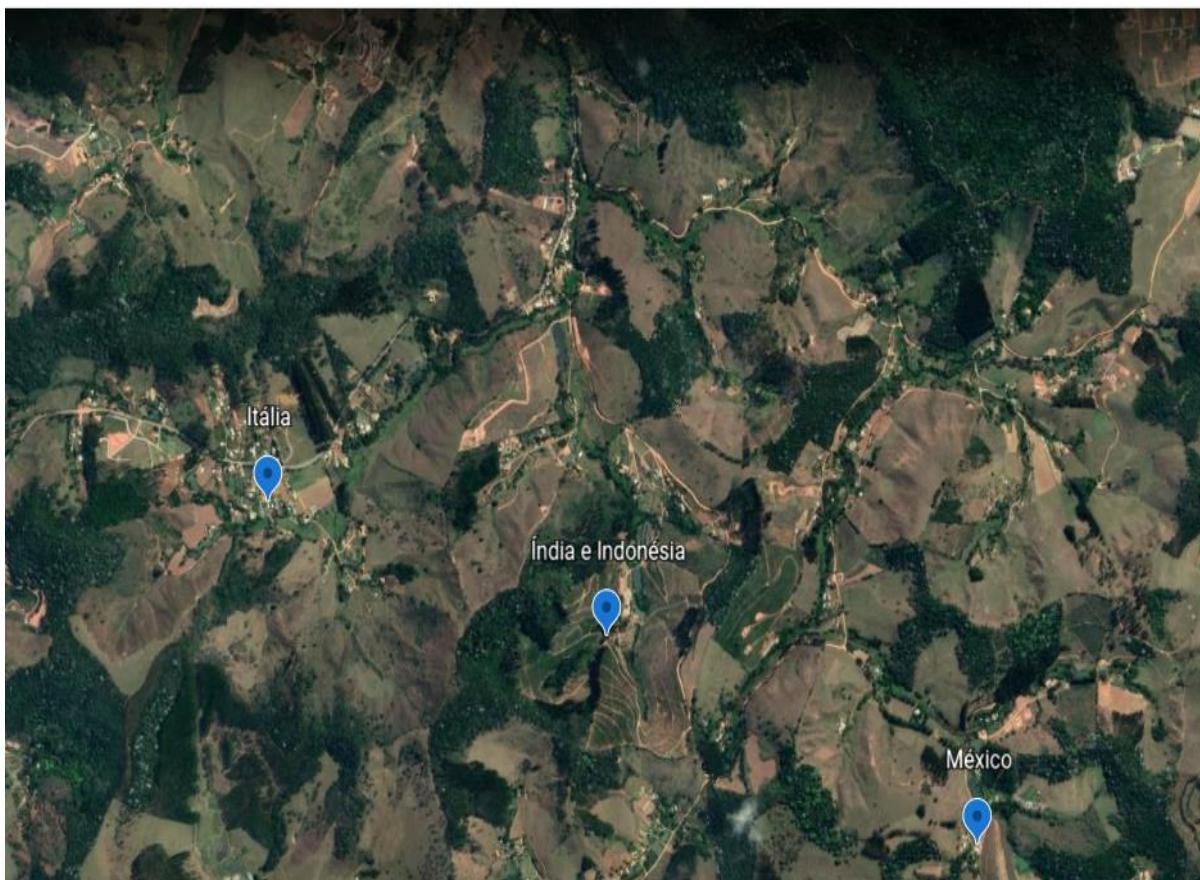
Na comunidade do Paraíso existem muitas chácaras de veraneio para aluguel e lazer. Assim, a maioria dos moradores que residem nesta localidade são estudantes, professores e funcionários da UFV, devido à proximidade com a universidade. Portanto, esses empreendimentos caracterizam a localidade com um uso do solo voltado para fins urbanos (SOUZA MARIA, 2016).

No Paraíso há uma escola de Ensino Fundamental I, um restaurante, uma capela católica, um campo de futebol, alguns bares, uma pequena mercearia, viveiros de mudas, um empreendimento agropecuário e muitas casas (próximas umas das outras). Essa localidade também é atendida por coleta de lixo, possui iluminação pública na rodovia até a Vila Novo Paraíso e o abastecimento de água é feito por poços artesanais, e por enquanto não possui serviços de saúde.

A comunidade possui várias localidades¹, dentre elas: Deserto, Córrego do Engenho, Vila Novo Paraíso, Palmital, São Bartolomeu, Água Limpa, dentre outras. Os sujeitos da pesquisa são de três localidades citadas: Córrego do Engenho (mais próxima da rodovia), Água Limpa e São Bartolomeu (mais distantes). Ao se comparar algumas residências é possível notar diferenças, principalmente em relação ao Paraíso de Baixo e a Vila Novo Paraíso. Enquanto, o Paraíso de Baixo (mais próximo do centro urbano) os moradores possuem um maior poder aquisitivo (casas de veraneio, chácaras), as moradias da Vila Novo Paraíso são simples e ocupadas por moradores de menor poder aquisitivo. Algumas ramificações dessa comunidade ainda predomina o trabalho rural, pequenos produtores, mas, possui muitos moradores que trabalham no urbano.

¹ Localidade é um termo utilizado pelos moradores para referirem-se aos lugares de onde são originários.

Figura 1 - Comunidade Paraíso

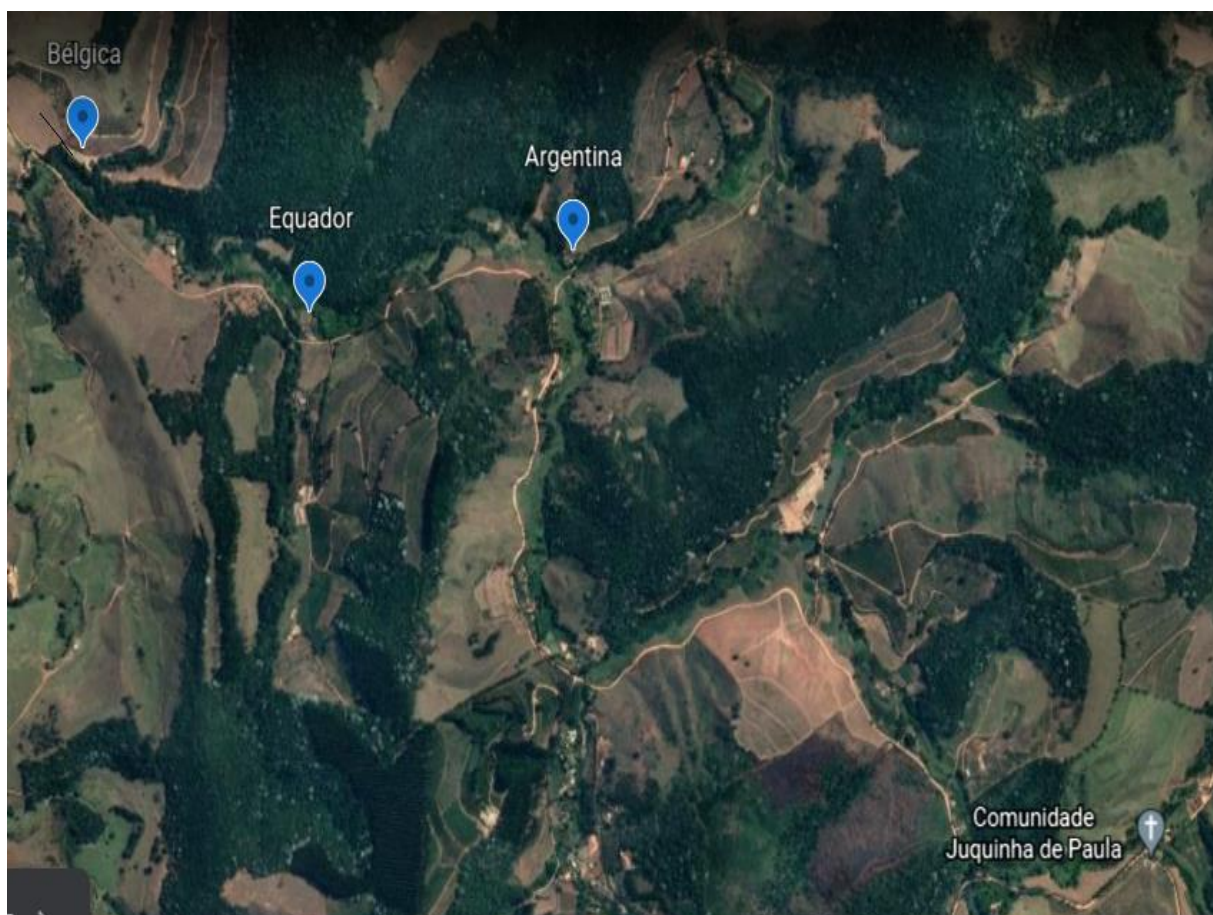


Fonte: Google Earth (modificado pela autora, 2021).

A partir dessa caracterização, pode se chegar à conclusão que o modo de vida dos moradores da comunidade do Paraíso se aproxima mais do urbano. Também vale ressaltar que a comunidade está num processo de legalizar a urbanização, que já foi discutido na câmara municipal de Viçosa e só não foi aprovado porque os moradores não permitiram. Porém, a urbanização já está acontecendo, e pode ser notada pelo grande aumento de construções e loteamentos clandestinos.

A segunda Comunidade é a de São Francisco de Assis, mais conhecida como Juquinha de Paula, localizada a aproximadamente 15 quilômetros da universidade, onde a estrada é toda de terra e de difícil acesso quando chove. As casas são construídas bem distantes umas das outras, com estruturas simples. Vale destacar que são poucos moradores e também que alguns foram forçados a saírem desta comunidade por causa dos altos índices de assaltos. Alguns moradores são caseiros que cuidam da propriedade para o patrão, outros são agricultores familiares que cultivam suas próprias terras e fornecem alimentos para a cidade.

Figura 2 - Comunidade Juquinha de Paula



Fonte: Google Earth (modificado pela autora, 2021).

A comunidade também possui muitas localidades, dentre elas: Córrego São Domingos, Fazenda do Machado, Casqueiro, Córrego Mainarte, entre outras. Sendo que os sujeitos de pesquisa são pertencentes ao Córrego Mainarte. No local circulam apenas três linhas de ônibus, pela manhã um horário (06h); à tarde dois horários (12h e 17h). A comunidade possui uma escola multisseriada que foi desativada há anos, uma capela católica, um pequeno campo de futebol e alguns bares. Esta localidade não é atendida pela coleta de lixo, o abastecimento de água é feito por poços artesianos, minas d'água² ou cisternas.

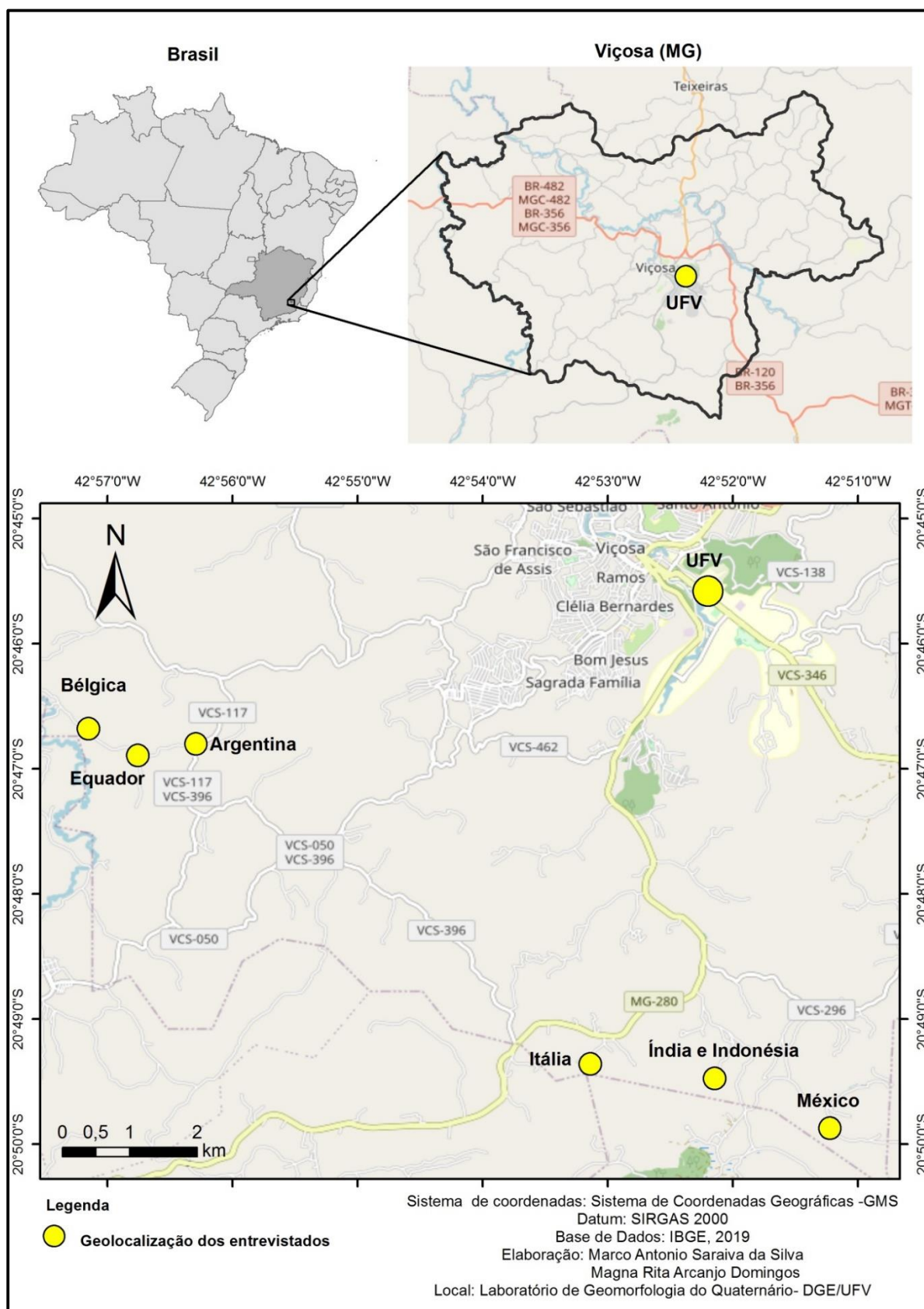
Nessa comunidade são poucos indivíduos que são donos de muitas terras e tem muitas pessoas que possui uma pequena quantidade de terra, onde são construídas as suas casas e plantado alguns alimentos para consumo próprio. Os grandes proprietários de terra em sua maioria são produtores de café e alguns

² Local onde se inicia um curso de água seja grande ou pequeno.

possuem plantação de eucalipto. Um aspecto a ser destacado é que nesta comunidade possui algumas localidades que são compostas por muitos alqueires de terra pertencentes apenas a duas famílias no máximo três de poder aquisitivo alto.

Portanto, ainda existem relações de trabalho que são diversificadas, como mão-de-obra familiar (a própria família exerce todas as etapas produtivas), parceria (um possui a propriedade da terra e o outro apenas a força de trabalho, esse vai cultivar e depois dividir uma parte da produção com o dono), arrendatários (o agricultor que não possui terra, mas tem recursos financeiros, então arrenda ou aluga uma propriedade) e trabalhadores assalariados temporários (trabalham apenas uma parte do ano, e executam tarefas específicas, como preparar o solo, plantar, adubar ou colher). A partir das características citadas, pode-se destacar que o modo de vida desta comunidade é predominantemente rural.

Figura 3 - Localização dos sujeitos da pesquisa



Fonte: Google Earth (modificado pela autora, 2021).

1.4.1. Os sujeitos da pesquisa: quem são e o que pensam

Na presente pesquisa foram entrevistados 7 jovens, sendo 5 do sexo feminino e 2 do sexo masculino. Os jovens são na sua extrema maioria solteiros (5) e católicos (7), residentes ou residiram na Comunidade Paraíso (2 da Água Limpa, 1 do Córrego do Engenho 1 e 1 do São Bartolomeu) e no Juquinha de Paula (3 da Mainarte). Os sete sujeitos estudaram durante toda a trajetória escolar em escolas públicas, a maioria (5) são os primeiros da família a ingressarem em um curso superior e conseguiram passar na primeira tentativa (5). A renda mensal dos sujeitos varia entre dois salários a três salários mínimos.

Quanto à estrutura familiar, 5 desses jovens residem com seus pais e irmãos (2) ficam na cidade durante a semana para trabalhar e estudar e retornam ao final de semana, (2) formaram suas próprias famílias, sendo que (1) reside no espaço rural e (1) no espaço urbano (desenvolvendo atividades agrícolas no rural). No que tange as escolhas profissionais, o principal motivo apresentado pelos sujeitos refere-se à identificação dos mesmos com a área pertencente ao curso. Salientando que para preservar as identidades dos sujeitos seus nomes foram substituídos por nomes de países.

Na comunidade Paraíso foram entrevistados 4 sujeitos, desses três são irmãs. Elas são provenientes de uma zona rural de Paula Cândico, de família humilde e há 12 anos a família se mudou para Comunidade do Paraíso para serem caseiros em uma propriedade que cultiva café. A família é composta por quatro irmãos, onde são 3 mulheres (que conseguiram adentrar no ensino superior) e 1 homem (que parou os estudos no ensino médio e foi trabalhar como agricultor). Isso confirma os estudos de Zago (2016), onde ela concluiu que o movimento migratório do campo para a cidade é mais acentuado entre as moças do que entre os rapazes, pois estes últimos manifestam um interesse maior em permanecer na agricultura. O pai é agricultor e analfabeto, consegue escrever apenas o nome, já a mãe também é agricultora e estudou até a antiga quarta série do ensino fundamental.

Itália é a filha mais velha de 4 irmãos, tem 28 anos, branca, casada, tem uma filha e mora no Córrego do Engenho. Foi a primeira da família a conseguir ingressar em um ensino superior, é formada em pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa. Atualmente trabalha como professora de Educação Infantil em escola situada

em Coimbra-MG, mas também exerce alguns serviços na área rural como, colher café, plantio de milho, dentre outros. Também está concluindo uma especialização na área da educação e sonhar em passar em concurso público futuramente para ter estabilidade financeira.

Índia é a segunda filha, tem 27 anos, branca, solteira e mora em localidade chamada Água Limpa com os pais. Foi a segunda da família a ingressar em um ensino superior, é formada em Licenciatura em Matemática pela UFV. Atualmente trabalha como babá, mas também com experiências em atendimento ao cliente e cuidadora de idosos. Não tem experiência no exercício da função de professora. Contudo, acredita que em breve isso possa acontecer, pois tem consciência de que fez a escolha certa e de que é mesmo uma questão de tempo para isto se concretizar.

Indonésia é a caçula, branca, tem 20 anos, solteira, também mora com os pais na localidade Água Limpa. Foi a terceira a adentrar em um ensino superior, e cursa o quarto período do curso Serviço Social pela UFV.

México tem 22 anos, pardo, solteiro e mora com os pais na localidade São Bartolomeu. Os pais são agricultores, a mãe é analfabeta (consegue escrever somente o nome), já o pai estudou até a quarta série. Possui um irmão mais novo que está frequentando o nono ano do ensino fundamental. O sujeito frequenta o sétimo período do curso de administração e faz estágio remunerado em um instituto socioambiental.

Na comunidade Juquinha de Paula, foram entrevistados 3 sujeitos. Argentina tem 24 anos, branca, solteira, morou até os 17 anos na área rural com os pais e um irmão. O pai e a mãe são agricultores e estudaram até a quarta série do ensino fundamental. O irmão é o mais velho e trabalha em um supermercado na zona urbana e frequenta o curso de administração em uma faculdade particular. A entrevistada é formada em Pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa, atualmente mora em área urbana e trabalha em uma universidade de ensino a distância. Além disso, deu continuidade aos estudos, já tem 2 especializações na área da educação e está cursando Letras. Pretende concluir o curso de Letras e conseguir um cargo público futuramente.

Bélgica tem 23 anos, parda, solteira, atualmente mora no alojamento da UFV para poder estudar, mas nos finais de semanas volta para área rural. Os pais são agricultores e possuem ensino fundamental incompleto, que a mãe estudou até a

quarta série e o pai até a segunda série. Bélgica é a caçula entre quatro irmãos e a única que conseguiu ingressar em um ensino superior. A irmã mais velha estudou até a oitava série do ensino fundamental, casou e foi morar na cidade. A segunda irmã concluiu o ensino médio, prestou vestibular e não conseguiu passar, casou e trabalha e mora na área urbana. Já o terceiro é um rapaz também concluiu o ensino médio, prestou o vestibular e não conseguiu passar, então foi trabalhar na área urbana, mas continua morando no campo. Bélgica ingressou no curso de agronegócio no ano de 2016 e frequenta 9º período atualmente.

Equador tem 27 anos, branco, casado, morou na zona rural até os dezenove anos, depois foi morar na cidade para estudar. O pai e a mãe são agricultores e ambos estudaram até a quarta série do ensino fundamental. Possui um irmão mais novo que está terminando o curso de educação física em uma faculdade particular. Equador é formado Geografia pela UFV. Atualmente, Reside na zona urbana, porém trabalha como agricultor e todos os dias está presente na zona rural para as atividades diárias. Trabalha em família (irmão e os pais) em projetos e tem muitas perspectivas, dentre elas voltar a morar no espaço rural e também incentivar para que mais jovens possam se fazer presentes no espaço rural com todo apoio necessário.

Comparando as informações aqui apresentadas percebe-se que eles têm em comum o fato de serem todos filhos de agricultores, terem superados os pais no que se refere ao grau de estudo e todos são oriundos de escolas públicas. Outro aspecto a ser destacado é que os cursos escolhidos pelos entrevistados, em grande maioria, não são cursos considerados muito concorridos por apresentarem uma baixa relação candidato/vaga e baixas notas de corte. Esse aspecto vai de encontro com dados da pesquisa de Portes (2001), segundo ele a presença de estudantes de camadas populares ocorre com maior representatividade em cursos menos concorridos, por exemplo, as licenciaturas.

Um dado bastante significativo no contexto apresentado é o que diz respeito ao encaminhamento profissional dos entrevistados com diploma de ensino superior. Do total de pesquisados, 1 desenvolve atividade atinentes a profissão para qual se formou. Por outro lado, 2 desenvolvem atividades diferentes daquelas para as quais se formaram, sendo que essas atividades não exigem diploma de curso superior. Itália é a única que trabalha em sua área profissional desde que formou, já sua irmã Índia trabalha em casa de família visto que não conseguiu emprego em sua área

profissional. Segundo a depoente está muito difícil de conseguir emprego na área de formação (licenciatura em matemática), pois escolas particulares estão dando preferência a engenheiros e as públicas não estão tendo concurso. Equador é o outro de que não trabalha em sua área de formação, mas o caso dele é por opção, pois segundo o mesmo, a agricultura está dando um retorno lucrativo maior que a área profissional que é formado.

CAPÍTULO 2:

JOVENS DO CAMPO: DIFICULDADES E PERSPECTIVAS NO ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Neste capítulo articula-se teoria à empiria. O objetivo aqui é fazer uma reflexão sobre a educação da Juventude Rural, as dificuldades e as perspectivas, bem como discutir sobre as influências dos Movimentos Sociais e das Políticas Públicas para o acesso desses jovens ao Ensino Superior. Parte-se do pressuposto de que o acesso desses jovens às Universidades não ocorre de modo pacífico, visto que encontram ao longo de sua trajetória acadêmica vários percalços que podem levá-los à desistência ou trancamento de seus respectivos cursos.

A juventude do meio rural enfrenta desafios que, em sua maioria, estão ligados às condições vivenciadas no campo. Segundo Weisheimer (2005), os jovens rurais são marcados pela forte característica de compartilharem os mesmos desafios enfrentados no campo, tanto em relação à família, quanto às condições de vida e de falta de trabalho.

Muitos dos jovens rurais estão saindo do campo para a cidade à procura de um trabalho remunerado em razão das dificuldades do trabalho agrícola. Outros saem na perspectiva de darem continuidade aos estudos, vendo a educação como uma possibilidade de obter melhores condições sociais e econômicas.

Contudo, nos últimos anos, a luta por uma educação de qualidade no campo ganhou certa visibilidade e força, principalmente a partir da década de 1990, onde os movimentos sociais passaram a exigir uma educação voltada para os modos de vida dos sujeitos do campo. Esta luta está associada também ao manifesto construído por educadores que participaram do “I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – I ENERA”, realizado em julho de 1997 na Universidade de Brasília (UnB). No ENERA foram divulgados os anseios educacionais das pessoas vinculadas ao campo, assim como às experiências realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) na área de educação (DUARTE, SANTOS, 2015).

Portanto, a sociedade vem passando por várias transformações, sendo uma delas o acesso à educação. Assim, pode-se destacar que houve uma diversificação dos estudantes universitários quanto à localização geográfica, a origem social, a faixa

etária, o gênero e a etnia (ZAGO, 2013). Segundo Brocco e Zago (2013), essa incipiente democratização do ensino superior no Brasil vinha ocorrendo por causa do surgimento de várias políticas educacionais criadas pelo governo federal, principalmente a partir de 2003, podendo citar os seguintes programas: Programa de Apoio e Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), dentre outros. Ressaltando que desde o início do atual surto de Coronavírus (SARS-CoV-2), causador da Covid-19, houve um retrocesso no período recente, onde o ensino passou a ser de forma remota. Dias e Pinto (2020), ressaltam a necessidade de se pensar em uma articulação adequada entre ensino remoto e presencial, e o fazem destacando inúmeras dificuldades que têm sido enfrentadas pelas instituições de ensino.

(...) muitos no Brasil não têm acesso a computadores, celulares ou à Internet de qualidade – realidade constatada pelas secretarias de Educação de Estados e municípios no atual momento – e um número considerável alto de professores precisou aprender a utilizar as plataformas digitais, inserir atividades online, avaliar os estudantes a distância e produzir e inserir nas plataformas material que ajude o aluno a entender os conteúdos, além das usuais aulas gravadas e online. Na pandemia, grande parte das escolas e das universidades estão fazendo o possível para garantir o uso das ferramentas digitais, mas sem terem o tempo hábil para testá-las ou capacitar o corpo docente e técnico-administrativo para utilizá-las corretamente. Há ainda outros obstáculos graves, especialmente para alunos e professores mais empobrecidos, muitos deles localizados na periferia das grandes cidades ou na zona rural. Faltam computadores, aparelhos de telefonia móvel, software e Internet de boa qualidade, recursos imprescindíveis para um EaD que resulte em aprendizagem (DIAS, PINTO, 2020, p. 546).

Portanto, muitos alunos sofrem com a precariedade da internet, que de fato limita a possibilidade de acessar às plataformas online. Também precisa considerar que alguns alunos não dispõem de um ambiente confortável em suas residências para assistir às aulas remotas com foco e tranquilidade. Os desafios são muitos, sobretudo os relacionados ao bem-estar dos envolvidos nos processos formativos: estudantes, professores, gestores, técnicos educacionais e funcionários. Além também, dos efeitos psicológicos acarretados por conta da gravidade da doença.

2.1. ENSINO SUPERIOR: POLÍTICA DE EXPANSÃO E O ACESSO DA JUVENTUDE DO CAMPO

Em busca de uma capacitação profissional, os jovens brasileiros residentes no campo acabam sendo forçados a migrarem para espaço urbano, principalmente pela escassez desse tipo de qualificação no meio rural. Assim, além dessa falta de alternativas, estes indivíduos esbarram também em outras barreiras, tais como a econômica, a espacial, a cultural e a social, dificultando ainda mais a continuidade dos estudos. Essa realidade pode ser constatada ao se observar o nível de escolaridade de gerações anteriores, onde a falta de oportunidades, associada à necessidade de se trabalhar para o complemento da renda familiar, fez com que muitos jovens abandonassem a escola logo nos anos primários (ZAGO, 2013, p.8).

Segundo Molina e Freitas (2011), o Movimento da Educação do Campo, por meio de diversas lutas, acumulou importantes instrumentos legais que reconheciam e legitimavam as condições para que a educação fosse exercida, sendo respeitadas as especificidades das pessoas do campo. De acordo com esses autores, os instrumentos legais são:

- ✓ Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo: Resolução CNE/CEB n° 1/2002 e Resolução CNE/CEB n° 2/2008.
- ✓ Parecer n° 1/2006 que reconhece os Dias Letivos da Alternância, também homologado pela CEB;
- ✓ Decreto n° 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) (MOLINA e FREITAS, 2011, p.21).

Os moradores do Campo batalharam muito para garantir, pelo menos em lei, uma escola adequada, pois, durante muitos anos as escolas preparavam os alunos do campo para trabalhar nas cidades. Com as lutas dos movimentos sociais, principalmente do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), eles conquistaram a inclusão do tema na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, onde traz em seu artigo 28, que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às

peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (LDB. 9.394/96).

Os movimentos sociais do campo possuem uma crítica em relação à educação escolar vigente. Para eles, as escolas atualmente não valorizam o campo e advogam que é preciso mudanças para promover uma educação inclusiva que respeite os princípios e valores legitimados pelos cidadãos desse meio. Nessa perspectiva, leva-se a pensar, em relação à educação do campo, um novo sentido de escola. Onde a escola não deve somente focar as exigências de atendimento aos alunos, mas fazer uma reflexão da sua função social, “seu caráter formativo, a formação de professores, o processo de ensino aprendizagem a ser efetivado e a elaboração de uma proposta pedagógica que esteja de acordo com a história de luta das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo” (RIBEIRO, 2014, p.8). A educação do campo deve ser construída coletivamente, com o povo do campo, para assim atender as peculiaridades desse povo.

Pensar uma educação para o campo significa pensar a complexidade que compõe a vida do sujeito que vive da terra, significa compreender o papel histórico, social e cultural deste sujeito dentro do contexto das políticas públicas voltadas para os sujeitos que vivem da terra. Significa, sobretudo, pensar uma pedagogia construída pelo coletivo dos sujeitos que vivem da terra, uma pedagogia emancipatória, tanto no sentido econômico, como no sentido sociocultural. Então, uma pedagogia do campo é construída com os sujeitos do campo e não uma pedagogia para eles e/ou edificada por aqueles que não estão inseridos em seu contexto sociohistórico e cultural. (FONSECA; DE MARI, 2019, p. 14).

A educação no campo, ainda tem muito a se desenvolver, pois ainda há uma desvalorização do homem do campo com as faltas de políticas educacionais, implantando uma vida limitada aos seus filhos. São grandes as dificuldades enfrentadas por essas crianças do campo, que procuram adquirir conhecimentos. Um dos problemas é a falta de qualificação dos profissionais que trabalham em escolas do campo, onde eles acabam passando conteúdo que não condiz com a realidade desse povo. Outra questão são os currículos que geralmente não atendem as necessidades dos estudantes, visto que fogem da realidade de suas vidas e não

adianta infundir a cultura urbana aos mesmos.

(...) Portanto, a formação de educadores para a Educação do Campo demanda o entendimento da rede de relações sociais, conflitos e contradições que permeiam a vida no campo. Demanda ainda ter a compreensão exata do lugar dos saberes populares na construção de alternativas produtivas para o campo brasileiro, de forma a garantir a melhoria das condições de vida das comunidades e a minimização das desigualdades sociais no campo (FONSECA, DE MARI, 2019, p. 20).

O povo do campo aos poucos está conquistando uma educação que atenda às suas particularidades, onde os movimentos sociais têm contribuído para essas conquistas. No Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais e em Organizações Religiosas a juventude do campo pode ser vista como um ator político. De acordo com Caldart (2009):

O vínculo de origem da Educação do campo é com os trabalhadores 'pobres do campo', trabalhadores sem-terra, sem trabalho, mas primeiro com aqueles já dispostos a reagir, a lutar, a se organizar contra 'o estado da coisa', para aos poucos buscar ampliar o olhar para o conjunto dos trabalhadores do campo (CALDART, 2009, p. 41).

É por meio dos movimentos sociais que a juventude do campo luta por uma melhor educação. Assim, os movimentos sociais são elementos fundamentais para a sociedade, pois lutam coletivamente, como estratégia de luta e resistência perante as desigualdades sociais. De acordo com Fonseca e De Mari (2019):

Os movimentos sociais no campo, além de serem importantes instrumentos em busca de um novo paradigma fundiário para o país, são ainda relevantes meios de busca de superação das contradições e consequências das mazelas da sociedade atual. Nesta direção interpretativa os movimentos sociais no campo são também imprescindíveis veículos de propagação e divulgação da cultura dos mais diferentes povos que habitam/habitavam o espaço agrário do país (...) (FONSECA, DE MARI, 2019, p. 8).

Os movimentos sociais são uma ferramenta importante para a sociedade, pois esses grupos de pessoas defendem e lutam por uma causa social e política. É uma forma da população exigir os seus direitos e lutar por uma democracia. Assim, a existência dos movimentos sociais é fundamental para a implantação e o funcionamento de uma democracia. Pois, um dos pilares da democracia é garantir, por lei, a reivindicação dos direitos por parte da população. Os Movimentos Sociais, com as mobilizações, eventos de formação política, passeatas e manifestações, constituem uma forma simbólica de comunicação dos cidadãos com o Estado.

Mendes (2014) descreve que atualmente o Brasil dispõe de três projetos e dezesseis programas destinados exclusivamente para a juventude. Dentre esses, o Programa Nossa Primeira Terra, Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF Jovem), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Campo) – antigo Programa Saberes da Terra – estão direcionados para os jovens rurais.

Segundo Ferreira e Alves (2009), o Programa Nossa Primeira Terra é um financiamento especial que foi criado pelo governo Federal dentro do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PCNF) para a compra de imóveis e investimentos em infraestrutura básica. Esse financiamento visa atender os jovens “sem terra”, filhos de agricultores e estudantes de escolas agrotécnicas, na faixa etária de 18 a 24 anos, que desejam permanecer no campo e investir na propriedade.

O PRONAF Jovem é um financiamento destinado aos filhos dos agricultores familiares para investimento nas atividades de produção. O público-alvo é constituído por jovens de 16 a 29 anos que estejam cursando o último ano de escolas técnicas agrícolas de nível médio ou Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA)³ ou que tenham concluído, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional de no mínimo 100 horas (FERREIRA, ALVES, 2009).

Já o Projovem Campo visa garantir aos jovens de 18 a 29 anos da agricultura familiar a finalização do ensino fundamental em regime de alternância dos ciclos agrícolas. Assim, consiste em alternar aulas presenciais com atividades educativas não presenciais. Este tem como objetivo fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens rurais nas escolas (FERREIRA, ALVES, 2009).

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), foi regulamentado em abril de 1998 pela Portaria nº 10/1998, por meio de um recurso específico do Ministério da Educação (MEC) disponibilizado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Ele visa garantir a alfabetização e instrução formal em diversos níveis de ensino para as populações assentadas. Esse programa foi um dos resultados do I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da

³ Os Centros Familiares de Formação por Alternância têm como princípio fundamental e norteador de seus projetos educativos a pedagogia da alternância. Este princípio é um processo de formação que articula e combina períodos de vivência no meio escolar e no meio familiar. Portanto, alterna-se a formação agrícola na propriedade com a formação teórica na escola que engloba uma preparação para a vida associativa e comunitária (SILVA, 2003).

Reforma Agrária (I ENERA), sediado pela Universidade de Brasília (UnB), em julho de 1997, na cidade de Brasília (DINIZ, LERRER, 2018).

(...) O PRONERA nasce da grande visibilidade da luta pela terra e pela Reforma Agrária no país, protagonizada por diferentes movimentos sociais, mas com grande destaque do MST e de docentes e pesquisadores vinculados a universidades federais brasileiras. É a partir desse contexto que o PRONERA vem contribuindo para a inclusão no cenário educacional do país de uma nova modalidade de pensar a educação em suas práticas e finalidades, ou seja, ao materializar a educação do campo como política pública aplicada via gestão participativa por parte do público que delas fará uso e, assim, colocando uma nova ordem do discurso para as práticas da gestão pública no interior do Estado e ampliando as possibilidades dos espaços em que se podem figurar práticas de democracia participativa – na sociedade civil e no interior do próprio Estado (DINIZ, LERRER, 2018, p.262).

Assim, o PRONERA tem por função programar políticas de educação do campo nos variados níveis de ensino: alfabetização, ensino fundamental, médio, educação de jovens e adultos, ensino superior e pós-graduação. Pretendendo aperfeiçoar o ensino para as populações do campo, o PRONERA incentiva metodologias adequadas à realidade sociocultural do campo, buscando orientações pedagógicas que atendam às necessidades educativas e de qualificação desses trabalhadores (DINIZ, LERRER, 2018).

De acordo com Costa (2010), as políticas voltadas para a juventude no meio rural são basicamente direcionadas para estimular a permanência dos jovens no campo e tentar resolver os conflitos na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração.

Na tentativa de responder a estes desafios, as políticas públicas se concentram na via tradicional de propor soluções através das atividades econômicas para os jovens. O grande problema, entretanto, é que as políticas públicas formuladas para o jovem rural priorizam atividades agrícolas como sendo as únicas possíveis, considerando-as como formadoras de uma identidade rural à qual o jovem ainda teria que se formatar. Nesse sentido é interessante observar que, em tratando do governo federal, as políticas públicas para os jovens rurais estão concentradas, sobre tudo, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (COSTA, 2010, p. 88 e 89).

Como exposto, as políticas direcionadas à juventude rural ainda privilegiam, em sua maioria, as atividades agrícolas. Porém, alguns jovens almejam futuros diferentes, onde vislumbram atividades não-agrícolas e, também, vislumbram dar continuidade

aos estudos (CUPERTINO, 2012).

Carmo et. al (2014) destacam que durante a primeira década do século 21, a demanda por formação profissional e pelo ensino superior teve um crescimento acelerado. De acordo com Paulo (2018), foi no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010) que houve essa interiorização da educação superior, pois, por meio de cotas⁴, expandiu-se o acesso do ensino superior às populações das classes sociais menos favorecidas por meio de programas de expansão das Universidades já existentes e a criação de novos campi universitários para as populações mais afastadas.

Numa primeira fase, denominada de Expansão I, que aconteceu no período de 2003 a 2007, o objetivo principal era interiorizar o ensino superior público federal, o qual contava, até o ano de 2002, com 45 Universidades federais e 148 campi/unidades. Na segunda fase, com o objetivo de prover as Universidades das condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, foi criado, pelo Decreto nº 6.096/2007, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (PAULO, 2018, p.1660).

Em 2007 foi criado pelo então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O PDE foi um conjunto de programas que visavam melhorar a educação no Brasil em todas as suas etapas. A nível superior, passaram a implementar e a ampliar programas de democratização do acesso dos estudantes de camadas populares na universidade, sendo os mais populares o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

O PROUNI foi criado pelo governo federal em 2004, para conceder bolsas de estudo integrais (100%) e parciais (50%) em instituições privadas de educação superior para estudantes de baixa renda. O programa também possui políticas de ações afirmativas destinadas a estudantes pretos, pardos ou indígenas, assim como

⁴ De acordo com o portal do MEC, * “a lei reserva no mínimo 50% das vagas das instituições federais de ensino superior e técnico para estudantes de escolas públicas, que são preenchidas por candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à presença desses grupos na população total da unidade da Federação onde fica a instituição”.

*BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Lei de cotas. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35544-lei-de-cotas#:~:text=Reserva%20de%20vagas%20promove%20a,ensino%20m%C3%A9dio%20em%20escolas%20p%C3%ABlicas.>> Acesso em: 11 jan. 2021.

para os portadores de deficiência (BRASIL, 2005). Para requerer uma bolsa do PROUNI o candidato é obrigado a prestar o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM)⁵ e obter média mínima de 450 pontos e nota maior que zero na redação.

O REUNI foi instituído pelo Decreto Presidencial 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de dar às instituições condições de expandir o acesso e garantir condições de permanência no ensino superior visando o aumento da qualidade dos cursos e o melhor aproveitamento dos recursos humanos existentes nas universidades, assim como a estrutura física (BRASIL, 2007).

Outro instrumento importante de acesso ao ensino superior é FIES. Foi criado pelo governo federal em 1999 por meio do Ministério da Educação (MEC), sendo destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes que não têm condições de pagar as mensalidades das faculdades da rede de ensino privada. Os financiamentos são designados aos matriculados em cursos que foram avaliados de forma positiva pelos processos conduzidos pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira)⁶ (CARMO et. al, 2014).

O Programa de Seleção Unificada das Universidades Federais (SISU) foi criado em 2010, e é outra medida governamental adotada no cenário expansionista do ensino superior. O SISU é o sistema informatizado do Ministério da Educação (MEC), no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Sendo que a forma de avaliação pode ser utilizada pelas universidades no processo seletivo com algumas possibilidades: como fase única, como primeira fase, combinado com o vestibular da instituição e como seleção para as vagas remanescentes do vestibular (MEC, 2010).

Durante a inscrição no SISU, os alunos também podem utilizar como forma de ingresso a Lei de Cotas, que foi sancionada pela Lei nº 12.711/2012 e garante a reserva de 50% das vagas nas universidades federais para estudantes que tenham

⁵ O ENEM foi instituído em 1998, com o objetivo de avaliar as habilidades e competências dos estudantes que concluíram o ensino médio. Em 2009, o exame aperfeiçoou sua metodologia e passou a ser utilizado como mecanismo de acesso ao ensino superior, por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), do Programa Universidade para Todos (ProUni) e de convênios com instituições portuguesas. Já é considerado um vestibular e a sua aplicação acontece todos os anos. Diferente do vestibular tradicional, para fazer a prova não é preciso escolher o curso, esse momento é reservado apenas após o estudante receber o resultado e eleger qual ou quais programas do governo pretende pleitear a sua graduação.

⁶ Órgão responsável pelas avaliações do sistema educacional brasileiro em subsídio às políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC).

cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, oriundos de famílias de baixa renda e autodeclarados negros, pardos ou indígenas.

Portanto, as políticas públicas educacionais são de extrema importância, pois abriram as portas do ensino superior havendo uma diversificação dos estudantes universitários quanto a localização geográfica, a origem social, a faixa etária, o gênero e a etnia.

2.1.1. Do acesso à permanência no ensino superior: as políticas públicas usadas pelos jovens do campo

O presente subcapítulo teve como objetivo apresentar quais políticas públicas os sujeitos da pesquisa usaram para ingressar e permanecer no ensino superior. Isso porque, as políticas de acesso e permanência vieram para contribuir com o ingresso de uma parcela da população excluída, dentre eles, os jovens do campo. Também será discutido a importância que esses jovens rurais dão para essas políticas.

Todos os sujeitos da pesquisa são estudantes ou ex-estudantes da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e 100% dos jovens usaram alguma política pública para adentrar no ensino superior, enquanto 71% usaram políticas de permanência. Atualmente a UFV adota como forma de processo seletivo para o ingresso nos cursos de graduação, o SISU. Portanto para adentrar nessa instituição é preciso realizar o Enem, e a partir das notas obtidas os candidatos se inscrevem no SISU para concorrer a uma vaga em algum dos cursos de graduação oferecidos pela universidade. A UFV também adere a Lei de Cotas, assim, 50% das vagas são reservadas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, oriundos de famílias de baixa renda e autodeclarados negros, pardos ou indígenas.

Itália, moradora da comunidade Paraíso, foi a primeira da sua família a ingressar e ter um curso superior. Ela é a única que ingressou na universidade pelo antigo processo seletivo que a UFV utilizava, o vestibular tradicional⁷. Ela adentrou no curso de pedagogia no ano de 2010 e relatou, durante a entrevista, que o que mais a ajudou foram as políticas públicas de acesso ao ensino superior, dentre as quais ela

⁷ Esse processo seletivo é realizado por meio de uma prova presencial com questões referentes aos conteúdos dados no ensino médio que podem ser discursivas ou objetivas, a depender da instituição, também é pedida uma redação. O curso é escolhido no ato da inscrição e a prova é marcada pela universidade em dia e horário específico, podendo ter, inclusive, mais de uma fase.

utilizou a cota de escola pública para adentrar.

Sim, eu acho que as políticas públicas são importantes. Olhando o meu caso, eu acho que se não fosse esse privilégio que tive, não sei se tinha conseguido entrar em uma universidade. Acho que eu não teria conseguido não! (ITÁLIA, 28 anos).

As irmãs, Índia e Indonésia, ingressaram no ensino superior pelo SISU, usando as notas do ENEM. Assim, Índia conseguiu ingressar no ensino superior no ano de 2012 no curso de licenciatura em matemática, depois de uma tentativa frustrada de entrar no curso de Engenharia Agrícola. Segundo ela, queria cursar engenharia agrícola por gostar do campo, como não conseguiu e gosta muito da área das exatas, optou por fazer matemática.

Índia relata que as políticas públicas foram fundamentais para o seu ingresso em um ensino superior. Ela também narra que durante a graduação foi possível ver muita diferença em relação a bagagem de conhecimento adquiridos no ensino médio de um aluno de escola pública, no caso ela, com um aluno de escola privada. E com isso afirma que se não fosse as cotas que ela usou (cotas para pessoas de baixa renda e para alunos advindos de escola pública) não teria conseguido adentrar.

Então, olhando para mim acho que ajudou bastante, porque quando a gente está lá, durante a graduação, a gente vê muita diferença em relação ao aluno de escola particular e da pública. Então, de certa forma ajuda bastante, a gente realmente é muito inferior, se não fosse as políticas não sei se teria conseguido (Índia, 27 anos).

Indonésia, a irmã caçula, ingressou no ensino superior no ano de 2018 no curso de serviço social, depois de uma tentativa frustrada de adentrar no curso de Agronegócio no ano anterior. A entrevistada relata que sempre gostou de áreas de estudo voltadas para o campo e direitos humanos, como não conseguiu ingressar no curso de agronegócio, optou em fazer serviço social um curso a qual ela se identificou.

Indonésia narra que para o ingresso no ensino superior usou cotas para pessoas de baixa renda e para alunos advindos de escola pública. Em sua fala ela deixa claro como é importante as políticas públicas de acesso ao ensino superior para as pessoas de classes menos favorecidas.

Eu acho que as políticas públicas fazem toda a diferença. São elas que garantem o acesso de muitos jovens ao ensino superior, dentre outros benefícios. O ensino passa a ser menos elitizado. E essas políticas que proporcionam o vislumbre de um futuro melhor. Abre as portas das universidades para aqueles que são menos favorecidos.

Claro que há várias críticas e essas políticas podem ser melhoradas, mas é fundamental a existência das mesmas, devido as desigualdades presentes entre as classes sociais (INDONÉSIA, 20 anos).

México, morador da comunidade Paraíso, ingressou no curso de administração na primeira tentativa, em 2017. Por parte da família da mãe foi o primeiro a ingressar em um ensino superior, já por parte do pai alguns primos adentraram primeiro que ele. O sujeito relatou que sempre gostou da área de administração, além dessa área dar mais oportunidades de empregabilidade. Para seu acesso na universidade ele narrou que usou como políticas públicas, a de pardo (a mãe é negra e o pai é branco), a de renda baixa e a de escola pública. Ele explica que “as políticas públicas ajudaram muito, porque se fosse por ampla concorrência não conseguiria entrar” (MÉXICO, 22 anos).

A entrevistada Argentina, moradora da comunidade Juquinha de Paula, foi, por parte da família da mãe, a primeira a ingressar em um curso superior. Já por parte de pai, alguns primos a antecederam. Ela ingressou em sua primeira tentativa no curso de pedagogia no ano de 2014. A sujeita de pesquisa relatou que sua primeira opção era agronomia, e que a escolha desse primeiro curso era pelo fato de morar no campo, ter contato com agrônomos que davam assistência aos pais e também pelo incentivo dos pais para fazer esse curso. A entrevistada até passou no curso de agronomia, porém não se identificou com o mesmo, optando assim, pela sua segunda opção, pedagogia. Para seu ingresso na universidade também usou as políticas públicas, sendo as cotas para pessoas de baixa renda e para alunos advindos de escola pública. Ela narra que as cotas foram muito importantes para seu ingresso, pois a deixou mais segura, no entanto, pela nota que conseguiu no ENEM ela conseguia passar pela ampla concorrência.

As cotas foram muitos importantes para o meu ingresso, embora com a minha nota fosse possível passar na ampla concorrência, a possibilidade de entrar utilizando cotas me deixou mais segura em relação as minhas chances de passar (ARGENTINA, 24 anos).

Bélgica, também moradora da comunidade Juquinha de Paula, possui primos tanto do lado da mãe como do pai que conseguiram ingressar em um ensino superior. Segundo a depoente, a sua primeira opção era Educação Física, por achar que seria uma boa escolha e em seu pensamento seria mais fácil para arrumar um emprego na

cidade de Viçosa, porém, diante da nota que obteve, teve que buscar outras opções que poderia se encaixar, então fez várias pesquisas sobre cada curso e o que mais se identificou foi o Agronegócio, por ser uma área ampla, estar dentro do ramo da economia voltado para gestão que é a área que pretende seguir e por eu vivenciar o agronegócio em seu dia a dia, mesmo sendo de pequeno produtor.

Bélgica conseguiu ingressar no curso de agronegócio em sua primeira tentativa no ano de 2016. Ela também usou políticas públicas para o ingresso, sendo as cotas de famílias de baixa renda e de estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. Segundo a entrevistada, as políticas públicas são de grande importância, principalmente para os mais carentes.

Com toda certeza, são de grande importância para aqueles mais carentes, que tende a não ter oportunidades durante a trajetória escolar, pois nem todos têm condições financeiras (BÉLGICA, 23 anos).

Equador não foi o primeiro da família a ingressar em uma universidade, tem primos por parte de mãe e pai que já possuem o ensino superior, alguns já possuem até o mestrado. Ingressou no curso de geografia no ano de 2015 e passou na primeira tentativa. Ele narra que não estava muito interessado em entrar em uma universidade, mas foi muito incentivado pelos pais e resolveu a fazer. O entrevistado conta que adentrou pelo Programa de Avaliação Seriada para Ingresso no Ensino Superior (Pases)⁸ e usou cotas para pessoas de baixa renda e para alunos advindos de escola pública. Equador também explica que as políticas públicas foram fundamentais para seu ingresso em uma universidade.

São fundamentais, porque permite o acesso de pessoas que não teriam essas oportunidades. Se fosse uma ampla concorrência, por exemplo, não teria conseguido entrar (EQUADOR, 27 anos).

Ao analisar o que foi descrito até aqui, percebe-se que todos os jovens rurais entrevistados usaram de políticas públicas para o ingresso na universidade, demonstrando o aumento das oportunidades de inserção universitária vitalizadas por elas. Em relação às políticas de permanência, 71% responderam que desfrutaram ou desfrutaram de algum tipo de bolsa permanência (Serviço Moradia, Serviço

⁸ O Programa de Avaliação Seriada para Ingresso no Ensino Superior (Pases) foi um programa trienal, que consistia em avaliar os estudantes nas três séries do Ensino Médio e após a terceira avaliação, classificava-os para concorrer a uma das vagas oferecidas pela UFV. Ele foi extinto ao final de 2014.

Alimentação, Auxílio-Creche/Pré-escola, Bolsa de Aprendizagem e Aprimoramento Profissional, Auxílio-emergencial e Auxílio-alimentação). Para os sujeitos da pesquisa, esses auxílios são e foram fundamentais para permanência no ensino superior, como pode ser observado em algumas falas:

São muito importantes, porque no meu caso se eu não tivesse conseguido alojamento ou um lugar para ficar, iria ficar muito inviável pra mim, por ser um curso noturno eu não conseguia ir e voltar todos os dias para fazer (ARGENTINA, 24 anos).

Se não tivesse a bolsa moradia e a bolsa alimentação, provavelmente eu não teria conseguido ficar 5 anos na universidade. É fundamental, eu acho! Há classes mais baixas que não consegue se manter em uma universidade. Isso é fato, cada necessidade tem um custo, para você se manter tem custo (EQUADOR, 27 anos).

A maioria dos estudantes (71%) que participaram desta pesquisa afirmaram que não teria condições de permanecer na instituição sem o apoio da política de assistência estudantil. Isso significa dizer que a política de permanência ofertou alguma condição para que o estudante com fragilidade socioeconômica permanecesse na instituição. Segundo as narrativas dos entrevistados, a maioria avalia que a política de permanência é instrumento importante que contribui muito para a estadia.

2.2. O ENSINO SUPERIOR NOS PROJETOS DOS JOVENS DO CAMPO

O ingresso na universidade representa para o jovem das camadas populares, em especial o jovem rural, uma grande conquista, pois, em muitos casos, ele é o primeiro membro da família a entrar em uma educação superior. A inserção no ensino superior na maioria das vezes aparece vinculada a uma vida melhor econômica e socialmente. Nesse sentido, a educação superior tem um papel fundamental, pois é nela que os jovens veem a oportunidade de escolher uma área de interesse e aprofundar os estudos.

Entre a decisão de fazer o Enem e o momento de inscrição há um longo caminho a ser percorrido, acompanhado de um grande investimento pessoal, independentemente dos resultados escolares anteriores. Portanto, ingressar em um curso superior não tem nada de “natural”, porque os jovens das camadas populares, durante a trajetória escolar quase não têm informação sobre o vestibular e a formação acadêmica (ZAGO, 2006). Itália é um exemplo, pois segundo ela durante sua trajetória

escolar até o primeiro ano do ensino médio, não sabia o que era um ensino superior, pois, os professores da escola em que estudava não passavam informação sobre.

Olha, quando eu estudava em uma escola em Paula Cândido, nenhum professor falava sobre o ensino superior. Quando falava parecia uma coisa surreal, não era para qualquer um. Então, até o primeiro ano do ensino médio não escutei falar sobre o vestibular. Dentro da sala tinha boatos de um aluno com outro aluno. Pra mim aquilo era para uma pessoa que tinha condição de fazer, porque eu não tinha condição de fazer vestibular. Não era porque minha cabeça tava fechada, é porque eu não sabia ninguém falava sobre isso na escola (ITÁLIA, 28 anos).

Assim a entrevistada só foi ter informações mais precisas sobre o ensino superior quando foi estudar em uma escola pública de Viçosa. Nessa escola, segundo ela, o assunto mais comentado durante as aulas era sobre o vestibular. Então, resolveu a fazer, porém não sabia qual curso escolher. Pensou em fazer agronomia, por morar e gostar do campo, mas na cabeça dela não teria condições de passar, porque a nota de corte era alta. Assim, optou por fazer um curso para ser professora, mas por falta de informações não sabia o curso específico.

Eu gostava do jeito que os professores davam aulas, na verdade eu sempre fui muito esforçada. Não sou muito inteligente, mas sempre esforçada! Aí eu pensei! “Eu não vou ser agrônoma, mas eu posso ser professora!” Também não queria ser professora de uma matéria específica, mas eu não sabia qual o curso certo. Olha para você ver como que a falta de informação prejudica. Aí eu pensei “será que existe algum professor que dá aula de tudo?” Não sabia que tinha um curso específico para isso. Aí conversando com minha amiga, na época colega de sala, a menina virou pra mim e falou “porque você não faz pedagogia?” Eu pensei “ai meu Deus o que é isso?” Porque eu não sabia o que era pedagogia. Aí ela foi me explicando e resolvi fazer esse curso (ITÁLIA, 28 anos).

No entanto, não foram só esses os percalços encontrados por Itália para ingressar no ensino superior. Ela relata que depois que escolheu o curso encontrou outro obstáculo, que era fazer a inscrição. A entrevistada narra que não tinha conhecimento nenhum sobre computador e acesso à internet. Com isso, ela teve a ajuda da supervisora da escola para fazer a sua inscrição.

Já o acesso das irmãs de Itália se deu de uma forma mais tranquila, pois os conhecimentos obtidos por ela durante esse percurso foram repassados para elas. Assim, Índia narra que depois que viu a irmã entrar em universidade se sentiu motivada.

Quando minha irmã conseguiu adentrar na universidade a gente viu uma porta aberta, porque a gente não imaginava entrar em uma universidade. Tipo assim, a gente via pessoas entrando, mas nunca imaginava que um dia poderíamos frequentar uma universidade federal né!? Então, na época que ela entrou ainda era vestibular, não era ENEM ainda. Então, a gente achou mais difícil ainda, porque você sabe né!? que vestibular é muito difícil! Então, quando ela entrou a gente fez até festa para ela, deveria ter feito no dia que formou né!? Mas fez na época que ela entrou, porque a gente não imaginava uma pessoa da zona rural da onde que a gente veio ainda, entrar na universidade. Então, de certa forma foi uma porta que se abriu (ÍNDIA, 27 anos).

Esse relato mostra como foi importante para Índia ver a irmã com a mesma condição social ingressar em um ensino superior, isso à motivou a continuar os estudos. Já a irmã caçula narra que, como foi criada pela avó antes de ingressar no ensino médio, não pensava em dar continuidade aos estudos, pois tinha como pensamento casar e construir uma família.

Antes de estar no ensino médio, eu me imaginava com 21 anos casada com 2 ou 3 filhos ou se não pelo menos a caminho. Eu nunca tinha pensado em continuar estudando, talvez seja porque fui criada na roça com pensamento antigo, foi minha vó que me criou. Então eu sempre fui preparada para o casamento, digamos assim, para aquela submissão né. Isso enquanto morava em Paula Cândido. Depois que eu fui para o ensino médio (em escola estadual de Viçosa) vi que tinha outra oportunidade o que não precisaria somente terminar o ensino médio. Vi que eu podia ir mais ainda, que podia sim casar e ter meus filhos, mas também poderia fazer outras coisas, como continuar estudando (INDONÉSIA, 20 anos).

A família apresenta a primeira noção da realidade para os jovens, princípios e valores adotados para a vida, assim, os valores e comportamentos deste meio familiar servem como influência sobre a forma como os jovens realizam suas escolhas (ZAGO, 2000). Ao longo da vida, as pessoas passam por diversos ambientes, se adaptando a cada um deles. Por vezes, de forma inconsciente. Isso é comprovado pela fala de Indonésia citada anteriormente, pois enquanto morava com a avó tinha como pensamento casar e ser dona de casa e não pensava em continuar estudando, pois a geração de sua avó foi criada com esse pensamento. Mas, quando Indonésia foi morar em outro ambiente, o convivo com as irmãs que já tinham ingressado no ensino superior e o convivo em uma escola onde, por meio dos colegas e dos profissionais da educação, eram passadas mais informações sobre como ela poderia ter outros tipos de condutas, a entrevistada mudou seu modo de pensar. Então, cada geração

tem as suas peculiaridades, e é comum que uma nova geração quebre os estereótipos da geração anterior.

Os outros 4 sujeitos narram que ouviram falar sobre o ensino superior desde o ensino fundamental. Destes, México (22 anos) relata que obteve muitas informações, pois estudava em uma escola estadual localizada dentro do campus da UFV, facilitando seu acesso à universidade.

Embora os pais dessas estudantes não tenham tido a oportunidade de escolarização, a maioria dos depoentes foram incentivadas pelos pais para dar continuidade aos estudos, para terem um futuro diferente do deles.

Minha mãe me estimulava muito não deixava falta de aula, ela sempre cobrava as atividades, ela sempre cobrava nota alta. Então, ela sempre pegou muito no meu pé para eu estudar. Como ela não teve oportunidade na época dela de estudar, ela queria ter dado continuidade, mas não teve acesso. Então, ela queria que os filhos continuassem estudando (ARGENTINA, 24 anos).

Todos eles sempre me apoiam, tanto no financeiro, no motivacional e no emocional (BÉLGICA, 23 anos).

Tive apoio da minha mãe. Ela sempre falava que não queria que a gente ficasse como ela, trabalhando no sol quente. Não queria que a gente parasse de estudar para ficar trabalhando na roça, não que não seja digno, mas é muito cansativo. A gente passa muito aperto trabalha muito para receber pouco (ITÁLIA, 28 anos).

Olha, eu acho que tive muito incentivo por parte de meus pais, porque não era muito do meu interesse o ingresso no ensino superior, foi mais incentivo familiar mesmo. Aí as coisas foram acontecendo, porque a gente tinha uma cultura muito de trabalho mesmo, de terminar os estudos para trabalhar pra comprar as coisas que a gente queria na época. Então, eu queria andar mais rápido nesse sentido, de conquistar as coisas (EQUADOR, 27 anos).

Quando eu estava no terceiro ano minha mãe e meu pai falaram “você tenta a universidade, porque a gente sofreu muito aqui na roça e se você estudar é melhor para você, é melhor do que aqui”. Sempre me deram apoio, por exemplo, às vezes eu precisava estudar, aí eu falava com eles e me deixavam ir. Eles nunca me forçaram a ficar trabalhando, às vezes eles se viravam lá pra eu poder ir para o UFV e fazer minhas coisas lá (MÉXICO, 22 anos).

De acordo com Menezes et. al. (2012), os pais dos jovens do campo desejam para seus filhos uma profissão diferente da ofertada no campo. Esse desejo, muitas vezes, ocorre pelo sofrimento do trabalhar em péssimas condições e com baixa remuneração, o que aponta para um desejo que seus filhos estudem para terem uma

profissão que ofereça uma melhor condição de trabalho.

Segundo Zago (2016), as razões que motivam os jovens do campo a investir nos estudos não são unilaterais e são tanto objetivas quanto simbólicas. A motivação de cursar um curso superior para alguns dos entrevistados é querer dar aos pais condições melhores daquelas vivenciadas no campo.

Querer dar para minha família uma situação financeira melhor, já que no campo a situação é bem difícil, o serviço é puxado, geralmente as mulheres ficam submetidas ao serviço doméstico enquanto somente os homens tende a ser assalariados, gerando ainda mais dificuldades, tendo que se virar apenas com um salário para família (BÉLGICA, 23 anos).

A maior motivação são meus pais, porque coitados, os dois sofreram muito! Eles contam a história deles de quando eram mais novos, sofreram muito! Eles queriam estudar, mas não tinha jeito. Igual a minha mãe, ela tinha que trabalhar para ajudar em casa, as vezes ia na escola só para comer, porque não tinha comida em casa. Meu pai ele foi até a quarta série, mas mesmo assim ele teve que parar, porque não tinha outra opção. Eu tenho essa opção, eu posso continuar, porque agora eu tenho mais oportunidades do que eles. Então, a minha motivação mais é essa, aproveitar a oportunidade que eles não tiveram e assim poder dá uma condição melhor para eles (México, 22 anos).

Conforme Menezes et al (2012), a maioria dos jovens do campo vislumbram a possibilidade de conseguir estabilidade financeira através da educação, visto que é por meio dela que eles são qualificados para o mercado de trabalho, já que o objetivo principal de alguns jovens é formar em um curso superior para dar aos pais uma melhor condição de vida.

Todavia, o ensino superior para os entrevistados aparece como instituição que, ao mesmo tempo em que possibilita a formação profissional e a ampliação das oportunidades futuras, principalmente no que se refere a inserção no mercado de trabalho, aparece também como um espaço que proporcionou uma ampliação da visão de mundo.

O ensino superior foi muito importante, porque abre a cabeça da gente. Além, de a gente aprender os conteúdos acadêmicos que estão no curso, a gente tem uma visão de mundo diferente, começa a olhar o mundo de outra forma, começa a problematizar questões que antes a gente não achava relevante. Então, assim abre muita mente da gente (ARGENTINA, 24 anos).

Antes de entrar na universidade eu tinha cabeça mais fechada, porque a minha realidade era outra. Depois que eu tiver acesso ao ensino

superior eu tive uma outra visão das coisas. Eu digo que antes eu era muito simplista e depois da universidade abrir muito a mente. (ITÁLIA, 28 anos).

O ensino superior, principalmente na área que me formei, abre um leque de opções para você né!? Eu acho que você consegue ver o mundo de uma forma muito diferente, isso é muito romântico a gente falar assim, mas você consegue ver muito além. Então, o curso superior me mostrou como, não de forma integral, mas me mostrou várias opções de como eu tenho que trabalhar. Isso foi muito importante até hoje e acredito que vai ser por muito tempo (EQUADOR, 27 anos).

Com o ensino superior a gente adquire muito mais conhecimento e a gente enxerga o mundo de outra forma, que dá pra fazer outras coisas sem ser o que a gente fazia. Com a formação a gente consegue mudar de vida (MÉXICO, 22 anos).

Em sua pesquisa Zago (2016), chegou à conclusão que o ensino superior é um espaço onde o jovem rural adquire conhecimento para competir por uma vaga no mercado de trabalho e não reproduzir a mesma condição do trabalho pesado e pouco valorizado que conviveu no campo. Mas o ensino superior representa também motivo de reconhecimento social e identificação.

2.3. DIFICULDADES E PERSPECTIVAS DOS JOVENS DO CAMPO EM SUAS TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS

Com uma trajetória escolar marcada pelas dificuldades de acesso, tendo em vista as grandes distâncias que tinham que ser percorridas, pois muitas das escolas eram localizadas fora da área do campo, imaginar o curso superior, especialmente para aqueles de famílias mais pobres, era um sonho bem distante. Os entrevistados, ao relatarem suas trajetórias escolares, de forma unânime falaram da distância e da dificuldade de transporte, principalmente em dias chuvosos, como o maior obstáculo que enfrentaram. Alguns deles tinham que acordar muito cedo para percorrerem quilômetros caminhando ou se deslocarem em transporte precário até chegar à cidade para estudar.

A gente tinha que acordar muito cedo, principalmente no ensino fundamental, a escola ficava tipo 10 km ou mais não me recordo. Quando chovia para a gente começar uma aula as 7 horas da manhã, tinha que sair de casa umas 4 horas da madrugada, por causa do barro, então era difícil (EQUADOR, 27 anos).

Enfrentei a questão do transporte escolar e a questão da distância. No

ensino fundamental eu acho que foi um pouco pior ainda, porque eu era menor aí tinha a questão do ônibus quando chovia a estrada ficava bem ruim aí ele não buscava (o ônibus). Então, as vezes ou a gente tinha que ir a pé ou conseguir uma carona para não faltar de aula (ARGENTINA, 24 anos).

Sempre enfrentei dificuldades! No infantil como estudava em uma escola na zona rural, a gente tinha que ir a pé ou de bicicleta. Na época de chuva era pior, a gente tinha que ir a pé no barro e debaixo de chuva, a gente tinha que andar muito longe era uns 4 quilômetros para chegar na escola. Depois que eu sair da escola rural e fui para a urbana tinha um ônibus escolar, mas mesmo com o transporte escolar quando chovia eu tinha que andar bem, uns 3 km até chegar no ponto de ônibus (ITÁLIA, 28 anos).

No caso de Índia, Itália, Equador e México ainda tinham uma rotina árdua, pois estudavam pela manhã e trabalhava a tarde auxiliando os seus pais na roça, e a noite fazia as atividades escolares. Já Indonésia, Bélgica e Argentina ajudavam nos afazeres domésticos para os pais trabalharem na roça. Weisheimer (2005) descreve que os jovens do campo são marcados pela forte característica de compartilharem dos mesmos desafios enfrentados que, em sua maioria, estão ligados às condições vivenciadas nesse meio.

Porém, não foi somente durante a trajetória escolar que os estudantes tiveram dificuldades. Quando adentraram o ensino superior, os entrevistados também enfrentaram algumas dificuldades. Dentre elas destaca-se a questão da realidade cultural, onde alguns dos entrevistados se viram em um universo totalmente diferente de suas realidades. Pois, a convivência com estudantes de outras classes sociais e o sentimento de inferioridade, representou para as estudantes um sentimento de não pertencimento.

Eu senti um conflito de realidade, você acaba convivendo com pessoas que foram criados de outras formas. No início eu me senti tipo um peixe fora d'água, convivi com pessoas que são do meio urbano e que tem outro tipo de cultura, outros já estão inseridos ali já entendiam mais aquele contexto do que eu que vim da zona rural. Mas assim, eu tinha mais receio, mais timidez no início, mas depois eu fui me soltando (ARGENTINA, 24 anos).

Nossa! Quando entrei na universidade vi que era totalmente diferente do que imaginei, eu chorei demais na aquela universidade, porque eu tinha uma cabeça fechada. Eu lembro que no primeiro dia de aula, na hora de ir embora, eu estava esperando o ônibus e tinha um rapaz perto de mim fumando um cigarro que fedia pra caramba. Eu fiquei escandalizada, porque o rapaz tava fumando perto de mim, e na minha cabeça era maconha talvez podia ser um cigarro normal de palha, mas

na minha cabeça era maconha, porque estava fedendo muito e os outros falam que fede muito. Eu fiquei horrorizada com o que estava acontecendo perto de mim, porque aquilo não era a minha realidade. A minha realidade sempre foi ficar quieta em casa, trabalhar! Minha mãe e o meu pai não tem vício nenhum, então quando eu vi aquilo foi horrível! Pensei assim: “Meu Deus! Bem que os outros falam que aqui o pessoal usam essas coisas.” Foi um choque de realidade que eu tive, porque a minha realidade era uma coisa e lá é outra (ITÁLIA, 28 anos).

Completamente diferente! Primeiro pelo tanto de pessoas diferentes que estão ali né você já tem um choque, assim na hora que você chega que você conhece algumas pessoas, você já tem um impacto muito diferente da sua realidade. Assim, a minha realidade é muito diferente de muitas pessoas, então com certeza um choque absurdo no primeiro ano da universidade, é muito impactante (EQUADOR, 27 anos).

Os relatos dos jovens entrevistados vão ao encontro dos resultados de pesquisa de Bovério (2009), onde compreende que os jovens, quando conseguem ingressar em um ensino superior, se deparam com um universo totalmente diferente, tendo uma triste relação com a vida acadêmica. Isso porque passam “a ter consciência das inúmeras diferenças sociais entre esse universo e suas origens” (BOVÉRIO, 2009, p.5).

Para os entrevistados, o primeiro ano do curso representou um período de muitas dificuldades e obstáculos. Nas narrativas foram bastante expressivas as referências dos problemas de adaptação da metodologia dos professores e dificuldades no processo de ensino-aprendizagem.

No primeiro semestre eu pensei em desistir, porque era muito difícil e não tinha conhecimento como era a UFV. Como a gente não era muito focado no estudo, quando entrei na UFV senti muita diferença, porque eu tive que aprender estudar lá e é um diferencial muito grande, a gente tem que focar mais lá, a gente não tinha esse costume antes, porque tinha outras coisas para fazer (MÉXICO, 22 anos).

Primeiro foi o curso, bem difícil por mais que eu ficava por conta senti essa dificuldade, porque é coisa nova você não nunca viu, por mais que você já tinha visto algumas coisas era coisa nova era difícil. Então, foi mais essa questão mesmo, ter que ficar firme e forte, fazer prova, trabalho, aquela correria danada de estudar e tentar manter tudo em dia, porque às vezes não era fácil conseguir (ÍNDIA, 27 anos).

A questão da pressão, a gente não vem, pelo menos eu, não vinha preparado academicamente pra entrar na Universidade. A minha formação foi muito rasa, talvez também eu tenha sido culpado por isso, talvez não me aprofundei tanto no ensino fundamental e médio. Então tive muita dificuldade acadêmica, além da pressão de ter que ler muitos textos (EQUADOR, 27 anos).

Quando eu entrei eu tive dificuldade em relação aos trabalhos acadêmicos, porque na escola eu não utilizava as normas acadêmicas, até eu pegar esse estilo para fazer os trabalhos fiquei um pouco confusa e tive um pouco de problema nessa parte no início da graduação, mas depois fui me adaptando (ARGENTINA, 24 anos).

Além das dificuldades narradas, alguns entrevistados também relatam que obtiveram algumas reprovações ao longo do curso e segundo eles é porque tiveram uma deficiência da formação anterior. Portanto, a falta de qualidade do ensino público anterior, do qual dependem para seguir na educação superior, interferiu na trajetória e no desempenho acadêmico dos entrevistados. Bovério (2009), descreve que um dos problemas enfrentados pelos estudantes das camadas populares se refere “à exigência de que todos os indivíduos dominem um conjunto de conhecimentos, informações, códigos linguísticos, atitudes e posturas que são responsáveis pela diferença de rendimento frente à universidade” (BOVÉRIO, 2009, p.11).

Segundo Coulon (2008), o ingresso em um novo sistema de educação, significa vivenciar um processo de afiliação, onde o autor a caracteriza em três fases. A primeira fase é o tempo de estranhamento, quando o estudante percebe que as regras conhecidas e vivenciadas no ensino anterior não servem mais para o novo contexto e percebe um mundo que não é mais familiar. A segunda é o tempo de aprendizagem, onde os alunos buscam conhecer os novos códigos, porém ainda não estão familiarizados o suficiente para usá-los competentemente. A terceira e última fase é o tempo de afiliação onde o estudante passa a se familiarizar com seu novo ambiente, quando as novas regras e normas são naturalizadas.

Outra dificuldade relatada por alguns dos entrevistados é a questão do acesso à internet. Indonésia, Índia, Itália e México disseram que nos primeiros anos de universidade não tinham acesso à internet em casa. Assim, eles narram que muitas vezes foram para a universidade sem saber que o professor tinha cancelado a aula, tendo que ficar lá por um período longo esperando o transporte para voltar para casa.

Já cheguei a ir na universidade para assistir a aula e chegar lá sabendo que o professor tinha cancelado a aula, porque não tinha acesso à internet em casa, lógico se eu tivesse internet para acessar o e-mail eu não ia neh! (ÍNDIA, 27 anos).

Já tive muitas dificuldades com falta de informação, por exemplo, quando não tinha aula às vezes eu ficava sabendo lá, por que eu não tinha internet em casa. Teve um semestre eu tinha uma aula as dez horas da manhã, outra era as dezesseis horas e depois dezoito e meia,

aí eu tinha que ficar lá o dia inteiro, porque não compensava eu vim em casa se eu viesse no ônibus de meio-dia chegava em casa uma hora da tarde e de uma hora pra pegar o ônibus das duas não valia a pena, iria gastar dinheiro à toa. Então, aproveitava e ficava estudando na biblioteca. Aí uma vez que eu fui, eu ia num ônibus das sete horas da manhã, não tive essa aula de dez horas. Mandaram e-mail, mas eu fiquei sabendo lá, fiquei de oito da manhã até às 16 dezesseis horas esperando as próximas aulas. Depois eu tive que esperar até vinte e duas horas para pegar ônibus e vim embora (MÉXICO, 22 anos).

Segundo os entrevistados, para fazerem pesquisas sobre trabalhos acadêmicos tinham que se deslocar até a universidade, fazer a pesquisa no celular ou em algum computador disponível na UFV, salvar em um pendrive para poder fazer a atividade em casa. No caso de Itália era ainda pior, porque ela não tinha computador em casa, então ela fazia as pesquisas em livros disponibilizados na biblioteca ou material que tinha em casa, fazia manuscrito e dependia de colegas para digitar para ela.

Eu não tinha acesso ao computador, se o professor aceitasse as coisas escrita a mão, mas era raro, eu escrevia a mão. Aqueles que não aceitavam, para minha sorte que a maioria eram feitos em duplas ou grupos, então eu combinava com as meninas, pesquisava nos livros o que eu tinha de material em casa. Escrevia à mão o texto, que seja artigo ou resenha o que eles pedissem, fazia praticamente quase todo o trabalho sozinha e deixava um ou outro pedaço para a menina complementar. Aí eu passava pra ela e ela digitava (ITÁLIA, 28 anos).

Depois de algum tempo ela conseguiu adquirir um computador, mas continuava tendo acesso à internet somente na UFV, pois onde mora o provedor fornecia uma internet muito ruim, além disso, as mensalidades eram muito caras, então ela optou pelo cancelamento.

Equador relata que teve muitas dificuldades financeiras, pois o custo era muito alto para se manter na universidade, segundo ele se não fosse o auxílio permanência não teria conseguido concluir o curso superior. Já Bélgica narra que a maior dificuldade que teve foi a emocional.

De todos os que mais tive dificuldade foi o emocional, pois é muita pressão que sofremos em todos os sentidos. Sofremos pressões da família, pois para eles é muito fácil está ali, já que você não trabalha e tem o tempo somente destinados para o estudo. Sofremos pressões também do próprio pensamento nossos de que não vamos conseguir que não somos capazes, que está jogando o seu tempo fora invés de estar trabalhando e sendo independente financeiramente (BÉLGICA, 23 anos).

Além das dificuldades destacadas acima, os entrevistados também relataram que em algum momento durante a graduação tiveram que conciliar trabalho e estudo para se manterem na universidade. No caso de Itália, Índia, Indonésia, México e Equador no começo da graduação eles trabalhavam em serviços voltados para agricultura nos horários que não tinham aula. Mas no decorrer do curso conseguiram bolsas em projetos de ensino, pesquisa ou extensão ou estágios remunerados voltados para a área de seus cursos. Já Bélgica e Argentina desde o início do curso conseguiram estágios remunerados na área do curso. Eles narram que por conta dos desafios de ter uma rotina organizada, manter a mente produtiva e dar conta de todas as demandas, principalmente em final de períodos. Assim, apontaram alguns problemas, como o cansaço, a falta de tempo e o desgaste emocional.

Para além da universidade, alguns entrevistados relatam que ingressar na universidade significou uma mudança geral na rotina. Para os três moradores da comunidade Juquinha de Paula, a entrada na universidade implicou na mudança para cidade. Pois, a comunidade onde moravam é bem distante e de difícil acesso em dias chuvosos, então conseguiram auxílio moradia, fazendo com que durante a semana residiam na cidade e aos finais de semana iam para casa dos pais. Isso impactou muito na vida deles, pois tiveram que mudar seus hábitos e ficaram longe da família. Eles relatam que no começo foi bem difícil pegar o ritmo da cidade.

Em relação à permanência dos entrevistados, os depoimentos permitiram compreender que os percursos também se diferenciam, principalmente considerando que alguns depoentes tiveram períodos diferentes de experiência universitária e também são advindos de comunidades diferentes. Por exemplo, Itália que ingressou no ano de 2012 apresentou mais dificuldades em seus relatos em relação aos outros, principalmente no primeiro ano do curso.

Dentre as dificuldades apontadas pelos sujeitos de pesquisa, algumas recaem mais sobre as pressões econômicas, tendo a necessidade de conciliar o curso de graduação com trabalho remunerado, a questão cultural e lacunas de aprendizagem dos conteúdos em decorrência de um ensino básico de pouca qualidade. Embora as dificuldades acadêmicas aqui apresentadas não se restrinjam somente aos jovens oriundos do campo, considerar suas especificidades contribui para sua inclusão efetiva, favorecendo a permanência com sucesso destes estudantes.

CAPÍTULO 3:

BUSCANDO NOVOS HORIZONTES: O PAPEL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA TRANSFORMAÇÃO DOS JOVENS DO CAMPO

Articulando teoria e empiria, propõe-se para este capítulo analisar como ocorreu o acesso dos jovens do campo ao ensino superior, bem como busca-se compreender quais foram as transformações do modo de vida ocorridas para esse público. Será evidenciando aqui, a mobilidade socioespacial desses jovens, visto que os deslocamentos resultantes da busca por uma qualificação profissional devem ser considerados como um importante fator de mudanças na vida dos jovens do campo.

Sobre isso, Cunha (2011) observa em seu estudo que o ingresso do jovem no ensino superior está relacionado também à renda das famílias, assim como ao nível de escolaridade dos pais. Segundo o autor, “o ensino superior público acaba funcionando como o instrumento possível para superar as desigualdades ou para diminuir a iniquidade no sistema educacional” (CUNHA, 2011, p. 265).

Como debatido no capítulo 2, os jovens do campo se deparam com diversos desafios para entrar e permanecer no ensino superior. Soares et.al (2010), por meio de pesquisas realizadas sobre vivências acadêmicas e a adaptação ao ensino superior, também apontam que a maioria dos indivíduos que ingressam nas universidades enfrentam percalços pessoais e acadêmicos distintos. Portanto, a trajetória acadêmica não é caracterizada particularmente pela formação profissional, visto que o ingresso na universidade promove significativas mudanças na vida dos jovens, onde este enfrenta uma série de desafios pessoais, interpessoais, familiares e institucionais (OLIVEIRA, DIAS, 2014).

Oliveira e Dias (2014), ainda apontam que ao serem inseridos no ensino superior, os jovens:

[...] se deparam com desafios para os quais podem ainda não estar preparados, tais como relacionar-se com pessoas diferentes, ajustar-se a novas regras, assumir novas responsabilidades e lidar com tarefas acadêmicas mais exigentes (OLIVEIRA, DIAS, p.188, 2014).

De certa forma, ao entrarem no ensino superior, os jovens acabam encontrando uma realidade totalmente diferente daquela vivenciada. Isso fica evidente em uma pesquisa feita por Dias et. al (2019), que por meio de seus resultados chegaram a nove categorias de dificuldades acadêmicas que os estudantes encontram durante o

Ensino Superior, sendo elas: 1) Dificuldades interpessoais no ambiente acadêmico; 2) Diferenças entre o Ensino Médio e o Ensino Superior; 3) Problemas econômicas; 4) Dificuldades de gestão do tempo relacionada às tarefas acadêmicas; 5) Dificuldades cognitivas; 6) Dificuldades pessoais (por exemplo, timidez, insegurança, falta de motivação); 7) Dificuldades estruturais da universidade ou curso; 8) Dificuldades face a professores desinteressados ou sem habilidades didáticas; 9) Dificuldades de deslocamento e transporte (DIAS et. al, 2019, p. 21-22).

Além dessas dificuldades apontadas, é importante destacar também a realidade do jovem do campo que consegue ingressar em um ensino superior, onde os percalços acabam se agravando ainda mais. Menezes et. al. (2012), discorrem em seu artigo que quando o jovem do campo consegue ingressar em uma universidade, devido às experiências durante a formação acadêmica, costuma mudar seu jeito de agir e de pensar. Essas novas experiências adquiridas pelos jovens do campo contribuem para criar uma diversidade social e cultural que é uma condição de existência da sociedade e que enriquece os bens culturais e simbólicos, assim como amplia as relações sociais.

Porém, é preciso ressaltar que, quem adentra no ensino superior não encontra somente as dificuldades, uma vez que as universidades também proporcionam experiências positivas. Segundo Menezes et. al 2012, o ensino superior além de ajudar o indivíduo a desenvolver o conhecimento acadêmico necessário para ter sucesso em uma determinada carreira, auxilia no crescimento pessoal, uma vez que no meio acadêmico há interações sociais entre pessoas de diversas origens e com histórias de vida muito diferentes.

Além disso, o ensino superior estimula os indivíduos a serem participantes ativos em suas comunidades e economias, e é provável que isto os acompanhe pelo resto da vida.

A educação não se dá apenas quanto a questões de trabalho e economia, mas também quanto a questões de justiça, liberdade social, capacitação para uma atuação democrática, de ação e de mudança, bem como a questões de poder, exclusão e cidadania. A educação, no seu melhor, trata de como habilitar os alunos a encarar seriamente a forma como eles devem viver suas vidas, defender os ideais de uma sociedade justa e agir de acordo com a esperança de uma democracia forte (GIROUX, 2010, p. 36).

Com base no exposto, torna-se evidente que a mobilidade socioespacial resultante da busca por uma qualificação profissional deve ser considerada como um importante fator de mudanças na vida das pessoas. Portanto, faz-se necessário um estudo sobre as transformações do modo de vida dos jovens rurais influenciados pelos deslocamentos pendulares e pela mobilidade socioespacial. Isso porque, quando os jovens se deslocam para o urbano, acabam tendo também o acesso a outras formas de vida e de relacionamento social, ao qual começarão a confrontar os valores da vida no campo e na cidade, podendo despertar o desejo de viver um modo de vida diferente daquele em que foi criado (SIQUEIRA, 2004). Assim, é pertinente fazer uma discussão sobre o desejo desses sujeitos em permanecer ou sair do campo, uma vez que eles tiveram contato com modos de vidas diferentes, o que pode influenciar em sua saída ou não do meio rural.

Dessa forma, de modo a alcançar os objetivos propostos neste trabalho, este capítulo está estruturado em três eixos, sendo eles “Juventude Rural: Espaço universitário e transformações do modo de vida”; o “Ser do rural e estudar no urbano: os deslocamentos dos jovens rurais”; e por fim “Juventude rural: sair ou permanecer no campo?”.

A metodologia utilizada para este capítulo foi a pesquisa bibliográfica, com o objetivo de reunir as informações e dados que serviram para o aprofundamento no assunto. Foram selecionadas pesquisas divulgadas sob a forma de teses, dissertações, artigos científicos de periódicos e livros, que discutem sobre a temática juventude do campo no ensino superior. Também foi utilizada a empiria, visto que foram descritos relatos dos sujeitos da pesquisa.

Na presente pesquisa foram entrevistados 7 jovens, sendo 5 mulheres e 2 homens. Estes jovens são moradores de duas comunidades rurais pertencentes ao município de Viçosa-MG. Para preservar a identidade dos entrevistados seus nomes verídicos foram substituídos por nomes de países, escolhidos pelos próprios entrevistados.

3.1. JUVENTUDE RURAL: ESPAÇO UNIVERSITÁRIO E TRANSFORMAÇÕES DO MODO DE VIDA

Menezes et. al. (2012) discorrem em seu artigo que, quando o jovem do campo consegue ingressar em uma universidade, devido às experiências durante a formação

acadêmica, costuma mudar seu jeito de agir e de pensar. Estas novas experiências adquiridas pelos jovens do campo contribuem para criar uma diversidade social e cultural que é uma condição de existência da sociedade e que enriquece os bens culturais e simbólicos, assim como amplia as relações sociais. Antes de discutir sobre as transformações do modo de vida dos jovens do campo no contexto universitário é preciso compreender o conceito de espaço geográfico.

O espaço geográfico está sempre em construção e é um importante conceito para a Geografia, possuindo variadas abordagens, significados e concepções. Cada autor o define a partir da sua linha de trabalho, das correntes de pensamentos ou dando ênfase aos aspectos econômicos, políticos e culturais. Como afirma Lefebvre (2008):

Existem vários métodos, várias abordagens no que concerne ao espaço, e isso a diferentes níveis, de reflexão, de recorte da realidade objetiva. Por exemplo, pode-se estudar o que alguns denominam biótipo; pode-se estudar o espaço percebido, a saber, o da percepção comum à escala do indivíduo e de seu grupo, a família, a vizinhança (...) (LEFEBVRE, 2008, p.36).

Conforme visto, o espaço é conceitualizado de diferentes formas, a depender das correntes de pensamentos que irá seguir. O processo de transformação do espaço geográfico é fruto de uma construção histórica, que vem sendo caracterizada ao longo dos anos, decorrente da relação do homem com os agentes naturais. Segundo Santos (2002), o espaço é constituído por um sistema de objetos e um sistema de ações, onde há uma relação entre os elementos naturais e as ações humanas, no sentido de construir e transformar o meio, introduzindo elementos artificiais, conforme demonstra Santos (2002):

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina (...). (SANTOS, 2002, p.63).

Soja (1993), destaca que a estrutura do espaço não é separada de suas leis autônomas de construção e transformação, muito menos de uma simples expressão da estrutura de classes que surgem das relações sociais de produção. Ela é um

componente dialeticamente definido pelas relações sociais e espaciais (SOJA, 1993, p. 99). Portanto, no espaço geográfico ocorrem relações socioespaciais, sejam elas de ordem política, econômica ou simbólica, as quais a sociedade tem um papel essencial, pois são essas relações que os indivíduos estabelecem entre si que refletem a dinamização do espaço. Segundo Massey (2004), o espaço é visto como um produto de inter-relações, uma esfera da capacidade da existência da pluralidade de relações, como afirma em seu artigo:

O espaço é a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade; é a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; é a esfera da possibilidade da existência de mais de uma voz. Sem espaço não há multiplicidade; sem multiplicidade não há espaço. Se o espaço é indiscutivelmente produto de inter-relações, então isto deve implicar na existência da pluralidade: Multiplicidade e espaço são co-constitutivos (MASSEY, 2004, p.8).

Assim, o espaço é uma forma resultante da interação de diferentes variáveis. Massey (2006) discorre que para se conceitualizar espaço, é preciso reconhecer a relação e a formação do conceito por meio das múltiplas trajetórias que se cruzam, se conectam e se desconectam, a partir dessas relações formando o espaço.

(...) para a conceitualização de espaço/espacialidade, é crucial o reconhecimento de sua relação essencial com e de sua constituição através da coexistência da(s) diferença(s) – a multiplicidade, sua habilidade em incorporar a coexistência de trajetórias relativamente independentes. Trata-se de uma proposta para reconhecer o espaço como a esfera do encontro, ou não, dessas trajetórias - onde elas coexistem, afetam uma à outra, lutam. O espaço, então, é o produto das dificuldades e complexidades, dos entrelaçamentos e dos não-entrelaçamentos de relações, desde o inimaginavelmente cósmico até o intimamente pequeno. O espaço, para repetir mais uma vez, é o produto de inter-relações (MASSEY, 2006, p. 17).

Consequentemente, no espaço geográfico há um compartilhamento de valores, crenças, hábitos, etnias, dentre outros, que influencia na construção da identidade dos indivíduos. Quando nascemos não temos uma identidade pré-estabelecida, sendo uma construção cultural, conforme o ambiente em que estamos inseridos, a partir da interação humana, como afirma Hall (2006),

“(...) a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo "imaginário" ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre "em processo", sempre "sendo formada" (HALL, 2006, P.38).

Hall (2006) ainda define três concepções distintas de identidade cultural do indivíduo, sendo que a primeira é o Sujeito Iluminismo, baseado numa concepção de indivíduo unificado e racional de consciência e de ação, centrado em seu núcleo interior, ao qual a identidade aparecia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia permanecendo inalterada ao longo da existência do indivíduo.

Uma segunda concepção destacada por Hall (2006) é o Sujeito Sociológico, no qual a identidade passa a ser formada a partir da relação entre o indivíduo e outras pessoas importantes para ele, que mediava a cultura para o sujeito. Esse indivíduo possui seu núcleo interior, mas agora ele passa a ser alterado por mundos culturais exteriores e por outras identidades que esses mundos oferecem. E por último, o Sujeito Pós-Moderno, onde sua identidade é composta por diversas identidades, muitas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Ou seja, possui uma identidade provisória em constante mudanças. Esse último é, talvez, a concepção que melhor se ajusta com as características identitária dos sujeitos nos tempos atuais.

Deste modo, de acordo com Hall (2006), o conceito de identidade vem enfrentando uma crise, podendo ser percebida com o surgimento de novas identidades e desintegração do sujeito. Assim, as transformações no conceito de identidade se deram por não mais existir um indivíduo adaptado, mas sim um sujeito excêntrico no mundo social, cultural e diante de si mesmo. Conseqüentemente, vive se relacionando e em constante confronto com diversificadas identidades que muitas das vezes se identificam apenas temporariamente.

A conceitualização de identidade para Kuper (2002) vai de encontro com a de Hall (2006), uma vez que segundo Kuper (2002), essa é a parte mais individual do ser humano, mas que é totalmente dependente da convivência social. A construção da identidade para o autor é um processo contínuo e perpétuo, no qual se projeta as particularidades interiores (desejos, vontade ou ações individuais), como também as exteriores (valores, normas, língua, entre outros):

Mas identidade não é apenas um assunto pessoal. Ela precisa ser vivida no mundo, num diálogo com outros. Segundo os construcionistas, é nesse diálogo que a identidade é formada. Mas não é dessa maneira que ela é vivenciada. De um ponto de vista subjetivo, a identidade é descoberta dentro da própria pessoa, e implica identidade com os outros. O eu interior descobre seu lugar no mundo ao participar da identidade coletiva (por exemplo, uma nação, uma minoria étnica, uma classe social, um movimento político ou religioso) (KUPER, 2002, p. 298).

Nessa mesma perspectiva, Castells (2008) descreve que as identidades permitem a percepção da realidade individual, ou seja, a consciência de si mesmo. Conseqüentemente, permitem a diferenciação entre o “eu” e o “outro”, possibilitando as distinções identitária de cada um. Portanto, a identidade cultural, pode ser vista como uma construção subjetiva, em constante mudança do “eu” individual, influenciadas pelo coletivo e pelas formas simbólicas, que ligam o ser social e sua condição existencial, a outros grupos sociais e práticas culturais, em vários contextos do espaço geográfico.

Nessa perspectiva, A juventude é uma fase de construção social da vida de um indivíduo, sendo influenciada por diversas experiências sociais que acabam interferindo em suas características identitárias. A identidade é construída por meio da convivência com o lugar de raiz do indivíduo, mas ao longo da vida essa identificação pode ganhar novas características, ser desconstruídas e reconstruídas por meio do deslocamento do sujeito pelo espaço. Para entender como as identidades dos jovens de hoje vêm se constituindo é preciso conhecer como as influências dos fatores históricos e sociais interferem nessa constituição.

Nesse sentido, Bovério (2009) destaca que os jovens quando conseguem ingressar em no Ensino Superior se deparam com um universo totalmente diferente, tendo uma triste relação com a vida acadêmica. Isso porque passam “a ter consciência das inúmeras diferenças sociais entre esse universo e suas origens” (BOVÉRIO, 2009, p.5), como pode ser observado nos registros abaixo:

Na UFV a gente aprende a respeitar o próximo e suas escolhas, que cada um tem o seu gosto, modo de agir, pensamentos distintos, crenças distintas entre outros. Comecei a ver o mundo de maneira mais liberal, conheci a força do feminismo e hoje não abro mão desse movimento. Comecei a ver que tudo que tinha aprendido era pensamentos machistas, que as pessoas têm direito de escolher aquilo que faz bem para o individual de cada um e só isso importava. O que fez essa mudança toda para mim, foi morar com uma amiga que era feministas e que era bissexual, ela me mostrou que não tem nada de anormal das pessoas ficarem com quem elas gostam, seja do mesmo sexo ou oposto, toda maneira de amor vale a pena (BÉLGICA, 23anos).

Quando a gente tem contato com um tanto de pessoas diferentes, a gente muda um pouco nosso modo de ser. Eu me tornei outra pessoa depois que ingressei na universidade, eu acho que me tornei uma pessoa muito mais aberta às diferenças. Eu não era muito aberto, então quando você conhece essas novas realidades, acho que você me entende, e começa a conviver com todas as diferenças que

existem, acabamos nos adaptando. Muda um pouco a cultura, o modo de vestir, por exemplo, eu tinha um estilo meio agro e hoje não tenho mais (EQUADOR, 27 anos).

Eu perdi um pouco de timidez e tenho uma visão mais problematizadora do mundo, das questões, das relações das pessoas. Comecei a questionar mais as coisas, a relação entre homem e mulher, a questão das classes sociais e das desigualdades. Eu comecei a ficar com a visão mais aberta em relação a isso. A gente acaba mudando o modo de vestir e acaba se adaptando as questões urbanas, os estilos daqui (ARGENTINA, 24 anos).

A gente muda um pouco, acaba se moldando pra fazer parte daquele meio. Tipo assim, o que a gente era antes não é a mesma coisa mais, por exemplo, eu tinha minha cabeça muito fechada, era muito tímido e agora já não sou tanto mais (MÉXICO, 22 anos).

Então, ao saírem do campo, os jovens rurais possuem uma identidade “tradicional” que foi construída na convivência no meio rural. Quando adentram no ensino superior eles passam a conviver com diferentes grupos sociais e ideologias, o que torna sua identidade reconfigurada. Assim, a sua identidade é construída, desconstruída e reconstruída, ganhando novas características. Ou seja, os jovens vão construindo suas identidades ao longo de suas vidas sob as mais distintas influências, na qual ideias e valores são constantemente confrontados, o que pode resultar não apenas em uma única e plena identidade, mas uma construção de diferentes tipos de identidades em diversos momentos e lugares de sua vida (HALL, 2006).

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (...) A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente (HALL, 2006, p.13).

Segundo Carneiro (1998, p. 58), “a heterogeneidade social, ainda que produza uma situação de tensão, não provoca obrigatoriamente a descaracterização da cultura local”. Não há uma descaracterização dos núcleos rurais, mas uma reestruturação, com a incorporação de novos componentes econômicos, sociais e culturais (CARNEIRO, 2008). Como afirma a autora,

[...] as transformações na comunidade rural provocadas pela intensificação das trocas com o mundo urbano (pessoais, simbólicas, materiais...) não resultam, necessariamente, na descaracterização de seu sistema social e cultural como os adeptos da abordagem adaptacionista interpretavam. Mudanças de hábitos, costumes, e mesmo de percepção de mundo, ocorrem de maneira irregular, com graus e conteúdos diversificados, segundo os interesses e a posição social dos atores, mas isso não implica uma ruptura decisiva no tempo nem no conjunto do sistema social. Quando aceita pela comunidade, a diversidade assegura a identidade do grupo que experimenta uma consciência de si na relação de alteridade com os “de fora” (CARNEIRO, 1998, p.58).

É nessa perspectiva que o jovem do campo constrói as várias outras identidades a partir dos significados que vai incorporando a si. Logo, o deslocamento ou a migração temporária dos jovens rurais para o espaço universitário com o objetivo de estudar pode gerar sentimentos de pertença múltiplos, bem como uma nova caracterização de sua identidade. A construção da identidade dos jovens é um processo contínuo e perpétuo, sempre sujeita a mudanças, sendo construídas, desconstruídas e reconstruídas.

3.2. SER DO RURAL E ESTUDAR NO URBANO: OS DESLOCAMENTOS DOS JOVENS RURAIS

De acordo com Corrêa (1997), a mobilidade é um componente das interações espaciais e está baseada na sociedade e em seu movimento de transformação. Em outros termos, a mobilidade e suas dinâmicas são pertencentes ao contexto histórico do homem referente a forma de interação espacial constituinte da existência, da reprodução e do processo de transformação. Por isso, é preciso percebê-la mais do que um simples deslocamento de pessoas, mercadorias, capital e informações no espaço (CORRÊA, 1997).

Sobre isso, Lévy (2000) apresenta que “pode-se definir a mobilidade como a relação social ligada à mudança de lugar, isto é, como o conjunto de modalidades pelas quais os membros de uma sociedade tratam a possibilidade de eles próprios ou outros ocuparem sucessivamente vários lugares” (LÉVY, 2000, p.1).

Sousa (2003) ainda descreve que a mobilidade faz parte das pré-condições do desenvolvimento político e cultural de um povo, visto que as pessoas precisam estar em contínuo movimento para realizar diferentes funções como trabalho, lazer, educação, práticas religiosas, dentre outras. Portanto, a situação espacial de cada

indivíduo pode facilitar ou dificultar esses deslocamentos. Vale destacar que as pessoas que se deslocam de ambiente para outro, seja com o objetivo de estudar ou como lazer, por exemplo, utilizando o mesmo meio de transporte ou um meio de transporte diferenciado, terão uma experiência diferenciada do deslocamento, conferindo-lhes diferentes significados (BEZERRA, 2013).

Neste estudo será trabalhado o movimento pendular dos jovens rurais, o qual se caracteriza por movimentos diários de pessoas buscando em outros locais bens e serviços que não são encontrados em seu lugar de origem, por exemplo, estudo, trabalho, saúde e outros. Optou por esse termo por se entender que tal dinâmica envolve um deslocamento diário e que, portanto, não implica transferência ou fixação definitiva em outro lugar.

Segundo Nunes (2018), o conceito de movimento pendular na Geografia é antigo, estando em destaque nas análises de Beaujeu-Garnier (1967), como movimentos diários, deslocamentos cotidianos ou movimentos de vaivém. “Devido à sua feição característica – um movimento de vaivém semelhante à oscilação de um pêndulo – podem, talvez, ser denominadas ‘migrações oscilatórias’” (BEAUJEU-GARNIER, 1967, p. 284 apud NUNES, 2018, p.158).

Sobre isso, o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2003) aponta que:

A expressão “movimentos pendulares” é habitualmente utilizada para designar os movimentos quotidianos das populações entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo. O conceito de movimento pendular encerra, na sua forma mais simples, duas deslocações de uma pessoa entre dois pontos do espaço geográfico: uma de ida para o local de trabalho ou estudo e outra de retorno ao local de residência. Deste modo, antes de mais, o movimento pendular é uma questão funcional que resulta da organização do território e da não coincidência entre o local de residência e os locais de trabalho ou estudo (INE, 2003, p. 11).

Portanto, o movimento pendular é entendido como a dinâmica que envolve um deslocamento diário, ou seja, não implica na mudança definitiva para outro lugar. O termo pendular foi construído num sentido ao de ir e vir que se assemelha ao movimento de um pêndulo. Por exemplo, dois deslocamentos de uma pessoa entre dois pontos do espaço geográfico: um de ida para o local de estudo ou trabalho e outro de retorno ao local de residência. Sendo assim, constitui como um deslocamento funcional, não residencial (MOURA et.al, 2005).

Moura et. al (2005) descreve que os estudos iniciais sobre movimento pendular

o caracterizavam como fenômeno próprio das metrópoles, no qual os indivíduos transitavam diariamente da região metropolitana para a cidade com o objetivo de trabalhar. Entretanto, em decorrência da procura e oferta de bens e serviços em cidades grandes, pessoas são levadas a cruzar diariamente o território do local onde residem.

Embora o principal motivo dos deslocamentos pendulares seja a procura por trabalho, a busca por oportunidades educacionais também é motivação de deslocamentos populacionais. O padrão espacial da localização dos estabelecimentos de ensino, de forma concentrada em determinados espaços, para níveis de ensino médio e superior, leva à necessidade de deslocamentos frequentes entre residência e unidade de ensino por parte de um amplo número de estudantes (TAVARES, OLIVEIRA, 2017, p.2).

Isso pode ser percebido pelos jovens sujeitos dessa pesquisa. Como eles não dispunham de ensino superior no local onde residiam, foi verificado nas entrevistas que ao longo de suas trajetórias de vida, para ter acesso à educação, eles tiveram que se deslocar do rural para o urbano. Além disso, a forma como esse deslocamento aconteceria era uma preocupação que os acompanhavam, pois além do serviço de transporte intermunicipal ser bastante escasso nas comunidades, principalmente na do Juquinha de Paula – comunidade localizada no município de Viçosa-MG, que foi sede para essa pesquisa – a maioria dos universitários da pesquisa era oriunda de famílias de baixa renda.

Portanto, os jovens Equador, Argentina e Bélgica da comunidade do Juquinha de Paula, por falta de transportes regulares e pela estrada que liga a comunidade à universidade não ser asfaltada, o que dificultava o transporte por outros meios, tiveram que ir morar na cidade. Sendo que as duas jovens (Argentina e Bélgica) moravam em alojamento da universidade e o Equador tinha bolsa moradia, onde junto com outros colegas alugaram uma casa na cidade. Já os quatro depoentes (Itália, Índia, Indonésia e México) da localidade Paraíso, por ter a estrada asfaltada e em condições razoáveis para o transporte recorrente, faziam esses movimentos pendulares diariamente, como pode ser observado nos registros abaixo:

Itália, como estava matriculada em curso noturno, para fazer o deslocamento para a universidade utilizava o transporte escolar público destinado aos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ela narra que o ônibus voltava muito tarde e não passava perto da sua casa, então tinha que andar uns 3 quilômetros a pé.

Algumas vezes um dos pais a encontrava no meio do caminho, mas na maioria das vezes tinha que andar sozinha até a casa. Ela relata que além de ser muito cansativo, essa jornada diária oferecia alguns riscos à sua integridade física.

Como o ônibus escolar era exclusivo para os alunos do município e do estado, essa possibilidade de utilizá-lo para o deslocamento até a universidade era pela gentileza do motorista. Porém, uma desvantagem dessa forma de transporte relatada por Itália, é que se ela não estivesse no ponto de ônibus quando o motorista chegasse, perdia a carona. Itália contou que algumas vezes, apesar de estar presente na aula, acabava levando falta quando o professor deixava para fazer chamada no final da aula, visto que tinha que sair um pouco mais cedo para não perder o ônibus. Quando ocorria de perdê-lo, ela tinha que esperar o transporte público que passava às 22:30 e utilizar o dinheiro que era destinado às cópias de material acadêmico para pagar a passagem.

Itália ainda narra que quando tinha alguma atividade no período diurno, utilizava o transporte público e, muitas vezes para economizar no dinheiro da passagem, ia para a universidade às 7 da manhã e esperava até as 22 horas o transporte escolar gratuito. Depois de um tempo com essa rotina, a entrevistada relatou que tirou carteira de habilitação e ganhou uma moto de presente de sua mãe, e assim começou a fazer esses deslocamentos de moto.

A necessidade de fazer esses deslocamentos diários como meio de continuar os estudos faz com que os jovens se vejam obrigados a lidar com os problemas que isso os acarreta, pois “tanto o acesso como a permanência desses estudantes nas escolas e universidades são afetados pelas dificuldades que eles enfrentam por ter que se deslocar diariamente entre suas residências e as instituições que estudam” (TAVARES, 2016, p. 16).

A situação narrada anteriormente também aconteceu com a Índia, irmã de Itália. Quando ingressou no ensino superior também utilizava o transporte escolar, até que sua irmã começou a ir de moto. Porém, como alguns horários de aula não batiam, ela viveu a mesma situação da sua irmã Itália. Índia narrou que o curso (Matemática) exigia muito dela, e assim como Itália, havia dias em que era necessário ficar na universidade por um longo período, quando ia para a instituição na parte da manhã e retornava para a casa somente a noite. Somente quando Itália se casou, que a moto foi repassada para Índia, assim passou a fazer os deslocamentos de moto.

Uma realidade alternativa ocorreu com a irmã caçula de Índia, a Indonésia. Desde que ingressou na universidade já fazia os deslocamentos de moto, pois como a mãe tinha dado uma moto para as irmãs, ela também a presenteou com uma. Porém, uma das dificuldades relatada por ela, assim como com os outros depoentes, é a questão dos períodos de chuvas, onde ela afirma que “o jeito era rezar”, pois além do fato de chegarem molhados na aula, o trajeto ficava escorregadio e perigoso. Vale destacar que mesmo que a comunidade Paraíso seja de fácil acesso, para chegar na localidade que os depoentes moravam era necessário pegar estrada de terra.

Segundo Egami et. al (2008), a população rural tem mais dificuldades para o acesso a unidades de ensino, isso se deve principalmente ao fato de que essas unidades são localizadas fora do campo tendo que percorrer grandes distâncias. Portanto, o transporte público ou a própria condução se tornam fundamentais no acesso às unidades de ensino.

Assim como os outros entrevistados, México relata que utilizava o transporte público no começo do curso para fazer o deslocamento para a universidade. Ele narra que tinha que andar uns dois quilômetros para chegar até o ponto de ônibus, sendo necessário sair muito cedo de casa. Quando chovia era mais árduo ainda, visto que ele tinha que andar mais três quilômetros até o asfalto.

O seu relato quase vai de encontro com a realidade de Itália e Índia, a não ser pela parte em que em sua época já não havia a possibilidade de carona no transporte escolar, sendo necessária a utilização do transporte público. Como os horários de ônibus não batiam com os horários das aulas, México deslocava na parte da manhã até a universidade e retornava somente a noite. Seu pai vendo esse transtorno em sua rotina, também comprou uma moto para ele a fim de facilitar seus movimentos pendulares.

Para Oliveira (2013), os deslocamentos pendulares não inclui apenas a analisar o “deslocamento diário”, mas também as relações vividas tanto no destino pretendido, como o de origem, bem como as criadas durante esse deslocamento. A partir do exposto e dos relatos dos entrevistados é possível observar que os movimentos pendulares envolvem muito mais que a distância percorrida no deslocamento entre o campo e a cidade, pois nesse processo existem relações, gastos, estresses e desgastes que podem prejudicar a produtividade dos jovens, atrapalhando, por exemplo, o rendimento acadêmico do estudante que o faz, bem como em outros

âmbitos da sua vida pessoal.

Assim, ao analisar os jovens entrevistados, percebeu-se que esse processo envolve não apenas os deslocamentos diários, mas o tempo da viagem, os gastos e o cansaço físico e mental, o que acaba prejudicando em alguns pontos o desempenho acadêmico dos jovens, principalmente quando esses movimentos eram feitos por transporte público. Vale destacar que em períodos chuvosos esses mesmos deslocamentos eram feitos a pé, onde os jovens ficavam ainda mais expostos ao cansaço.

Esses resultados vão de encontro aos estudos de Palma e Miranda (2019), que também apontaram que a realidade dos alunos da zona rural, que se desloca diariamente para o urbano a fim de estudar, é muito difícil, pois chegam cansados, após terem percorridos grandes distâncias, dificultando assim, o seu aprendizado.

Além disso, observou-se também que apesar de a Comunidade do Paraíso ser de fácil acesso, os jovens enfrentaram algumas dificuldades por morarem em localidades distantes do asfalto, bem como pelos horários do transporte público não conciliarem com os horários de aulas.

Constata-se desta forma, que o movimento pendular envolve muito mais que a distância entre os locais do deslocamento, mas todo um processo que o compreende. Sendo esse processo particular para cada jovem que faz o movimento, visto que mesmo que sejam iguais os trajetos e o tempo de deslocamento para um mesmo grupo, as consequências podem ser diversas.

3.3. JUVENTUDE RURAL: SAIR OU PERMANECER NO CAMPO?

Diversos autores vêm pesquisando sobre a saída e permanência dos jovens no campo. Essa questão vem sendo analisada nos últimos anos por diversas perspectivas. Pesquisas como o de Abramovay (2003), Carneiro (1998), Paulo (2010), Silva (2002), Castro (2005) e Aguiar e Stropassolas (2010) destacam que a saída dos jovens agricultores em direção às cidades vem se intensificando nos últimos anos no país.

Castro (2005) ao referir-se à permanência ou saída do jovem do campo, adverte que a compreensão dessa questão vai muito além de uma simples atração pela cidade. Para a autora, faz-se necessário compreender seu processo em uma totalidade, considerando não somente as condições de vida enfrentadas pelos jovens

e por suas famílias no meio rural.

Portanto, a dualidade “ficar e sair” não é marcada somente pela cobrança da atuação no campo e pela continuidade do trabalho familiar, mas é também marcado pela valorização dos estudos e do trabalho remunerado fora do campo, no meio urbano (CASTRO, 2005).

Os jovens, ao transitarem entre o rural e o urbano, vão assimilando, portanto, valores de outras sociedades que serão reinterpretados a partir dos modelos tradicionais da sua sociedade local. O que significa dizer que poderão influenciar numa “reconstrução cultural”, lenta e gradual, ou poderão apenas assimilar bens de consumo e conviverem no sistema dos valores do lugar, o sistema dos mais velhos, pois tudo vai depender da “criação”; ou seja, do modo como foram educados (SILVA, 2002, p. 112).

Segundo Aguiar e Stropassolas (2010), não se pode identificar uma única razão ou algo primordial para explicar ou justificar a migração dos jovens rurais, uma vez que este é um conjunto de eventos, de situações e de problemáticas. Entre estas, destacam-se os problemas enfrentados pela agricultura familiar; intempéries climáticas; oscilação do mercado; renda insuficiente para reprodução da família ou abaixo das expectativas e pretensões; falta de segurança financeira, de uma renda fixa, garantida mensalmente; a estrutura fundiária, geralmente exposta em minifúndios e precariedade do trabalho rural, principalmente para as moças; constância intermitente da atividade agrícola, representada pela “falta de folga” nos finais de semana, nos feriados e a ausência de férias (AGUIAR; STROPASSOLAS, 2010).

De um modo geral, os(as) jovens quando migram para os centros urbanos esperam ali ter uma vida melhor que a do interior. Ter uma vida melhor significa ter uma renda própria, um salário que lhe garanta o sustento, a autonomia financeira e a independência dos pais. Para a maioria isto implica ‘ter um estudo’. Ou seja, a busca de ‘melhores condições de vida’ pressupõe um certo grau de escolaridade e os pais, de maneira geral, incentivam os(as) filhos(as) a estudarem. Eles percebem os estudos como uma condição necessária para que os(as) filhos(as) tenham possibilidade de construir uma vida melhor que a deles, sobretudo no caso das moças cujas mães não querem vê-las reproduzir a sua condição de mulher agricultora. Neste caso, elas são incentivadas a estudar para construir a sua vida fora do meio rural (AGUIAR; STROPASSOLAS, 2010, p. 174).

Contudo, segundo Rending (2014), a migração das moças e dos rapazes nem sempre está diretamente relacionada à falta de condições básicas no meio rural, mas à complexa dinâmica cultural e social. Assim, para o autor, a saída do campo para os

jovens pode estar atrelada a buscar de alguns fatores, entre eles estão:

a) um parceiro para manter vida social; b) a educação superior; c) a autonomia financeira desvinculada do chefe da família (pai); d) a busca de lazer e entretenimento propiciada nos meios urbanos; e) a um status midiaticizado do jovem urbano e f) a possibilidade de buscar oportunidades de crescimento pessoal. Nesse sentido, também se torna interessante evitar as dificuldades do meio rural como: g) as precárias condições de trabalho; h) a dificuldade de acesso ao meio urbano; i) o isolamento cultural, social e político no meio rural; j) falta de uma estrutura de apoio; l) a inexistência de acesso as tecnologias de informação da sociedade urbana no campo (sinal de celular, sinal de internet, etc.), entre outros (RENDIN, 2014, p.2).

Na mesma linha de pensamento do que foi descrito acima, Santos (2009), descreve em seus estudos que a decisão do jovem permanecer no meio rural é influenciado por fatores objetivos e subjetivos.

Os fatores objetivos são decorrentes da esfera material de produção e estão ligadas às dificuldades enfrentadas pela jovem no acesso ao trabalho em atividades agrícolas ou não-agrícolas. Os fatores subjetivos são construídos a partir das condições de vida no meio rural e sua identificação como sinônimo de atraso e de falta de oportunidades. Almejar novas oportunidades, ter acesso a bens e serviços faz parte do imaginário juvenil, tanto na cidade como no campo. Prevalece, no entanto, a suposição a cidade é mais pródiga nessas facilidades (SANTOS, 2009, p.55).

Com base no que foi apresentado, o presente subcapítulo tem por objetivo apresentar e descrever os objetivos de vida dos jovens pesquisados, a fim de esclarecer se estes pretendem sair ou permanecer no campo, assim como, discutir os motivos que os levaram ou levariam a tomar essa decisão.

Os sujeitos da presente pesquisa foram questionados sobre as percepções e as pretensões relativas ao mundo rural, tanto em relação a uma possível permanência quanto a saída do meio rural. A questão central se referiu a indagar especificamente se entre eles havia pretensão de permanecer no meio rural.

É importante ressaltar, que os jovens das duas comunidades estudadas (Juquinha de Paula e Paraíso), constroem uma representação identitária que retifica sua vinculação ao local. Isso fica evidente quando estes são inquiridos sobre o assunto, e que pelo modo de falar e os gestos acabam demonstrando um sentimento de afinidade e carinho pelo lugar. Independentemente de estarem na comunidade ou tê-la deixado, é possível perceber que sempre se evoca um discurso em que se eleva as qualidades e os envoltimentos da vida de cada um com o lugar.

Quando foi questionado para as três irmãs, Itália, Índia e Indonésia (moradoras da comunidade Paraíso), se elas pretendem continuar morando ou não no campo, as três deram respostas semelhantes que não trocam o silêncio do campo pela vida agitada no urbano.

A minha vida toda foi na área rural, eu acho a cidade muito agitada! Só de ir à cidade às vezes eu fico incomodada com aquela agitação. Só vou a cidade para resolver questões pessoais ou para trabalhar e procuro voltar o mais rápido possível. Eu acho que nunca vou morar fora do campo, a vida aqui é mais tranquila, muito mais proveitosa (ITÁLIA, 28 anos).

Eu pretendo continuar morando na área rural, porque eu gosto daqui e é um lugar tranquilo. Eu não sou muito de cidade, pra mim a vida na cidade é muito tumultuada, não me adapto! A gente vai porque realmente precisa, pois aqui (campo) infelizmente por enquanto não é tudo que atende a gente, então a gente precisa estar indo lá (cidade) para resolver, mas ir para resolver mesmo e voltar e essa questão de morar, não! (ÍNDIA, 27 anos).

Adoro morar no campo, aqui é muito tranquilo, não tem a aglomeração e silencioso. Eu não gosto da cidade eu acho muito movimentada e muito agitada. Quando eu costumo ir à rua eu chego em casa eufórica, sei lá, me faz mal. Pretendo continuar morando na área rural e entrar na UFV não me fez mudar de ideia. Eu me imagino no futuro morando no campo com minhas plantinhas no meu quintalzinho (INDONÉSIA, 20 anos).

Elas ainda complementam que mesmo trabalhando na cidade pretendem ir e voltar todos os dias. Wanderley (2007), descreve que a escolha em morar na área rural não se restringe, exclusivamente, a razões profissionais, mas se fundamenta em uma “avaliação positiva sobre o próprio modo de vida e sobre os atributos da vida no campo, no que se refere, especialmente, aos vínculos pessoais com o lugar, à qualidade da vida local e à qualidade das relações sociais” (WANDERLEY, 2007, p.27).

O outro jovem da comunidade Paraíso, o México, durante entrevista disse que pretende continuar morando na área rural depois que se formar, mas se caso tiver que sair, ele sai. Assim como as irmãs, ele também relatou que o campo é um lugar calmo para se morar, onde a vida é tranquila e bem diferente do centro urbano.

Eu gosto muito da roça, não tenho vontade de sair daqui não. A vida aqui é muito tranquila, mas aí é aquele negócio, se aparecer uma oportunidade de emprego boa pra mim e eu tiver que sair eu saio, mas quero ficar, pois gosto muito daqui (MÉXICO, 22 anos).

Portanto, ficar no meio rural após a universidade para os jovens entrevistados não significa fracasso, pois “esses jovens optam por transformar o rural habitado em um lugar que atenda às suas expectativas de ‘ficar’, mas ficar de uma forma diferente” (BEZERRA, 2013, p.132).

Assim, os sujeitos da pesquisa apresentados acima pretendem continuar morando no campo pelo fato de ser uma localidade mais tranquila para se viver, sem os barulhos dos centros urbanos. Outro ponto a ser destacado é que esses jovens foram criados desde o nascimento em área rural, passando por muitas dificuldades para dar continuidade aos estudos, já discutidas anteriormente, mesmo passando por esses obstáculos optam em continuar morando, demonstrando a afinidade e o carinho pelo o lugar.

Um contraponto observado sobre essa questão, é que os jovens da comunidade do Juquinha de Paula optaram por sair do rural quando entraram na universidade. Equador e Argentina, que já são formados, não voltaram para campo. Argentina relata que não voltou por causa do trabalho, pois como a estrada é toda de terra quando chove é difícil o acesso, por isso alugou uma casa na cidade, mas aos finais de semana ela vai para o campo. Ela destacou que quando ficar mais velha e aposentar pretende voltar sim para o rural, porque segundo ela, é um local tranquilo de ser viver.

Quando eu for mais velha e tiver a aposentada eu pretendo voltar, pois gosto muito de lá. Mas, atualmente não! Pois, essa rotina de ir e vim do campo é muito cansativo, principalmente em dias chuvosos em que o acesso fica mais difícil (ARGENTINA, 24 anos).

Já o Equador casou e mudou-se para a cidade, porém não exerce sua profissão, uma vez que ele optou em ser agricultor familiar, pois está tendo uma renda maior com esse trabalho. Dessa forma, ele faz o caminho inverso todos os dias, saindo do urbano e indo para o rural cultivar suas plantações. Equador relatou que está com planos para voltar a morar no campo, pois agora, morando em área urbana, nota como era bom morar no campo.

Sim, eu pretendo voltar a morar no campo, porque eu não sabia como era bom morar lá. Quando vim para cidade que notei essa diferença, lá é muito tranquilo não tem os barulhos da cidade. Então, eu estou pensando em ficar por aqui por mais um tempo e depois voltar, assim, já tenho até planos de voltar para onde eu saí (EQUADOR, 27 anos).

Já Bélgica que é moradora do alojamento da universidade, em depoimento relata que não pretende voltar a morar no campo “por ter muita dificuldade para ter acessos ao médico, trabalho, farmácia, mercado, entre outras dificuldades” (BÉLGICA, 23 anos).

Os que saíram expressam sentimento de nostalgia, de um tempo de antes da infância e da adolescência, porém relatam também as dificuldades enfrentadas, as faltas de oportunidades, as carências e os problemas estruturais que perpassam desde às más condições de estradas, até o trabalho pesado na agricultura. Não há um despojo em relação ao rural, mas a avaliação em termo de alguns problemas que, nesses casos, retificam a decisão pela saída, não caracterizando uma renúncia à vida no campo (KUMMER, 2013).

Constatou-se que em todos os entrevistados a migração foi motivada pelo interesse de melhorias de oportunidades de trabalho e remuneração, visto que todos manifestaram que poderiam ter optado pela permanência no meio rural. Entretanto, essa opção lhes colocaria em uma contingência de conviver com carências que não lhes traziam apreços. Entre essas carências são citadas, enfaticamente, a falta de dinheiro e a falta de perspectivas futuras, isto é, o encaminhamento de um projeto de vida satisfatório.

Com este trabalho foi possível observar que dentre os jovens moradores da comunidade Paraíso que foram entrevistados, há uma tendência em que estes permaneçam no campo. É importante ressaltar que o desejo de permanecer no campo não pressupõe mais assumir a profissão de agricultor. A permanência desses jovens no campo pode se dar pelo fato da comunidade estar localizada a beira de rodovia, onde mesmo os jovens morando em localidades de estrada de terra, a distância é pouca até a cidade. Além disso, a comunidade está em fase de crescimento, onde já se encontram variados tipos de comércios, como mercearias, casas agropecuárias, vendas, dentre outras.

Segundo Carneiro (2005), as áreas rurais que apresentam melhores condições de infraestrutura como a qualidade de estradas e dos meios de transporte, a comunicação com a cidade, a telefonia, internet, etc., vêm ocorrendo uma mudança de valores referente a relação campo-cidade, onde os jovens passam a ser influenciados pela valorização urbana do campo. Ainda de acordo com a autora, isso contribui com o desejo dos jovens de permanecerem na localidade de origem.

Maria (2016), realizou uma pesquisa sobre a comunidade do Paraíso:

Nos últimos anos, a localidade tornou-se um espaço impregnado de conflitos de interesse. Uma área altamente valorizada devido às facilidades de acesso, à própria existência de empreendimentos de renome em seu entorno, uma nova opção em meio à verticalização da área central. Esses motivos a tornaram alvo dos interesses de conversão da terra rural em urbana (MARIA, 2016, p. 79).

Ainda segundo a autora a localização instiga a valorização de certas áreas. Assim, ela destaca que a presença da rodovia MG-280 na comunidade do Paraíso facilita com que o local mantenha relações com a área central e com a universidade. Portanto, a comunidade está perdendo suas características de zona rural, pois está havendo um grande aumento de construções civis para residências permanentes ou secundárias, ou para fins de aluguel, por ser próxima a UFV estudantes e funcionários acabam alugando casas nesse local.

Assim, os espaços rurais perderiam sua função básica produtiva para se tornarem um espaço de consumo, incorporando funções de residência e de lazer, indo desde as diversas formas de turismo rural até a ocupação do campo por meio de residências permanentes ou secundárias. Com esta inflexão, os espaços rurais deixariam de ser percebidos como um objeto de interesse exclusivo dos agricultores, e mesmo dos antigos habitantes do campo, para se tomarem um “patrimônio” da sociedade, acessível a todos (STROPASOLAS, 2002, p. 54).

Contudo é importante ressaltar que essa não é uma realidade de todos os jovens dessa pesquisa. Por exemplo, os jovens da comunidade Juquinha de Paula relatam que a migração para o urbano ocorreu por fatores como a falta de acessibilidade, pois não há boas estradas, telefonia, saúde, educação voltada para atender a criança e o jovem, tendo que deslocar para centros urbanos. De um modo geral, segundo Aguiar e Stropasolas (2010), são precárias as condições de infraestrutura encontradas no meio rural, em que se verificam precárias condições das estradas, além do fator de distância dos centros urbanos e da má qualidade dos serviços de transportes, bem como as dificuldades para o acesso ao computador e à internet.

Assim, na comunidade do Juquinha de Paula percebeu-se que somente um jovem quer voltar para o campo, uma vez que as outras entrevistadas uma relata que por enquanto não pretende voltar (talvez quando estiver mais velha), pelo fato de trabalhar na zona urbana onde ficaria inviável pela estrada ser toda de terra e a

localidade de difícil acesso. Já a outra não pretende voltar em nenhuma ocasião.

Por fim, os dados da pesquisa revelaram que a vida no campo é positivamente valorizada por 6 dos 7 jovens entrevistados. Os aspectos positivos levantados dizem respeito às raízes pessoais, aos laços familiares e de amizade, à proximidade da natureza e à qualidade da vida no campo. Já os aspectos negativos, que justificam a recusa da jovem permanecer no meio rural apontam, sobretudo, para as carências da vida local e, de modo especial, a falta de estabelecimentos comerciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi compreender as transformações do modo de vida dos jovens oriundos do meio rural por meio das suas trajetórias acadêmicas, assim, partiu-se das seguintes hipóteses: 1) Os jovens rurais esbarram em várias barreiras, tais como a econômica, a espacial, a cultural e a social, dificultando ainda mais a continuidade dos estudos; 2) Que o jovem do campo muda o modo de ser e de agir, tanto pelas experiências vivenciadas durante a vida acadêmica, quanto pelo fato de deixarem o campo para ir morar na cidade; e 3) Que alguns jovens do campo tem que conciliar os estudos com o trabalho para se manterem no ensino superior.

Comparando as trajetórias dos jovens aqui apresentados percebe-se que eles têm em comum o fato de serem filhos de agricultores e de terem superado os pais no que se refere ao grau de estudo. Todos são oriundos de escolas públicas e encontraram dificuldades durante suas trajetórias escolares e também durante a trajetória acadêmica. Destacaram que uma das maiores dificuldades na universidade foi em acompanhar os conteúdos e se adaptar às metodologias dos professores, tendo lacunas de aprendizagem dos conteúdos em decorrência de um ensino básico de pouca qualidade.

Sobre as dificuldades apontadas pelos sujeitos de pesquisa no ensino superior, algumas recaem mais sobre as pressões econômicas, tendo a necessidade de conciliar o curso de graduação com o trabalho remunerado, mas também tem a questão cultural a ser enfrentada. Outra dificuldade a ser destacada é que por eles morarem no campo e estudarem na cidade, ou ainda por terem que fazer esse deslocamento diariamente, eles tinham um tempo reduzido para os estudos, acrescido do cansaço em consequência do deslocamento em condições precárias.

Porém, mesmo encontrando essas dificuldades durante a graduação, a universidade aparece para os jovens como instituição que, ao mesmo tempo em que possibilita a formação profissional e a ampliação das oportunidades de futuro, especialmente no que se refere à inserção no mercado de trabalho, aparece também como universo que propiciou uma ampliação da visão de mundo que lhes permite atualmente repensar a relação com o seu meio de origem.

A determinação dos entrevistados está fundada na concepção do sucesso profissional mediante o esforço pessoal e por meio dele, a reversão de suas posições

sociais. Também pode ser percebido que o contexto familiar foi favorecedor para a permanência dos estudantes no sistema de ensino. Em todos os casos, a educação ocupa um lugar importante no universo dos entrevistados e em seus planos para o futuro. É por meio da educação que os sujeitos veem um caminho para terem um futuro melhor que o dos pais.

Ressalta-se ainda a importância de se repensar em políticas públicas para atender as peculiaridades e singularidades do rural, visto que muitos projetos são decorrentes da visão do urbano, e acabam não contemplando a realidade do rural (PONTE, 2004). É preciso conhecer, de fato, a realidade destes sujeitos, levar em consideração a heterogeneidade, as expectativas e necessidades.

Já em relação ao modo de ser e agir, com base na análise dos dados obtidos nas entrevistas, concluiu-se que os jovens do campo que ingressam no ensino superior estão em constante mudança no modo de agir e de pensar, devido às variadas experiências que acontecem no espaço acadêmico. Assim, a construção da identidade da juventude rural é um processo contínuo e perpétuo, e em constante mudança do “eu” individual, influenciadas pelo coletivo e pelas formas simbólicas, que ligam o ser social e sua condição existencial a outros grupos sociais e práticas culturais, em vários contextos do espaço geográfico.

As novas experiências adquiridas pelos jovens do campo no contexto universitário contribuem para criar uma diversidade social e cultural. Sendo, uma condição de existência da sociedade e que enriquece os bens culturais e simbólicos, assim como amplia as relações sociais.

Portanto, segundo Hall (2006), há identidades contraditórias, identificações que estão em constantes mudanças. Conseqüentemente, as identidades são fragmentadas, instáveis e plurais, onde as diferenças e semelhanças individuais dos jovens rurais, os conflitos de valores, as crenças, os hábitos, dentre outros, é que determinarão a constituição dos diversos grupos no espaço universitário e, simultaneamente, as próprias identidades.

Assim, as identidades são resultantes de construções sociais e pessoais que se entrelaçam em uma configuração particular de cada indivíduo. Sendo a instituição universitária um espaço no qual distintos jovens compartilham significados, representações e variadas práticas identitárias presentes na sociedade. Logo, o estudo permitiu a compreensão de que as juventudes são categorias sociológicas em

constantes transformações, que se reinventam diariamente em função das próprias identidades.

Outro aspecto a ser destacado é a importância de compreender o campo não apenas como um território residual, mas destacar sua importância para a sociedade e entendê-lo a partir dos olhares dos rurais. Assim, podem-se propor alternativas para um desenvolvimento rural de acordo com as realidades rurais, de modo que permita um progresso e um desenvolvimento a partir da melhor utilização destas características existentes.

Sendo assim, o rural não pode ser identificado como apenas um território que está localizado fora do perímetro urbano e muito menos pelas atividades exclusivamente agropecuárias. O rural é muito mais do que isso. Ele possui distintos hábitos, culturas, modos de vidas, costumes e especificidades que ultrapassam restrições geográficas físicas. Portanto, nesta pesquisa foi defendido que há diferentes ruralidades, uma vez que o rural é pensado como um espaço plural, tendo diversos jeitos de se identificar com um território, seja por meio do emprego, da residência, do lazer, dentre outros.

Deste modo, o campo é um território importante tanto quanto a cidade, e deve-se valorizar a identidade do indivíduo desse meio, sua cultura e seu conhecimento. Por isso, tanto durante a educação básica, como no Ensino Superior, as instituições deveriam incentivar e mostrar aos alunos como é importante a valorização do meio de onde vieram, fazendo com que os jovens não deixem de valorizar suas raízes. Faz-se necessário, então, entender que o campo e os sujeitos que vivem nesse espaço têm peculiaridades e singularidades que necessitam serem lembradas no momento de construção de um currículo, assim como, do calendário escolar. Pois, a lógica de trabalho e de vida do campo é diferente da cidade, portanto, deve ser respeitada.

Por fim, as análises do jovem do campo não se esgotam nas discussões realizadas nesta pesquisa, uma vez que surgem novos olhares e diferentes aspectos de análise. Portanto, é importante dizer que, com esse estudo, espera-se contribuir para que a Geografia, por meio de seus pesquisadores, desperte ainda mais seus olhares para investigações relacionados às juventudes do campo e suas práticas espaciais que se configuram, cada dia mais, como um importante elemento de análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, V.V.P; STROPASOLAS, V.L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: PARRY SCOTT, R.C; MENEZES, M. (Orgs). **Gênero e geração em contextos rurais**. 1 ed. v. 1. Florianópolis/SC: Editora Mulheres, 2010. p.1-22.
- ALONSO, Angela. As Teorias dos Movimentos Sociais: Um Balanço do Debate. In: **Lua Nova**, São Paulo, 76: 49-86, 2009.
- ALVES, Flamarion Dutra; VALE, Ana Rute do. A relação Cidade e Suas Leituras no espaço. In: **Acta Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. p. 33-42.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. 203 p.
- ANDRADE, Artur Leonardo; ALVES, Flamarion Dutra. As Representações socioespaciais da Relação Campo-Cidade, Rural-Urbanos na Geografia Agrária Brasileira: Análise do Período entre 1998 e 2012. In: **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 9, n. 17, p. 166-193, abr., 2014.
- APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006. 134p.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira. O espaço e o rural. In: **Agriculturas e Território**. Oeiras, Portugal: Celta, 2001. 207p.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, 1977. edições, 70.
- BOVÉRIO, Maria Aparecida. **Capital cultural e ensino superior: Aspectos que determinam o ingresso e a permanência no Ensino Superior sob a perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu sobre a realidade social e escolar**. e-F@Nzine, Monte Alto, ano 1, n. 4, abr./jun. 2009. ISSN 1984-6452.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em 30 set 2019.
- BROCCO, Ana Karine; ZAGO, Nadir. Condição do estudante de camadas populares no ensino superior. In: **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SUL- ANPED SUL**, 5ª Reunião anual do ANPED SUL, Anais... Florianópolis, 2014. p. 1- 19.
- CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: Notas para uma Análise de Percurso**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462009000100003&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 5 nov de 2019.

CANCLINI, Néstor Garcia. **O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional**. Tradução: Maurício Santana Dias. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 23, p. 94-1122, 1994.

CANDAU, Joel. Memória e Identidade. **O Jogo social da memória e da identidade** (2); Fundar, Construir. 137-179. Tradução de Maria Letícia Ferreira. 1ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

CANEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**. v.2. n.1. 2008. Disponível em: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/661. Acesso em: 13 abri. 2020.

CARMO, Erinaldo Ferreira; CHAGAS, José Aercio Silva; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. ROCHA, Enivaldo Carvalho. **Políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior e estrutura básica de formação no ensino médio regular**. *Rev. Bras. Estud. Pedagog.* [online]. 2014, vol.95, n.240, pp.304-327. ISSN 2176-6681. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2176-66812014000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 out. de 2020.

CARNEIRO, M. J. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H.W.; BRANCO, P.M. **Retratos da Juventude Brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo/SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 243-262.

CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. (Organizadoras). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Manual X, p. 53-66, 2007.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

CARNEIRO, Maria. José. **Ruralidade**: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 11, out., 1998: 53-75.

CARVALHO, Daniela Moreira. SANTOS, Alyson Brayner, JÚNIOR, Jalmir Pinheiro Souza. FERRER, Moises Tenorio. **Perspectivas dos Jovens rurais**: Campo versus cidade. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra. p.21-28, 2008.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. **Tese** (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latino americana de Ciencias Sociales: Niñez y Juventud**, v. 7, n. 1, 2009.

COSTA, Wander Torres. Para além da tinta e da madeira: juventude rural e preservação patrimonial em Pedra do Anta/MG. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Viçosa, 2010.

COULON, Alain. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba), 2008. 276 p.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. Expectativas de jovens camponeses na universidade: os desafios de uma formação em nível superior. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 36, n. 1, p. 263-283, jan./jun. 2011.

CUPERTINO, Maria Cristina. Juventude rural quilombola: identificação, reconhecimento e políticas públicas. **Dissertação (Mestrado)**- Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG. 201 p., 2012.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. In: **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro/RJ: ANPED, n. 24, p. 40-52, set.-dez. 2003.

DE MARI, Cezar Luiz; TAVARES, Philippe Drumond Villas Boas; FONSECA, Valter Machado. Alimentos, saberes e educação para o “bem viver”: os camponeses um passo adiante. In: **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambienta**. Rio Grande, v. 34, n.3, p.37-54, set./dez. 2017.

DIAS, Érika; PINTO, Fátima Cunha Ferreira. A Educação e a COVID-19. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.28, n.108, p. 545-554, jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v28n108/1809-4465-ensaio-28-108-0545.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

DINIZ, Daise Ferreira. LERRER, Débora Franco. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA): uma política pública para a democratização do Estado no Brasil. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 43, n. 1, p. 259-280, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/46105>. Acesso em: 12 out 2021.

DUARTE, Claudia Glavam. SANTOS, Simone Valdete dos. Apresentação Educação do Campo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 659-666, jul./set. 2015.

EGAMI, Cintia Yumiko; SOUZA, Rodrigo Ferreira de Araujo; MAGALHÃES, Marcos Thadeu Queiroz; COSTA, Eugênio José Saraiva Câmara; ALVES, Marcos Fleming Baliero; YAMASHITA, Yaeko. Panorama das Políticas Públicas do Transporte Escolar Rural. Brasília. p. 1-12, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento Social como Categoria Geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p. 59-85, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos Sociais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **REVISTA NERA – ANO 8, n.6 – janeiro/junho de 2015 – ISSN 1806-6755**.

FERNANDES, Natália Rigueira. “Tem dia que a gente é sem-terra, tem dia que não dá”: As diferentes visões sociais de mundo no interior do espaço escolar de um assentamento rural. 2008. 172f. **Dissertação** apresentada como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de Magister Scientiarum – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2008.

FERREIRA, Brancolina. ALVES, Fábio. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, Jorge Abrahão de. AQUINO, Luseni Maria C. de. ANDRADE, Carla Coelho. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 303 p., 2009.

FONSECA, Valter Machado; DE MARI, Cezar Luiz. **A Educação do Campo Pensada no Paradigma Urbano**. Viçosa, 2019_mímeo.

FROEHLICH, José Marcos. Identidades e tradições reinventadas: o rural como tema e cenário. In: CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, p. 201-226, 2012.

FURTADO, Eliane Dayse Pontes. **Estudo Sobre a Educação para a População Rural no Brasil**. Ceará, p. 44-91, 2008.

GOMES, Nayhara Freitas Martins. **A mobilidade socioespacial dos rurais e suas expressões cidadinas**: uma análise do município de Araponga, MG. 2015. 189p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, 2015. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/7299>>. Acesso em: 17 jan 2019.

GUERRA, Isabel. Modos de vida: Novos percursos e novos conceitos. Sociologia. **Problemas e práticas**. Nº 13. 1993. pp. 59-74.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A. 2004.

KUPER, Adam. Cultura, diferença, identidade. In: **Cultura**: a visão dos antropólogos. Tradução de Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002. p. 287-318.

LEFEBVRE, Henri. Cidade e Campo. In. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Centauro, 2001. p. 73-77.

LEFEBVRE, Henri. O Espaço. In. **Espaço e Política**. Tradução: Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 36-57.

LOPES, Leandro Gomes reis.; CARVALHO, Denis Barros de. Dinâmica Temporal do Assentamento e os Projetos de Vida da Juventude Rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 4, p. 571–588, 2015.

MARAFON, Glaucio José. Territorialidades, Ruralidades e as Relações Campo-Cidade. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**. Edição Especial do XXI

ENGA-2012, p.1-13, jun., 2014.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS; Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7.ed. 4. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, José de Souza. **O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural.** Congresso Mundial de Sociologia Rural. Rio de Janeiro, p. 31-36, ago. 2000.

MASSEY, Doren & Milton Keynes. **Filosofia e política da espacialidade:** Algumas considerações. In. Revista GEOgraphia. vol.6, n.12 (2004). Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13477/8677>>. Acesso em: 19 mai. 2019.

MEIRELES, Magali Rezende Gouvêa; CEDÓN, Beatriz Valadares. **Aplicação Prática dos Processos de Análise de Conteúdo e de Análise de Citações em Artigos Relacionados às Redes Neurais Artificiais.** Inf. Inf., Londrina, v. 15, n. 2, p. 77 - 93, jul./dez. 2010. Disponível em:<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/4884>>. Acesso em: 13 jan 2020.

MENDES, Benedita da Guia Ferreira. **Políticas públicas e juventude no espaço rural:** Assentamento Sepé Tiarajú-Serra Azul/SP. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de São Carlos: UFSCar, 103 p., 2014.

MENEZES, Anizia Eduarda Nergues. SOUZA, Bruna Silva de. PEREIRA, Viviane Souza Santos. **Perspectivas da juventude rural no ensino superior.** VI Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade. Sergipe, p. 1-14, set. 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOLINA, Mônica Castagna. FREITAS, Helena Célia de Abreu. **Avanços e desafios na construção da educação do campo.** Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011.

MOREIRA, Ruy. Trabalho e Movimentos Sociais no Brasil: Um diálogo possível no Âmbito da Luta emancipatória? **Pegada.** Vol. 4 n. 1. Junho/2013.

NOVAES, Regina. **Juventude e Sociedade:** jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. Revista Sociologia Especial Ciência e Vida. São Paulo, out. 2007.

NUNES, Klívia de Cássia Silva; NETO, Luiz Bezerra. **Urbano e Rural:** contradições e influência no (re)pensar da ruralidade no Brasil. Revista Exitus. Santarém, PA. Vol.6. nº 1. p. 62-76. Jan./jun. 2016. ISSN: 2237-9460. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/> Acesso em: 14 nov. 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: **Estudos Avançados**. 15 (43), 2001.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. **As construções das identidades de jovens rurais na relação com o meio urbano em um pequeno município**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Pós-graduação em Sociologia. Recife. 259 p. 2010.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. **Juventude rural: suas construções identitárias**. Recife: Ed. da UFPE, 2011.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o conceito do Rural**. Revista NERA. Ano 7. n.4. 2004. Disponível em: <www.revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1477/1453>. Acesso em: 16 abr. 2020.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In **POUPART**, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.

PUNTEL, Jovani Augusto; PAIVA, Carlos Águedo Nagel; RAMOS, Marília Patta. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. **Anais do I Círculo de Debates Acadêmicos**, v. 1, p. 1-20, 2011.

RAFFESTIN, Claude. Terceira parte: o território e poder. In: _____. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, Ática, 1993. pp. 143-223.

RIBEIRO, Gessica Ramos Lucas. **A Educação No Campo e a Valorização do Meio Rural como Espaço de Aprendizagem**. Universidade Federal do Paraná. IBAITI.2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/50264/R%20-%20E%20-%20GESICA%20RAMOS%20LUCAS%20RIBEIRO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 out de 2019.

RUA, João. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. Universidade de São Paulo. CAMPO-TERRITÓRIO: **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **Uma ordem espacial: a economia política do território**. In: _____. Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 6ªed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 289-309.

SILVA, Simone Resende da. **Negros na mata atlântica, territórios quilombolas e a conservação da natureza**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Vanda. **Jovens De Um Rural Brasileiro: Socialização, Educação E Assistência.** Cad. Cedes, Campinas, v. 22, n. 57, agosto/2002, p. 97-115 97. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 30/04/2020.

SILVA, Lourdes Helena. **As Experiências de Formação de Jovens do Campo: Alternância ou Alternâncias?** Viçosa: Editora UFV, 2003.

SIQUEIRA, Deise e OSÓRIO, Rafael. O conceito de Rural. In: **Una nueva ruralidad en América Latina?** Barcelona: 1999.

SOJA, Edward Willian. A dialética Sócio-espacial. In. **Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na Teoria Social Crítica.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993. p. 97-116.

SOUZA MARIA, Ana Cristina de. **A produção de espaço urbano da zona sul de Viçosa-MG:** Empreendimentos horizontais na Bacia do Ribeirão São Bartolomeu. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG. 123 p., 2016.

SOUZA, Caio Mateus de Melo; FREITAS, André Vieira. **A importância da Relação Campo-cidade no Ensino de Geografia na Educação Básica.** *Projeção e Docência*, vol. 7. Nº 2, 2016.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo Cesar da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs). **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócioespacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 279-293.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil:** transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. In: REVISTA NERA – ANO 10, n. 10 – janeiro/junho de 2007 – ISSN: 1806-6755.

WANDERLEY, Maria Nazaré. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p.21-33.

WEISHEIMER, Nilson. A situação juvenil na agricultura familiar: elementos para uma interpretação sociológica da construção de projetos profissionais por jovens agricultores familiares. In: **XI CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS:** diversidades e (des) igualdades. Anais. Salvador/BA, 2011. p. 1-17.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais:** mapa de estudos recentes / Nilson

Weisheimer.– Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

WOLLZ, Larissa Escarce Bento. FERREIRA, Francisco Romão. RANGEL, Mary. Um outro olhar sobre a juventude do campo- aspectos contemporâneos. In: WOLLZ, Larissa Escarce Bento. **Percepções de infância e juventude no campo**. 1.ed. Curitiba. p. 105-127, 2014.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior**: percursos de estudantes universitários de camadas populares. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v.11, n.32, 2006.

ZAGO, Nadir. **Em busca de novos horizontes**: migração e ensino superior nos projetos de jovens de origem rural. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013, Florianópolis. Anais eletrônicos. Florianópolis, 2013.

ZAGO, Nadir. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. In: **36ª Reunião Nacional da ANPEd** . 29 set - 02 de out. 2013, Goiânia. Anais eletrônicos. Goiânia, GO. 2013. Disponível em:
<http://www.36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt14_trabalhos_pdfs/gt14_2777_resumo.pdf >. Acesso em: 10 jan 2020.

ZAGO, Nadir. **Migração rural-urbana, juventude e ensino superior**. Rev. Bras. Educ., v. 21, n. 64, p. 61-78. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782016000100061&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 out. de 2020.

ZAGO, Nadir; BORDIGNON, Cristina. Juventude rural no contexto da agricultura familiar: migração e investimento nos estudos. In: IX ANPED SUL. Seminário de pesquisa em Educação da Região Sul. Caixias do Sul. **Anais eletrônicos** 2012. Caixias do Sul, RS.2012. Disponível em:
<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1096/707.>>. Acesso em: 07 jan 2020.

APÊNDICES**APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTA****DO CAMPO A UNIVERSIDADE: ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS DE JOVENS ORIUNDOS DO MEIO RURAL****ROTEIRO DE ENTREVISTA**

NOME: _____

CURSO: _____ PERÍODO _____

ANO QUE INGRESSOU: _____ CELULAR: _____

E-MAIL: _____

ESCOLHA DE NOME FICTÍCIO: _____

DATA: _____

1- Tipo de escola frequentada no ensino infantil, fundamental e médio.

2- O que significa para você ser jovem do campo? Como é o seu modo de vida no campo? (trabalho, plantam, vendem, moram em casa própria, cedida). E o que significa para você a vida na cidade?

3- Como você vê o modo de vida no campo nos dias atuais? Você acha que ele tem sido influenciado pelo urbano? Se sim, em quais aspectos?

4- Você acha que a transformação e o surgimento de novas tecnologias trouxeram mudanças para o meio rural? Se sim, quais? Quais são as vantagens? E as desvantagens?

5- Você enfrentou alguma barreira para dar continuidade aos estudos durante sua trajetória escolar? (Ensino infantil ao médio) Se sim, quais?

6- Qual foi a sua motivação para o ingresso em um curso superior? Conseguiu passar na primeira tentativa? Esse curso foi sua primeira opção? Por que a escolha desse curso?

7- Você usou alguma política pública para adentrar na universidade? Se sim, qual? Você acha que as políticas públicas são importantes? Elas estão contemplando os jovens do campo?

8- Qual o grau de escolaridade de seus pais? Possui irmão? Todos deram continuidade aos estudos?

9- Você teve apoio de seus familiares para continuar estudando? Eles influenciaram de algum modo?

10- Em sua família há casos de parentes que prosseguiram os estudos no ensino superior ou você é primeiro da família?

11- Quais foram as dificuldades e os desafios encontrados, para sua permanência, durante sua trajetória acadêmica?

12- Qual a importância do ensino superior para sua vida? Quais são os projetos futuros? (trabalhar, continuar estudando).

13- Quando se formar pretende continuar morando na área rural? Por quê?(Graduando)

13.1- Você ainda continua morando na área rural? Por quê? (Graduado)

14- Como morador (a) ou egresso (a) da zona rural, durante sua trajetória acadêmica, já conciliou trabalho com estudo?

15- Você participa de grupos religiosos? Se sim, qual é a contribuição deles na sua trajetória acadêmica?

16- Você precisa (ou) de algum auxílio estudantil na Universidade? Se sim, qual?

17- Após ingressar no ensino superior houve alguma mudança no seu modo de ser e de agir? Ou seja, uma coisa que você fazia antes e mudou ou que não fazia e faz agora.

18- Durante sua trajetória acadêmica quais os pontos positivos que mais te marcaram? E os negativos?

APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “DO CAMPO À UNIVERSIDADE: ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS DE JOVENS ORIUNDOS DO MEIO RURAL”. Todas as informações necessárias sobre a pesquisa encontram-se relacionadas abaixo. Em caso de dúvidas, favor esclarecê-los antes da assinatura do presente Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Este trabalho é de reponsabilidade do professor Wagner Barbosa Batella e da estudante de mestrado Magna Rita Arcanjo Domingos.

Esta pesquisa tem por objetivo analisar as transformações do modo de vida dos jovens oriundos do meio rural por meio das suas trajetórias acadêmicas. Mais especificamente, pretende-se analisar as possíveis mudanças nos modos de ser dos jovens do campo influenciadas pelo convívio no espaço acadêmico em função dessa mobilidade socioespacial, bem como, averiguar os pontos positivos e negativos encontrados pelos jovens rurais em suas trajetórias acadêmicas.

Para esta pesquisa foram adotados os seguintes procedimentos: em relação ao corpo metodológico, foram eleitos como procedimentos de investigação a pesquisa bibliográfica e a análise documental, e como instrumentos de coleta de dados, entrevistas semiestruturadas. A realização da entrevista ocorrerá de maneira individual estando presentes no mesmo ambiente somente você e a pesquisadora, em um local previamente combinado. As entrevistas serão gravadas em áudio para posterior transcrição e análise, mas você terá a opção de não aceitar a gravação. Sob nenhuma hipótese, serão divulgados a sua identidade, mantendo assim anonimato e, sempre que necessário, efetuando a troca dos nomes verídicos de pessoas e instituições que porventura sejam citados durante a entrevista.

Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos de que a abordagem por meio de entrevistas pode lhe trazer lembranças desagradáveis ou outros desconfortos emocionais. Desse modo, caso sinta algum desconforto, você pode solicitar que a questão seja descartada ou que ocorra o cancelamento de sua participação a qualquer momento.

A pesquisa poderá oferecer benefícios diretos e/ou indiretos à comunidade acadêmica, uma vez que os resultados do estudo poderão contribuir futuramente para o maior conhecimento a respeito da realidade de estudantes provenientes do campo nas universidades públicas, além de poder contribuir com o poder público auxiliando na construção de possíveis políticas públicas, além de permitir que até mesmo a Universidade desenvolva ações específicas para lidar com os interesses e as questões dos estudantes das comunidades rurais.

Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr.(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão.

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, contato _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa” DO CAMPO À UNIVERSIDADE: ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS DE JOVENS ORIUNDOS DO MEIO RURAL” de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Coordenador da Pesquisa (Pesquisador Responsável):**Nome:** Wagner Barbosa Batella**Departamento:** Geografia – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).**Telefone:** (32) 2102-3101**Email:** wagner.batella@uff.edu.br**Equipe de Pesquisa:****Nome:** Magna Rita Arcanjo Domingos.**Departamento:** Geografia- - Universidade Federal Viçosa (UFV).**Telefone:** (31) 9 9573-3863**Email:** magna.domingos@ufv.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Universidade Federal de Viçosa

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário

Cep: 36570-900 Viçosa/MG

Telefone: (31)3612-2316

Email: cep@ufv.br

www.cep.ufv.br

Viçosa, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador